



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 617 - DE 30 DE AGOSTO A 13 DE SETEMBRO DE 2020 - R\$ 4,00



**Memória Eterna a Leon Trotsky,
assassinado em 20 de agosto
de 1940, a mando de Josef Stalin**

**Comitê de Enlace pela
Reconstrução da IV Internacional
realiza ato de homenagem
ao grande dirigente
da Revolução Russa, ao lado
de Vladimir Ilyich Lênin**

**O Partido Operário Revolucionário
trabalha pela reconstrução do Partido
Mundial da Revolução Socialista,
a IV Internacional**

**Em defesa do programa da revolução
e ditadura proletárias!**

Grave momento

Os marxistas têm o dever de se dedicar ao máximo para construir o partido revolucionário

Entre as várias correntes que se reivindicam do trotskismo, é comum o reconhecimento de que a grande tarefa reside na necessidade de superar a crise de direção revolucionária. Reivindicar não significa ser. Reconhecer não resulta estar no caminho certo. Mas, o reconhecimento é importante. Significa que ainda há a possibilidade de uma fração daqueles que se reivindicam do trotskismo vir a romper com a aparência e a falsa convicção.

As correntes que ainda se reivindicam do trotskismo são manifestações do centrismo. Negaram-se a constituir o programa da revolução e ditaduras proletárias. Assim, sem o programa, oscilam entre o reformismo e o marxismo, a depender das condições da luta de classes. Via de regra, se organizam no seio de uma camada da pequena-burguesia, que tende à esquerda. Raras são aquelas que têm penetração na classe operária. Aquela que conseguiu um posto de direção sindical se adapta às pressões da burocracia dirigente. Expressa a influência pequeno-burguesa em algum sindicato operário.

Os centristas, em geral, tendem a ser arrastados por trás da influência do reformismo, que se vale das organizações operárias e populares, para sustentar o partido burguês ou pequeno-burguês, que se dedica à política parlamentar, e pratica a política de colaboração de classes, mais ou menos diretamente. Nota-se que a crise de direção resulta em projeção da pequena-burguesia, principalmente da classe média urbana. O centrismo, em suas variantes, expressa o crescimento vertiginoso dessa classe intermediária.

Uma marca dessa projeção social se materializa nos movimentos em torno às reivindicações democráticas, à opressão sobre a mulher, racial e sexual. Desvinculados do programa da classe operária, se limitam ao corporativismo e ao eleitoralismo. A imensa classe média se arruína e se choca com os governos burgueses; à sua esquerda, alimenta o reformismo e o centrismo; à sua direita, o direitismo fascizante.

Essas composições aparecem como predominantes na vida política do dia-a-dia nacional. A política do proletariado, ao contrário, se mantém em estado mais ou menos

embrionário. A sobreposição das manifestações pequeno-burguesas e burguesas se levanta como uma poderosa trava às tendências instintivas de revolta do proletariado, e à sua constituição como classe independente, programática, política e organizativamente.

A sedimentação de uma burocracia sindical estatizante, colaboracionista e conciliadora somente foi possível mediante o recuo histórico das conquistas do proletariado

mundial, cuja maior expressão foi a liquidação do partido bolchevique, destruição da III Internacional, triunfo da restauração capitalista e desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Em resumo, o revisionismo e a política estalinista, que levaram à capitulação diante do imperialismo, destruíram no mundo todos os partidos comunistas. Tama- nha catástrofe histórica resultou em longo período de terra arrasada, que se mantém até nossos dias, ainda que em condições distintas. A dissolução

da IV Internacional, depois da morte de Trotsky, faz parte desse quadro.

As vitórias da burguesia mundial, no entanto, não resultaram em libertação das forças produtivas da camisa de força das relações de produção, condicionadas pelos monopólios. Ao contrário, potenciaram suas contradições, que irresistivelmente empurram o capitalismo mundial à desintegração. A crise aberta em 2008 não teve como ser superada, precisamente porque a única via que resta ao imperialismo é a de destruir massivamente parte das forças produtivas, e agigantar a barbárie social. É nessas condições que a pequena burguesia se desespera e se mostra impotente. As formas do reformismo e do centrismo caminham para o impasse. É nessas mesmas condições que o proletariado comparece como a única classe revolucionária.

A vanguarda que conserva o programa da revolução e ditadura proletárias tem a seu favor a emersão do marxismo-leninismo-trotskismo nas condições objetivas de decomposição do capitalismo, e das necessidades imperiosas do proletariado em tomar a frente da luta de classes. Trata-se da vanguarda com consciência de classe firmar as posições programáticas no movimento prático das massas.

A vanguarda que conserva o programa da revolução e ditadura proletárias tem a seu favor a emersão do marxismo-leninismo-trotskismo nas condições objetivas de decomposição do capitalismo, e das necessidades imperiosas do proletariado em tomar a frente da luta de classes.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org / [facebook](https://www.facebook.com/massas.por) - [massas.por](https://www.facebook.com/massas.por)



O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional realizou um ato de homenagem aos 80 anos do assassinato de Leon Trotsky. Foram apresentadas três exposições – “Validade do Programa de Transição e a teoria da revolução permanente, à luz dos acontecimentos atuais”, “Balanço e perspectivas da situação política mundial e latino-americano”, “Situação da classe operária e os métodos de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional”. Abaixo publicamos as exposições, que foram apresentadas por escrito. Além das exposições, foram apresentados informes sobre a situação nacional da Argentina, Chile, Bolívia e Brasil.

Abertura do ato

Ramon Basko, dirigente do Partido Operário Revolucionário da Argentina

Nestes dias se realizaram, em todo o mundo, várias homenagens e lembranças a Trotsky. A nossa será, com certeza, uma homenagem diferente de todas, porque reivindicaremos suas concepções estratégicas de revolução e ditadura proletárias, sua continuidade de Marx e Lênin, sua reivindicação do bolchevismo, sua bandeira comunista. Nossa homenagem faz parte da luta pela criação do Partido Mundial da Revolução Socialista.

1) Homenageamos o grande revolucionário perseguido e assassinado pelo estalinismo contrarrevolucionário

E homenageamos todos os trotskistas perseguidos, presos e assassinados pelo terror estalinista, aqueles que fizeram a Revolução Russa e a defenderam, que caíram sob seus “processos”.

É assassinado pelos mesmos que destruíram o partido bolchevique ao burocratizá-lo. Por aqueles que dissolveram a Terceira Internacional, aqueles que abriram caminho para o processo de restauração capitalista, onde o capitalismo havia sido expropriado, aqueles que promoveram a coexistência pacífica com o imperialismo, e que advogaram que o socialismo poderia ser construído em um único país. Por aqueles que desenvolveram “teorias”, que revisaram o marxismo e provocaram derrotas dolorosas ao movimento revolucionário em todo o mundo.

Por que Stalin ordenou seu assassinato? Leon Trotsky concentrava em si as ideias, o programa, a experiência mais rica da classe operária durante quatro décadas com revoluções triunfantes, derrotadas e burocratizadas. Juntamente com Lênin, dirigiu a Terceira Internacional em seu período de extraordinário de crescimento político da classe operária internacional, organizativa e politicamente. Trotsky organizou e dirigiu o Exército Vermelho. Foi um exemplo de fusão da elaboração de teoria com a intervenção prática na luta de classes. Por isso, era tão importante destruí-lo fisicamente, não tinham como derrotar suas ideias.

Hoje, os restos do estalinismo se arrastam por trás de qualquer governo burguês que requeira seus serviços. Foi o estalinismo que fracassou, juntamente com todas as suas concepções, não o bolchevismo, não o marxismo, que passou na prova da história e confirmam as principais previsões e caracterizações feitas por Trotsky.

2) Suas ideias, como continuador do marxismo-leninismo, continuam plenamente vigentes

Neste 80º aniversário, em meio a uma catástrofe econômica, política e social, uma das maiores da história, fica claro que o capitalismo não tem outra saída senão a barbárie. A decomposição e desintegração capitalista está causando danos extraordinários às condições de vida e de trabalho de milhões de trabalhadores no mundo, inclusive nas próprias metrópoles imperialistas. A humanidade, mais uma vez, se encontra diante da disjuntiva de ferro: ou avançam dramaticamente as condições de barbárie, ou se abre uma nova época, por meio da revolução social, que acabe com o controle imperialista sobre os principais meios de produção concentrados e centralizados nas mãos do capital, com a maquinaria parasitária infernal do capital financeiro. A revolução social que exproprie esses meios de produção e os transforme em propriedade social, para começar a construir o socialismo.

Neste momento, é necessário destacar suas concepções estratégicas, ocultas pelos revisionistas, que usam um discurso trotsquizado, sem elo de classe, pasteurizado, limitado a repetir algumas consignas transitórias, omitindo a luta pelo poder e, conseqüentemente, negando a necessidade de construir partidos revolucionários, bolcheviques.

Veamos algumas definições de Trotsky, em documentos essenciais e que somente os marxista-leninistas-trotskistas reivindicam publicamente.

* A essência do Programa de Transição é encontrar a ponte entre as reivindicações atuais das massas e o programa da revolução socialista, um sistema de reivindicações transitórias que, partindo das condições atuais e da consciência atual de amplas camadas da classe operária e conduzindo a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado.

- Afirma que as condições objetivas para a revolução proletária não só estão maduras, mas começaram a se decompor. Que sem uma revolução socialista, em um próximo período histórico, a civilização humana está sob a ameaça de ser arrasada por uma catástrofe. E que tudo depende do proletariado, isto é, em primeiro lugar, de sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade se reduz à crise da direção revolucionária.
- A tarefa estratégica da Quarta Internacional não consiste em reformar o capitalismo, mas em derrubá-lo. Seu objetivo político é a conquista do poder pelo proletariado para realizar a

expropriação da burguesia.

- Exige de todos os partidos e organizações, que se apoiam nos operários e camponeses, e falam em seu nome, que rompam politicamente com a burguesia e entrem no caminho da luta pelo governo operário e camponês. A agitação sob a consigna do governo operário e camponês tem, em todos os casos, um enorme valor educativo ... cada uma de nossas reivindicações transitórias deve conduzir a uma só e mesma conclusão política: os operários devem romper com todos os partidos tradicionais da burguesia, para estabelecer em comum com os camponeses seu próprio poder.
- Afirma que a Quarta Internacional permanece inteiramente no terreno do marxismo, a única doutrina revolucionária que nos permite compreender a realidade, descobrir as causas das derrotas e preparar conscientemente para a vitória. Continua a tradição do bolchevismo que, pela primeira vez, mostrou ao proletariado como conquistar o poder.

** Em sua contribuição às Teses da Revolução Permanente, Trotsky afirma que nos países de desenvolvimento burguês atrasado, e, em particular, nos coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que, a resolução completa e efetiva de seus objetivos democráticos e de emancipação nacional só pode ser concebida por meio da ditadura do proletariado, empunhando este poder, como dirigente da nação oprimida e, sobretudo, de suas massas camponesas.*

- Afirma que a realização da aliança revolucionária do proletariado com as massas camponesas só é concebível sob a direção política da vanguarda proletária, organizada no Partido Comunista. A revolução democrática só pode triunfar com a ditadura do proletariado, apoiada na aliança com o campesinato e dirigida, inicialmente, à realização dos objetivos da revolução democrática.
- Outra Tese se refere a ditadura do proletariado, que sobe ao poder como dirigente da revolução democrática, se encontra inevitável e repentinamente, ao triunfar, diante de objetivos relacionados com as profundas transformações dos direitos de propriedade burguesa. A revolução democrática se transforma diretamente em socialista, transformando-se, assim, em permanente.
- Afirma que a conquista do poder pelo proletariado não significa o coroamento da revolução, mas simplesmente o seu início. A edificação socialista só se concebe sobre a base da luta de classes no terreno nacional e internacional.
- Que não há distinção entre países “maduros” e “não maduros” para o socialismo. Que o capitalismo, ao criar um mercado mundial, uma divisão mundial do trabalho e das forças produtivas mundiais, se encarrega de preparar a economia mundial, em seu conjunto, para a transformação socialista. Diz que os países atrasados podem chegar à ditadura do proletariado antes dos avançados, mas chegarão mais tarde que eles ao socialismo.

Finaliza suas Teses da Revolução Permanente sintetizando que “a luta está posta entre as ideias fundamentais de Marx e Lênin, de um lado, e o ecletismo dos centristas, do outro”.

3) Diante da derrocada miserável do estalinismo, com todas as suas traições, e a evidência da acelerada decomposição e desintegração do capitalismo, por que o trotskismo não tem ocupado o lugar de direção internacional do proletariado?

Em parte por causa da perseguição e destruição física do melhor da vanguarda proletária pelas mãos do estalinismo e da rea-

ção capitalista (não só sob o nazifascismo).

Cabe, também, à responsabilidade dos revisionistas do trotskismo, por liquidar essa herança política.

Os danos dos revisionistas do trotskismo: prematuramente, o núcleo dirigente da IV Internacional se integrou ao estalinismo e às correntes nacionalistas, com suas táticas “entristas”, então veio o embelezamento do nacional-castrismo, que esteve à frente da Revolução Cubana, do foquismo, revisando o papel histórico da classe operária, acreditando encontrar um caminho mais rápido para chegar ao poder.

Outras frações, ao contrário, se tornaram francamente democratizantes pondo em pé organizações centristas para intervir nas eleições, adaptando suas organizações à luta eleitoral, abandonando a propaganda comunista, revolucionária. E todo tipo de frações que iam abandonando os princípios, o programa. Que se arrastaram por detrás de qualquer fenômeno nacionalista radicalizado, exaltando-o, acreditando que encontrariam magicamente o caminho da revolução. Todas essas variantes, que usam as vestimentas trotskistas o rebaixam, deformam, confundem a vanguarda. Sob o pretexto de “novos caminhos”, não oferecem ao proletariado senão velhas receitas enterradas há muito tempo.

Às dificuldades que existem na tarefa de construir os partidos revolucionários em cada país e reconstruir a IV Internacional, somam-se os obstáculos de todas essas correntes que também difamam, mentem, escondem o papel dos verdadeiros trotskistas, aqueles que sustentam inabalavelmente a luta pela revolução e ditadura do proletariado, pela destruição do Estado burguês, pelo comunismo. Esta tem sido a atitude invariável de todos os revisionistas em relação ao POR da Bolívia, isolando-o e combatendo-o. Na Bolívia, fracassaram rotundamente as aventuras foquistas, bem como as tentativas de formar um partido de trabalhadores, baseado em setores burocráticos, para intervir nas eleições, ou que apoiaram Evo (defensor dos latifundiários e da propriedade multinacional). E também fracassaram em todos os países em que atuam.

4) É hora de reconstruir a Quarta Internacional

Construir sobre a base nas conquistas políticas e ideológicas da classe operária em 170 anos de luta consciente por uma nova sociedade. Pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, essa é nossa melhor homenagem ao grande revolucionário. Um partido baseado em no programa, estratégia e princípios.

As condições para a revolução não estão apenas maduras, mas estão se decompondo. O agravamento da dramática situação das massas, em todo o mundo, não tem sido respondido pela resolução da crise da direção revolucionária. As revoltas populares, mobilizações e situações revolucionárias que se abrem não encontram a sua direção revolucionária em cada país e a nível internacional. Assim, podem se desviar, esgotar e frustrar suas energias, uma vez que não se destaca uma direção política que conduza o movimento inconsciente das massas.

Uma avaliação severa da experiência da Quarta Internacional, após o assassinato de Trotsky, é essencial para reconstruí-la sobre bases sólidas, de princípios. Todos ajuntamentos sem princípios acabam em rupturas, novas divisões e frustrações para a militância.

Hoje, como há 80 anos, continua plenamente vigente a necessidade de reconstruir a IV Internacional, sobre a base dos princípios, do programa da revolução e ditadura do proletariado, sobre a base das conquistas internacionalista anteriores.

Socialismo ou barbarie capitalista!

Informe sobre a situação internacional e a América Latina

1. Trotsky foi assassinado em solo latino-americano. Chegou em 9 de janeiro de 1937, no México, e perdeu a vida em 20 de agosto de 1940. Em três anos e meio, conheceu as particularidades da América Latina, o que só foi possível observando as especificidades dos países que formam o Continente. Pouco antes da Revolução Russa, estava nos Estados Unidos, decidido a voltar à Rússia, foi detido e confinado em um campo de concentração no Canadá. Dessa vez, se refugiou no México, perseguido, não pela burguesia, mas pela ditadura burocrática de Stalin. Essa perseguição, que o levaria de volta a um confinamento na América, certamente, não poderia ter sido imaginada como possível por qualquer um dos revolucionários bolcheviques. Os desígnios da história não reservariam a Trotsky a perda da vida em solo europeu, asiático ou africano, mas no solo latino-americano.

Trotsky se preocupará, imediatamente, em compreender e responder aos novos problemas colocados pela revolução e contrarrevolução mundial, cujos reflexos nos países semicoloniais da América Latina tiveram uma especial importância, devido ao domínio do imperialismo norte-americano na região, submetida como uma espécie de apêndice. A guerra imperialista se aproximava e eclodiria em 1939. Cumpriam-se as previsões de Trotsky, de que o fascismo refletia a profunda decomposição do capitalismo e o choque entre as potências em torno a uma nova repartição do mundo. Inevitavelmente, os Estados Unidos arrastariam a América Latina por detrás de sua diretiva de guerra e sua política de dominação.

Nesse momento, desenvolviam-se as tendências nacionalistas em vários países latino-americanos, inclusive no México. O governo de Lázaro Cárdenas, por exemplo, ousava nacionalizar o petróleo. No Peru, o nacionalismo do APRA, sob o comando de Haya De la Torre, se mascarava de anti-imperialista. A necessidade das burguesias nacionais, de obter um certo grau de independência diante do imperialismo, não só norte-americano, mas também o inglês, recorria ao apoio da classe operária e dos camponeses. Como tal, os governos nacionalistas assumiam a feição do regime bonapartista. Seu anti-imperialismo concluía de joelhos diante dos Estados Unidos. O estalinismo, por sua vez, se perfilava em torno aos Estados Unidos, baseando-se na falsa distinção entre imperialismo democrático e imperialismo fascista. O que o levou, inicialmente, a acusar Cárdenas de agente do fascismo, e, em seguida, a fazer uma virada, submetendo-se ao nacionalismo burguês.

Ainda como Oposição de Esquerda Internacional, depois, já como IV Internacional, Trotsky se orienta pela tarefa de erguer os partidos revolucionários na América Latina. Havia de responder ao domínio imperialista, ao nacionalismo e, em particular, ao estalinismo, como corrente mundial contrarrevolucionária. Em seus vários escritos, que incluem entrevistas e cartas, Trotsky desenvolverá os fundamentos programáticos da revolução proletária na América Latina. Fundamentos que

Atilio de Castro, Partido Operário Revolucionário do Brasil

havam sido assentados no programa da Terceira Internacional dos seus Primeiros Quatro Congressos, e que foram submetidos ao revisionismo estalinista, desde o seu V Congresso. Tratava-se de organizar as seções da IV Internacional, aplicando o Programa de Transição nas condições concretas das realidades nacionais, ou seja, de formular o programa da revolução proletária como expressão das leis gerais da transformação do capitalismo em socialismo, que se manifestam no desenvolvimento particular do capitalismo semicolonial.

A força do nacionalismo burguês entre as massas exigia uma tática particular, voltada a desenvolver a independência de classe diante da burguesia. A independência seria conquistada no combate ao imperialismo e na demonstração, pela experiência, das limitações e incapacidade do nacionalismo burguês.

Trotsky identificará o atraso das forças produtivas na América Latina em geral, e, em particular, em cada país, que os assemelha e os diferencia. A dominação imperialista se ergueu e se ergue como a trava histórica, impossibilitando a resolução das tarefas democráticas, que deitam suas raízes na formação colonial. Eis por que os países latino-americanos continuam a padecer da ausência da independência nacional. O atraso das forças produtivas expõe a interdependência entre pré-capitalismo e capitalismo. O peso do campesinato e do indígena dão a dimensão da necessidade da revolução agrária. A independência nacional e a revolução agrária são duas tarefas democráticas, que as burguesias nacionais não conseguiram resolver, e não mais poderão resolver. Somente o proletariado, em aliança com o campesinato, pode liderar o movimento de independência nacional e liquidação do jugo latifundiário. A revolução democrática, portanto, se dará sob a forma da revolução proletária. A força do nacionalismo burguês entre as massas exigia uma tática particular, voltada a desenvolver a independência de classe diante da burguesia. A independência seria conquistada no combate ao imperialismo e na demonstração, pela experiência, das limitações e incapacidade do nacionalismo burguês. O apoio a medidas concretas do governo nacionalista, que se chocam com os interesses do imperialismo, não pode se converter em apoio à burguesia nacional, ao contrário, é por onde a política do proletariado enfrenta o imperialismo, e se potencia, diante do nacionalismo burguês.

A aspiração de unidade da América do Sul, expressada pelo nacionalismo, que tem sua origem na aspiração de Simon Bolívar, não poderia ser materializada, a não ser pelas revoluções proletárias. A unidade do proletariado latino-americano permitirá conquistar a independência do continente semicolonial diante do imperialismo, sob a bandeira dos Estados Unidos Operários e Camponeses da América Latina.

É sob o programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina que o partido revolucionário ajuda o proletariado a esgotar as experiências com o nacionalismo burguês, avançar sua independência de classe, e dirigir a luta anti-imperialista. A estratégia programática, portanto, é a da ditadura do proletariado. Sem que a classe operária derrote a burguesia interna e conquiste o poder do Estado, não é possível impor a independência nacional, e cumprir as demais tarefas democráticas, necessárias ao desenvolvimento das forças produtivas e à construção do socialismo.

2. Trotsky demonstrou – por meio da luta contra o revisionismo estalinista, da realização da experiência com o nacionalismo burguês, da exposição das principais caracterizações do momento da crise mundial do capitalismo, dos reflexos da guerra imperialista na América Latina, e da análise de aspectos históricos, políticos e econômicos da região, bem como da composição e relação entre as classes – o caminho por onde se ergueriam as seções da IV Internacional. Teve, assim, a possibilidade de observar e reconhecer a América Latina como um esteio para o fortalecimento da nova Internacional e da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, destruído pela política traidora do estalinismo.

O desenvolvimento da crise na América Latina e o recrudescimento das lutas operárias e camponesas se encarregaram de confirmar as críticas marxista-leninistas à estratégia da III Internacional degenerada, de subordinar os explorados a uma fração da burguesia nacional e do próprio imperialismo; e de evidenciar o acerto da rejeição à tática da frente popular. A confluência do nacionalismo estalinista com o nacionalismo burguês favoreceu as forças da contrarrevolução, que sempre combateram a política e a organização independente do proletariado.

A aplicação da tática da frente popular resultou em estrangulamento das tendências instintivas dos explorados em se chocar com os governos burgueses e com a escravização, imposta pela grande propriedade privada dos meios de produção e pela opressão imperialista. As frentes populares se transformaram em obstáculos à luta anti-imperialista pela independência nacional, pela revolução agrária, e pela expropriação revolucionária da classe capitalista. O estalinismo, ao se subordinar à fração nacionalista da burguesia, colaborou para que a maioria oprimida não encarnasse as tarefas democráticas dos países semicoloniais, e caminhasse no sentido da expropriação revolucionária do grande capital nacional e imperialista.

O conteúdo histórico dessa experiência, finalmente, se manifestou em toda a sua plenitude, depois de 33 anos da morte de Trotsky, com o golpe fascista no Chile. Abortou-se a revolução proletária, que daria um impulso na revolução latino-americana, que romperia o isolamento da revolução cubana, e que fortaleceria a luta internacional do proletariado. A revolução no Chile potencializaria a luta revolucionária na Bolívia, país em que o POR encarnou plenamente as diretrizes da IV Internacional, penetrando no proletariado mineiro, e forjando o programa da revolução proletária. O fracasso na tarefa de constituir os partidos marxista-leninista-trotskistas, nos demais países latino-americanos, contribuiu para o isolamento do POR. O que impossibilitou dar passos no sentido da superação da crise de direção revolucionária.

As massas proletárias e camponesas, no entanto, enfrentaram e enfrentam diuturnamente os governos burgueses, sejam dita-

toriais ou democratizantes, francamente pró-imperialistas ou nacionalistas, entreguistas ou reformistas. A luta de classes na América Latina se assenta na brutal opressão latifundiária aos camponeses, e na violenta exploração do trabalho assalariado. O capitalismo da época imperialista de desintegração não cede passagem ao nacionalismo burguês e ao reformismo pequeno-burguês. O que não significa que o nacional-reformismo tenha deixado de ser a grande trava à luta de classes do proletariado e das massas camponesas. Ao contrário, valendo-se da crise de direção revolucionária, os aparatos sindicais e partidários desviam a revolta das massas para o beco sem saída do eleitoralismo e do parlamentarismo, enfim, da democracia burguesa oligárquica. A política de conciliação de classes tem sido responsável pelas derrotas por inúmeros levantes. Pelo enorme atraso organizativo dos explorados no campo da independência de classe. E pelo acobertamento do imperialismo como principal inimigo da nação oprimida.

Estamos há mais de oitenta anos da luta de Trotsky, enclausurado em Coyoacán, e a crise mundial atinge um dos pontos mais altos do pós-guerra. A América Latina se decompõe, com o bloqueio às forças produtivas industriais, e com as limitações às forças produtivas agroindustriais.

As formulações programáticas e a estratégia internacionalista dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, da IV Internacional, sob a direção de Trotsky, se projetam irresistivelmente das condições objetivas da crise mundial, que eclodiu em 2008, tendo como epicentro os Estados Unidos.

3. A pandemia marca profundamente a situação mundial. Isso por que acelera e aprofunda a crise econômica, que persiste há mais de uma década. E também por que impulsiona e amplia a barbárie social. A incapacidade da burguesia e seus governos, de defenderem a vida das massas, expressa a caducidade dessa classe, e a necessidade do proletariado se erguer como direção da maioria oprimida, contra as burguesias nacionais e o imperialismo.

A mortandade em todo o mundo e, em particular, na América Latina, tem obrigado setores da burguesia e da pequena burguesia de usarem a catástrofe para se sobrepor a uma catástrofe ainda maior, que é a da destruição maciça de postos de trabalho, redução do valor da força de trabalho e potenciação das atividades informais. Não há possibilidade de dúvida sobre o fracasso da política burguesa do isolamento social, e da incapacidade de responder à situação emergencial por meio da saúde pública, que se encontra quebrada e esmagada pelo predomínio da saúde privada.

A pandemia acabará sendo controlada, depois do maior número de mortes coletivas dos últimos tempos, mas a classe operária e demais explorados continuarão tendo ainda pela frente o avanço do desemprego, pobreza e miséria. A burguesia não tem outra via, a não ser a de descarregar sobre os ombros dos explorados a decomposição das forças produtivas mundiais, que se chocam com as relações de produção capitalistas, sob a forma dos monopólios, que se fortalecem com as consequências da pandemia.

O imperialismo, tendo à frente os Estados Unidos, dá sinais de que a guerra comercial se expandirá, em vez de estancar e retroceder. Tem como paralelo a situação de crise econômica, que levou às duas guerras mundiais. Em particular, um paralelo aos antecedentes da Segunda Guerra Mundial, dos quais emergiu o

fascismo. Combinam-se, a potenciação das tendências bélicas, com a reconstituição das tendências ditatoriais e fascizantes. A democracia burguesa, restabelecida no pós-guerra, se mostra impotente diante da necessidade do grande capital, de descarregar a crise sobre as massas e sobre os países semicolônias. As massas oprimidas entre elas um poderoso contingente de jovens desempregados e subempregados não deixaram de reagir à ofensiva das contrarreformas, que vêm sendo impostas, no último período, e em toda a parte. A pandemia permitiu à burguesia e seus governos interromper provisoriamente o curso geral da luta de classes. As inúmeras manifestações localizadas, por sua vez, indicam as tendências mais profundas de retomada dos combates. Combates esses que, na América Latina, tiveram como ponta de lança o levante popular no Chile. A crise revolucionária que levou à queda, na Bolívia, do governo nacional-reformista, completamente submetido aos interesses gerais da burguesia e do imperialismo, não se encerrou. A volta dos peronistas ao poder, na Argentina, ocorreu nas condições em que o governo está obrigado a submeter ainda mais o país ao imperialismo. A vitória do nacional-reformista, Manuel Obrador, rapidamente, concluiu em submissão aos Estados Unidos e, em particular, em adaptação às pressões de Donald Trump. No Brasil, a ditadura civil de Temer, constituída com o golpe de Estado de 2016, terminou o seu governo se chocando com as massas. E o governo de Jair Bolsonaro, que o sucedeu, eleito pelo voto popular, não conseguiu se firmar como bonapartista, refletindo a enorme crise econômica e política. No Equador, o governo nacional-reformista de Rafael Correa desmoronou, dando lugar ao governo fracamente pró-imperialista de Lenín Moreno. No Peru, predomina a instabilidade política, com o apodrecimento dos partidos da burguesia e do governo de Martín Vizcarra, servil dos Estados Unidos. A rendição das FARC, na Colômbia, não serviu para fortalecer a democracia burguesa, que funciona como uma caixa de ressonância da política norte-americana, e a classe operária tem dado sinais de tomar a frente das lutas. A pandemia permitiu ao governo nacional-reformista de Nicolás Maduro tomar um fôlego, diante do arrefecimento provisório da ofensiva de Trump, apoiado pelos governos pró-imperialistas da América Latina. Cuba também teve um momento de sossego, no mesmo sentido da Venezuela, podendo administrar o processo de restauração capitalista.

Esse quadro tende a mudar, no próximo período, com o fim da pandemia, agudização da crise econômica, e o retorno das massas à luta. Retorno esse que começou a despontar. Nos Estados Unidos, a jornada de luta contra o racismo teve, como base da eclosão popular, o aumento do desemprego, e a completa desproteção elementar à vida das camadas mais oprimidas. Não há como o governo francês modificar sua política de contrarreformas, que desencadeou as lutas e que voltará a desencadeá-las. Os levantes no Líbano emergem na situação em que o imperialismo procura cercar o Irã, e liquidar com as defesas do nacionalismo. A China foi obrigada a impor ordem à força em Hong Kong, abalado pelas constantes revoltas. No quintal da Rússia, a Bielorrússia se encontra convulsionada depois das eleições.

Bastam esses exemplos para se observarem as tendências mais profundas de decomposição do capitalismo e de agravamento

da luta de classes. Essas tendências favoráveis ao combate do proletariado põem à luz do dia a crise de direção revolucionária. A burguesia, em toda a parte, conta a seu favor com a ausência de partidos revolucionários, enraizados nas massas e organizados como vanguarda do proletariado. Se essa constatação se impõe como necessária, também é obrigatório reconhecer que as condições são muito mais favoráveis hoje do que ontem, para dar passos na tarefa de construir os partidos revolucionários, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

No momento em que Trotsky verificava que o nacionalismo burguês tinha por conteúdo alcançar algum grau de independência diante do imperialismo, hoje se mostra historicamente esgotado, embora continue politicamente atravancando o caminho da revolução proletária. O nacional-reformismo, agora, manobra para ocultar sua impotência diante das multinacionais, e seu seguidismo às disputas interimperialistas. Estando no poder, não tem como tomar medidas anti-imperialistas, ainda que limitadas. O palavreado sobre a soberania e o desenvolvimento nacional logo se desfaz, diante das pressões da burguesia, para garantir os interesses do parasitismo financeiro, e descarregar o peso da desintegração do capitalismo sobre a maioria oprimida. O fracasso do ciclo do “novo” nacional-reformismo, que sucedeu ao ciclo do “neoliberalismo”, favorece o empenho da vanguarda em pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista. É nesse quadro que também se manifesta a impotência e o esgotamento gradual do centrismo, que renunciou à estratégia da ditadura do proletariado, e que procura confundir a vanguarda se passando por “trotskista”.

O programa que estabelece a unidade entre a revolução democrática e a revolução proletária deve ser a base sobre a qual a vanguarda marxista-leninista-trotskista trabalhe pela superação da crise de direção. Há que se estabelecer no seio dos explorados a estratégia de poder, que é a ditadura do proletariado, que na América Latina se expressará por meio do governo operário e camponês. Hoje, mais do que ontem, a estratégia de poder do proletariado se impõe como condição, para separar os explorados dos exploradores, para desenvolver a organização independente da classe operária, e para derrotar as políticas e manobras que dividem a maioria oprimida. A defesa da estratégia do governo operário e camponês, nas condições concretas da luta de classes, permite à vanguarda intervir com a política do proletariado no interior dos movimentos protagonizados pela pequena burguesia. Permite se distinguir das diversas variantes do reformismo e do centrismo, que se apoiam no descontentamento da classe média para manter a classe operária na retaguarda, suportando o maior peso da desintegração do capitalismo e das contrarreformas. A demonstração sistemática de que somente a revolução proletária poderá acabar com o desemprego, subemprego, discriminações, fome e miséria se torna fundamental para a tática de unidade da maioria nacional oprimida em torno ao proletariado.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional se constitui em instrumento da luta mundial da classe operária pela superação da crise de direção. Impulsiona as suas seções, no sentido de organizar o proletariado sob a estratégia da revolução socialista, e trabalha pela formação do partido-programa em todas as latitudes.

A exposição abaixo foi apresentada na mesa de discussão e homenagem a Trotsky, que se realizou no dia 17 de agosto, organizada pelo Comitê Mário Pedrosa

Ruptura e continuidade do marxismo-leninismo

Aflílio de Castro

- 1) O tema desta mesa diz respeito a estalinismo, trotskismo e restauração capitalista. Estalinismo e trotskismo adjetivam duas tendências históricas. É necessário esclarecer que a Revolução Russa foi guiada pelo leninismo. Não há como se referir a estalinismo e trotskismo sem se partir do leninismo. O embate entre a fração de Stalin e a de Trotsky, que surgiu como Oposição de Esquerda, teve como centro a discussão sobre desvio e ruptura do leninismo. Os estalinistas vão atacar as posições de Trotsky, após a morte de Lênin, acusando-o de antileninista, ou seja, de menchevista. E Trotsky se opõe a Stalin, demonstrando que se tratava de desfiguração e revisão do leninismo. Essa é uma das possibilidades iniciais para se compreender o fenômeno histórico das divergências no seio do Partido Comunista Russo e do Estado Operário, que concluiu com a vitória do estalinismo e derrota da Oposição de Esquerda. Derrota no sentido de que a fração de Stalin não só manteve a hegemonia, como

Não houve propriamente dito um embate entre estalinismo e trotskismo. O correto é que o enfrentamento se deu entre estalinismo e leninismo. O próprio Trotsky reconheceu que o “trotskismo não existe como teoria original ou independente”.

dissolveu a Oposição de Esquerda, destituiu seus membros de funções no governo soviético, prendeu e, sobretudo, expulsou Trotsky da URSS. Não houve, porém, uma derrota programática, política e ideológica. A história posterior a esse período e, depois do assassinato de Trotsky, mostrou a vitória do “trotskismo”. A restauração capitalista avançou e concluiu com a destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). As posições iniciais da Oposição de Esquerda se confirmaram. E ressaltaram que a vitória do aparato estalinista expressou a pequena burguesia, que forçava o caminho da restauração, bem como agrupamentos burgueses, que se mantiveram em pé, embora a revolução houvesse expropriado a burguesia como classe dominante. O triunfo de Stalin, assim, foi possível devido ao fato do proletariado se encontrar, em grande medida, sem condições de exercer sua política de classe no seio de seu próprio Estado. Os métodos burocráticos e policiais, utilizados pelo estalinismo contra a Oposição de Esquerda, representaram a decomposição do partido bolchevique e a degeneração da ditadura do proletariado em ditadura burocrática. Estavam, assim, semeadas as bases políticas da futura restauração capitalista. O estalinismo, finalmente, desabaria e se soterraria sob os escombros da derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

2. Não houve propriamente dito um embate entre estalinismo e trotskismo. O correto é que o enfrentamento se deu entre estalinismo e leninismo. O próprio Trotsky reconheceu

que o “trotskismo não existe como teoria original ou independente”. O estalinismo denominou a Oposição de Esquerda de trotskismo para ocultar a sua ruptura com o leninismo e, em geral, com o marxismo. Tornou-se imprescindível, para a reação burocrática, se apoiar na autoridade de Lênin, para combater um suposto trotskismo antissoviético, e que servia ao imperialismo. Conforme se ampliava o isolamento da União Soviética, com as derrotas das revoluções na Europa e na Ásia (China), se gestava a tese do “socialismo em um só país”. Stalin falsifica como se fosse originária das teses de Lênin sobre a Revolução Russa e a construção do socialismo. A possibilidade do triunfo da revolução começando em um determinado país, como ocorreu na atrasada Rússia, foi confundida por Stalin como sendo a possibilidade de construir o “socialismo em um só país”. A deformação estalinista introduz no leninismo o vírus estranho do nacionalismo. Quanto ao partido, degenera o centralismo

democrático em centralismo burocrático. Stalin apoiou-se na decisão, defendida por Lênin, que proibiu a constituição de frações nas condições da guerra civil, tornando-a permanente no funcionamento do partido. A disciplina revolucionária foi substituída pela obediência

às autoridades. As divergências em torno à condução da direção estalinista foram sendo suprimidas pela repressão, que se derivou em perseguições, condenações e assassinatos. O julgamento de Trotsky, na Comissão de Controle e no Comitê Central, se deu sob a máscara do combate a um imaginário inimigo, que serviria ao imperialismo e que se colocava no campo do terrorismo. O julgamento político de Trotsky e centenas de membros da Oposição de Esquerda se desdobrou, finalmente, nos Processos de Moscou, que serviram para liquidar de vez com toda direção bolchevique. Trotsky, submetido a uma sistemática perseguição no exterior, teve como último refúgio na face da terra, o México, onde permaneceu enclausurado, ameaçado de atentado e assassinado covardemente pela polícia política de Stalin, em 20 de agosto de 1940.

3. O combate à revisão estalinista, desde 1923, e, principalmente, a partir da morte de Lênin, em janeiro de 1924, é marcado por etapas e episódios, que resultaram em formulações programáticas, amparadas nos fundamentos do marxismo-leninismo. A burocratização e o termidor no interior da revolução proletária e do Estado Soviético compareceram como um fenômeno novo. Ao expor as relações de classe sobre as quais se assentava um movimento de reação nacionalista, tendente à restauração e ruptura teórica e prática com o leninismo, Trotsky encarnou a continuidade do bolchevismo. No exílio, constituiu a Oposição de Esquerda Internacional, que até 1933 se reivindicou

como fração da III Internacional. Os erros de orientação da Internacional, que se manifestaram na Revolução Chinesa e na tática de colaboração com a burocracia sindical no movimento operário inglês, se desdobraram ao ponto de evidenciar a incapacidade da direção de responder à crise mundial, que impulsionaria o nazifascismo. A III Internacional, definitivamente, se tornava responsável por desarmar o proletariado diante da ascensão de Hitler e das tendências bélicas do imperialismo. É nesse momento que a Oposição de Esquerda se orienta, sob a direção de Trotsky, a caminhar no sentido da constituição de uma nova Internacional, a exemplo do que fez Lênin diante da degeneração da II Internacional.

4. O trotskismo tem seu lugar assegurado na história como continuidade do marxismo-leninismo. Dois pilares sustentam essa constatação: de um lado, o combate à burocratização do Estado Soviético; de outro, a defesa dos princípios do internacionalismo, aplicados contra as tendências restauracionistas. Lênin teve pouco tempo para desenvolver suas teses da construção do socialismo no processo de transição, em que permaneciam as pressões das forças econômicas pró-capitalistas, e nas condições de isolamento da revolução. Observa-se que o pouco tempo que teve para dirigir os primeiros passos na consolidação da transição, se deparou com a existência de germes burocráticos e inconsistência na direção, que herdaria as diretrizes estabelecidas no período anterior à tomada do poder e na fase inicial da constituição da ditadura de classe do proletariado e da construção econômica. Seu último escrito, que se denominou Testamento de Lênin, expôs sua apreensão sobre a inconveniência e a incapacidade de Stalin de dirigir o partido, ao mesmo tempo em que evidenciou sua propensão a eleger Trotsky como seu continuador. Esse elo da história é decisivo para se entender por que o estalinismo se constituiu em uma tendência restauracionista, no termidor da primeira revolução proletária vitoriosa. Destruíu a III Internacional e levou à bancarrota os partidos comunistas no mundo todo. É o que se passou na Alemanha, França e Itália, o que favoreceu o processo de restauração na URSS e no Leste Europeu. Na América Latina, o PC Chileno está marcado de morte histórica por ter levado às últimas consequências a política de frente de colaboração de classes - a frente popular.
5. As divergências de Trotsky no período anterior à revolução foram superadas por força dos acontecimentos. A vitória do bolchevismo diante do menchevismo deu inteira razão a Lênin, de que se tratava da separação entre marxismo e oportunismo. De volta à Rússia conflagrada, em 1917, quebrando anos de exílio, Trotsky, imediatamente, ingressou no partido bolchevique, com a anuência de Lênin. Esse passo somente foi possível devido ao reconhecimento de que o menchevismo - do qual Trotsky nunca compartilhou, apesar de ter lutado pela unificação das duas grandes tendências da socialdemocracia russa, e, assim, ter se chocado com as posições de Lênin - cumpria um papel contrarrevolucionário. A tese de Trotsky, desenvolvida desde a revolução de 1905, de que a revolução democrática somente seria possível pela via da revolução proletária, portanto, da ditadura do proletariado, finalmente,

se comprovava com a revolução de fevereiro e a formação de um governo burguês contrarrevolucionário, sustentado pelos mencheviques e socialistas revolucionários, por meio do controle dos soviets. Lênin, por sua vez, chegava à conclusão de que estavam esgotadas as possibilidades do governo nascido da revolução democrática de fevereiro e que o proletariado marchava para impor sua ditadura de classe. A confluência de Trotsky com as posições de Lênin, inscritas nas Teses de Abril, indicou o reconhecimento de que estavam no mesmo terreno da revolução proletária. As duas divergências imediatamente posteriores à revolução - sobre o acordo de Brest Litovsky e a participação dos sindicatos na construção do socialismo nas condições

A degeneração da ditadura do proletariado em ditadura burocrática avançava conforme as pressões internas e externas potenciavam a burocracia estatal. O estalinismo passou a combater com mais violência o "trotskismo" na medida em que necessitava ocultar a sua ruptura com o leninismo. Falsificava-se o lugar de Trotsky na revolução, em consonância com a revisão do programa bolchevique e do marxismo-leninismo.

em que ainda imperava o comunismo de guerra - não foram além da tática, e jamais da estratégia. No entanto, o triunvirato de Stalin, Kamenev e Zinoviev recorreu a uma revisão das posições de Trotsky e do lugar que ocupou na insurreição e tomada do poder pelo proletariado. Remexeu no passado, para taxar Trotsky de menchevique histórico, portanto, antileninista. As falsificações - respondidas uma a uma com documentações, reunidas na obra "A revolução desfigurada" - serviram ao triunvirato para falsificar o leninismo, atribuindo-lhe a tese sobre a possibilidade de construir o "socialismo em um só país". As consequências da revisão em torno ao internacionalismo marxista-leninista derivaram em erros táticos brutais. A consolidação da direção burocrática e ditatorial indicava a Trotsky e Oposição de Esquerda que a revisão do leninismo punha em perigo a revolução. Os erros da política econômica fortaleciam as forças internas restauracionistas, e enfraqueciam o Estado Operário diante das pressões das forças capitalistas externas. A degeneração da ditadura do proletariado em ditadura burocrática avançava conforme as pressões internas e externas potenciavam a burocracia estatal. O estalinismo passou a combater com mais violência o "trotskismo" na medida em que necessitava ocultar a sua ruptura com o leninismo. Falsificava-se o lugar de Trotsky na revolução, em consonância com a revisão do programa bolchevique e do marxismo-leninismo.

6. Os documentos reunidos na obra "A revolução desfigurada" expressam a etapa de luta interna do estalinismo contra a Oposição de Esquerda Bolchevique Leninista, em que se montou um tribunal de condenação de Trotsky, pré-estabelecida na Comissão de Controle e no Comitê Central. As falsificações, tanto da trajetória de Trotsky quanto das

formulações de Lênin sobre o internacionalismo nas condições concretas de risco da contrarrevolução, puseram às claras que se tratava de um “processo infinitamente mais perigoso e agudo de desarmamento teórico e político do proletariado”. O revisionismo estalinista do leninismo resultaria, inevitavelmente, em ruptura da tradição bolchevique. O desarme teórico e político, assinalado por Trotsky, avançava na medida em que aumentavam as pressões da pequena burguesia e da burguesia sobre o governo soviético e o partido dirigente. Os ataques do triunvirato à teoria da revolução permanente, para contrapor artificialmente o “trotskismo” ao marxismo-leninismo, resultavam em confusão e em desarme teórico. É importante compreender a extensão da defesa de Trotsky de suas reais posições, e dos fundamentos do leninismo, como necessária à luta contra o desarme teórico e político do proletariado pela burocracia restauracionista. Um dos pontos mais importantes da continuidade do leninismo pelo trotskismo se deu no terreno da luta contra o desarme teórico e político do proletariado russo e mundial. Stalin e aliados, para progredirem em seu trabalho de revisão do marxismo-leninismo, tiveram de ir à últimas consequências, destruindo fisicamente toda a direção bolchevique, responsável pelo triunfo da revolução socialista. A “Revolução desfigurada” cobriu principalmente a luta de Trotsky, em 1927, no tribunal de inquisição estalinista. A obra “Revolução Traída” foi concebida no período em que a ditadura burocrática de Stalin se havia tornado, definitivamente, restauracionista. A reação teórica do estalinismo, coberta pela bandeira do “socialismo em um só país” e condenação da revolução permanente, se manifestava no impulso das forças restauracionistas, que abriam um longo processo de decomposição do Estado operário, de ampliação dos canais de pressão do imperialismo sobre o regime soviético e de destruição paula-



O revisionismo estalinista do leninismo resultaria, inevitavelmente, em ruptura da tradição bolchevique. O desarme teórico e político, assinalado por Trotsky, avançava na medida em que aumentavam as pressões da pequena burguesia e da burguesia sobre o governo soviético e o partido dirigente.

tina da III Internacional. A “Revolução Traída” cobriu a origem, evolução e conclusão do estalinismo como uma corrente mundial contrarrevolucionária, uma vez que favorecia as forças restauracionistas internas e auxiliava o imperialismo a derrotar as revoluções em curso. Estavam colocadas as tarefas interdependentes de derrubar a burocracia ditatorial por meio da revolução política e de defender as conquistas da revolução contra a ofensiva econômica, política e militar do imperialismo. As formulações sobre a revolução política e a defesa incondicional da URSS contra o intervencionismo imperialista não seriam possível caso o “trotskismo” não se confirmasse como continuidade do leninismo. Trotsky foi golpeado em 20 de agosto de 1940, morrendo no dia seguinte. Três anos depois, Stalin ordenava a extinção da III Internacional. Os partidos comunistas em todo o mundo deixaram de compor o Partido Mundial da Revolução Socialista, tornando-se apêndice do Partido Comunista

Russo burocratizado, revisado e contrarrevolucionário. A constituição da IV Internacional, em 1938, alicerçada no Programa de Transição, impediu a destruição da III Internacional dos Primeiros Quatro Congressos, dirigidos por Lênin e Trotsky. A rigor, Stalin se desfez da corrompida e imprestável III Internacional do V congresso em diante. A III Internacional, que fundou o mais potente e completo Partido Mundial da Revolução Socialista se manteve como programa, concepção e teoria marxista-leninista na IV Internacional, que encarnou plenamente a rejeição da tentativa de Stalin e seu triunvirato de apresentar o “trotskismo” como uma corrente original e independente do marxismo-leninismo.

Memória eterna ao revolucionário marxista-leninista Trotsky!

Lutemos pela reconstrução da IV Internacional, Partido Mundial da Revolução Socialista!

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“ Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato.”

R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Crise na Bielorrússia**Atualidade do Programa de Transição**

Lucas Martinez

Em 9 de agosto, Alexander Lukashenko foi eleito presidente de Bielorrússia, pela quarta vez. Segundo a Comissão Eleitoral, obteve 80% dos votos válidos, enquanto a oposição liberal, liderada por Svetlana Tíjanóvskaya, 10% dos votos. A oposição, porém, contestou os resultados, denunciando fraude. A União Europeia (UE) também rejeitou os resultados eleitorais. Imediatamente, deflagraram-se maciças manifestações, exigindo novas eleições. A oposição exige que, desta vez, sejam supervisionadas e fiscalizadas por “órgãos independentes” de dentro e fora do país.

Lukashenko se negou a convocar novas eleições. Mas, se disse disposto a convocar uma Assembleia Constituinte. Trata-se de uma manobra, que visa a desmontar os protestos e apresentar uma moeda de troca, para negociar com a oposição sua permanência no poder.

O “último ditador” da Europa

A Bielorrússia é dominada por uma burocracia que maneja o aparelho do Estado e os ramos estratégicos da economia nacional, herança da casta estalinista, que governou o país por mais de cinco décadas, até a queda da URSS. O controle autoritário de Lukashenko sobre a comissão eleitoral é, portanto, um meio político para administrar as mudanças no regime econômico e político.

São as sobrevivências burocráticas que o imperialismo pretende desmontar, para tomar posse de suas riquezas naturais e indústrias nacionais. Sob a retórica democrática – o Comissário de Política Exterior da UE, Josep Borrell, afirmou que as eleições “não foram livres, nem justas” – acham-se os interesses monopolistas. Quando a UE denomina Lukashenko como o “último ditador” da Europa, na verdade, está assinalando que objetiva remover a casta burocrática estalinista do manejo do Estado e da economia, recorrendo às vias democrático-burguesas, desde que manejadas por seus agentes políticos.

Isso explica por que a oposição liberal-burguesa tem sido – e é – um instrumento dessas movimentações. Lukashenko acusou-a de servir aos interesses dos monopólios, que visam a privatizar a economia estatizada. Na verdade, a casta burocrática só defende o que resta das antigas conquistas revolucionárias do proletariado, porque delas se extraem os privilégios, e se sustenta no poder do Estado.

Heranças estalinistas

Lukashenko iniciou sua carreira no Partido Comunista, servindo-se do grupo “Comunistas pela Democracia”. Mas, acabou se integrando fisiologicamente às frações burocráticas que controlavam o Estado. De fato, foi o único membro que votou contra o “tratado de 1991”, que dissolveu a URSS.

A restauração capitalista, porém, comprometeria a existência social da burocracia usurpadora. Eis por que acabou se adaptando à formalidade democrático-burguesa, embora preservando a propriedade estatal na indústria e na agricultura.

Esse percurso histórico firmou os laços que unificaram diferentes setores da burocracia estatal (funcionários, militares e policiais), ao redor da manutenção da propriedade estatal dos

meios de produção, tanto quanto possível. Mas, a defesa de seus privilégios exigia governar recorrendo a métodos policiais contra a classe operária e dos demais assalariados, inimigos mortais da corrompida casta social.

Não por acaso, o principal ponto de apoio do regime de Lukashenko é o órgão de Segurança do Estado, a KGB, moldado nos velhos métodos da polícia política estalinista. Não se trata, evidentemente, de firmes “convicções ideológicas comunistas”. Funcionários de alto escalão, polícia, militares e agentes da KGB possuem condições de vida diferenciadas: melhores moradias, aposentadoria antecipada, serviços de saúde especiais, direitos a férias em locais turísticos especiais, etc. De forma que uma ameaça ao regime burocrático é uma direta ameaça de dissolução das vantagens sociais e de sua importância política para definir os rumos do país.

Militarização e repressão

O que assinalamos demonstra por que – sob as bandeiras de “eleições livres” e de renúncia do ditador – se desenvolvem as tendências instintivas das massas, de romper a camisa de força da burocracia totalitária. Isto explica, portanto, por que a burocracia percebeu que a projeção dos protestos, e sua combinação com uma greve geral de quatro dias dos principais setores operários da economia estatizada, poderia abrir caminho à insurreição de massas contra o regime burocrático.

Lukashenko, assim, decidiu por desfechar uma brutal repressão. Mais de sete mil manifestantes foram presos, centenas de feridos e torturados, assim como quatro assassinados pelas forças repressivas. A candidata da oposição, Tíjanóvskaya, fugiu para Lituânia, em troca da libertação de sua equipe de campanha, presa pelo regime de Lukashenko, em meio aos protestos.

A militarização, porém, está esgotando sua capacidade de abortar as profundas tendências da luta de classes presentes no país. Nessas condições, as contradições sociais e políticas começam a se espelhar dentro do aparelho estatal. Vários membros da polícia e funcionários se demitiram, em rechaço à repressão sanguinária. Eis o exemplo de um capitão e cinco oficiais que, após 17 anos de serviço, decidiram não mais fazer a “guerra contra pessoas desarmadas”. Ou de um tenente-coronel, responsável pelo treinamento de agentes do Ministério de Interior. O regime cogita, agora, usar o exército contra as massas; mas há indícios de que as Forças Armadas resistem em servir de carrascos, desestabilizando assim o governo.

Ameaças russas e pressões imperialistas

Recentemente, foram reafirmados os acordos comerciais e diplomáticos entre a Bielorrússia e a Rússia. O fechamento do acordo se deu depois de Lukashenko tentar resistir às condições leoninas fixadas pelo Kremlin, bem como acusar Vladimir Putin de interferência nos assuntos internos.

O presidente da Rússia declarou-se alarmado pela situação convulsiva no país vizinho. A queda de Lukashenko por um golpe intestino, ou inclusive uma virada ainda mais repressiva contra as massas, modificaria, sensivelmente, as relações entre ambos

os países, pondo por terra os acordos realizados. Não por acaso, Putin disse que recorrerá a “fornecer a assistência necessária”, para salvar a Bielorrússia da desagregação, baseando-se na Organização do Tratado de Segurança Coletiva (que reúne vários países fronteiriços da Rússia, a exemplo da Armênia, Bielorrússia, Quirguistão, Tadjiquistão e Cazaquistão), agitando inclusive com a “ajuda militar”, prevista nos acordos da ATSC.

Por outro lado, uma virada de Lukashenko à União Europeia abriria caminho para o saque imperialista do que resta de propriedade estatal. O que culminaria com a imposição de um governo títere, visando não apenas a se apossar das indústrias e das propriedades agrárias coletivas, como também ampliar o cerco militar da OTAN à Rússia, que já deslocou tropas à Lituânia, Estônia e Letônia. É bom recordar que a queda da burocracia na Ucrânia abriu um poderoso canal de pressão do imperialismo na região, que antes fazia parte da União Soviética.

Como se vê, o processo de desagregação da Bielorrússia coloca, a Lukashenko e ao regime, a alternativa de apertar os laços de dependência com a Rússia; ou de servir ao avanço do imperialismo europeu, e com ele, do norte-americano.

(...) as tendências de luta das massas pelos seus direitos sociais, trabalhistas e políticos ocorrem no quadro mais amplo do profundo antagonismo entre as sobrevivências da propriedade estatal – produto das revoluções proletárias – e o parasitismo burocrático, de um lado; e entre aquelas e as tendências restauracionistas, encarnadas por setores capitalistas, de outro.

Revolta operária e popular

Ambas as alternativas, entretanto, significa agravar as contradições políticas, e potencializar a luta instintiva das massas bielorrussas pela autodeterminação sobre os assuntos internos do país. De fato, as massas mobilizadas se mostraram contrárias a subordinar o país ao imperialismo europeu ou aos ditames russos. Durante os protestos, manifestantes exigiram a oposição pró-imperialista que não erguesse as bandeiras da União Europeia, e se colocaram pelo direito à autodeterminação. É claro que nem sempre tal clareza transparece como diretriz dos protestos, que surgiram da disputa eleitoral.

Por sua vez, declarou-se, em 16 de agosto, uma greve geral de operários da indústria e da economia estatizada. Surpreendeu o fato das greves operárias se demonstrarem favoráveis a permanência das indústrias e empresas estatais, embora exigissem mudanças na administração e direção das empresas, bem como melhorias substanciais nos ritmos e métodos de trabalho. Eis por que a burguesia europeia receia ampliar seu intervencionismo na Bielorrússia, e Putin de recorrer à intervenção.

O essencial dessa constatação reside em que as tendências de luta das massas pelos seus direitos sociais, trabalhistas e políticos ocorrem no quadro mais amplo do profundo antagonismo entre as sobrevivências da propriedade estatal – produto das revoluções proletárias – e o parasitismo burocrático, de um lado; e entre aquelas e as tendências restauracionistas, encarnadas por setores capitalistas, de outro.

80 anos do assassinato de Leon Trotsky

Contradições insolúveis

Tais contradições se acham na base mais profunda da crise política. Essas se agravam, devido às tendências de desagregação geral do capitalismo e aos seus reflexos nas economias nacionais. Basta observar que o desemprego no país se acha na casa de 10%, enquanto o seguro-desemprego não ultrapassa US\$ 10. O funcionalismo público de baixo escalão (professores, enfermeiros, administrativos, etc.) está obrigado a recorrer a atividades extras para sobreviver.

As condições trabalhistas e salariais nas indústrias e granjas coletivas são diferenciadas. Mas, pouco a pouco, vêm sendo alteradas. Lukashenko desmontou os programas do “Estado de bem-estar social”, herdado do passado soviético: em 2004, avançou sobre os convênios coletivos, introduzindo os contratos individuais; em 2017, aprovou uma lei para retirar do orçamento o tempo do serviço militar, de prestação de serviços de saúde e estudos pelos assalariados ao Estado; no mesmo ano, foi aprovada uma lei em que se aceitava uma “taxa de desemprego” máxima, acabando com a política de “pleno emprego”, que vigorou por décadas. Como se vê, são medidas de contrarreformas, que os governos capitalistas aplicam por toda a parte.

É sob o pano de fundo desse percurso histórico que estourou a greve geral, em meio aos protestos contra a fraude eleitoral. Os operários da empresa estatal de Belaruskali (maior produtora de fertilizantes de minério de potássio da Europa), da Fábrica de Automóveis da Bielorrússia (BelAZ), da Fábrica de Automóveis de Minsk (MAZ) e de tratores de Minsk (MTZ) lideraram as paralisações.

Insurgência operária contra o regime burocrático

A greve nacional alertou a burocracia dos perigos de um levante operário contra o regime totalitário. Lukashenko ameaçou os grevistas com demissões, se não voltassem ao trabalho. A burocracia sindical, atrelada ao governo, por sua vez, negou-se a defender os operários dos ataques da burocracia estalinista. E, finalmente, a greve foi desmontada.

Mas, nos dias seguintes, foram realizadas diversas sabotagens nas indústrias estatizadas. Assim respondiam os operários às ameaças de demissões, e de colocar sob a vigilância da polícia política suas lideranças de base. Sabemos que a sabotagem não serve à luta das massas, o que indica a ausência de uma vanguarda dirigente com consciência de classe. De forma que, se bem que as medidas repressivas abafaram as greves, não acabaram com as profundas tendências de revolta contra o regime burocrático.

Após o fim da greve, Lukashenko foi visitar a fábrica de tratores agrícolas de Minsk. Mas, centenas de operários o receberam, exigindo sua demissão e novas eleições. Trata-se, certamente, do choque instintivo das bases operárias com a casta burocrática que usurpa a direção da economia nacional, e a submete ao controle policial no trabalho.

A ausência de um destacamento, organizado em um partido marxista-leninista-trotskista, impede o proletariado de transformar o instinto de revolta em programa da revolução política, única via pela qual se recuperará a democracia operária, e se avançará na luta estratégica pela derrocada da casta contrarrevolucionária, conquistando finalmente o controle coletivo sobre a economia e o Estado.

Superar a crise de direção revolucionária

A situação na Bielorrússia tem, como se vê, uma importância decisiva na solução revolucionária ou contrarrevolucionária dos

conflitos nacionais, mas também mundiais. O essencial, nesse sentido, está em compreender a importância da classe operária bielorrussa na luta de massas contra onipotência burocrática, que a oprime há décadas, bem como pela defesa da propriedade estatal. Caso não se constitua uma direção capaz de combater por um governo revolucionário, corre-se o perigo da oposição liberal burguesa canalizar a revolta das massas. Esse fenômeno se passou no Leste Europeu, e mesmo na ex-União Soviética.

O maior perigo para essa solução revolucionária à crise do regime burocrático, sem dúvida, reside em que o operariado, sem sua direção política revolucionária, acabe finalmente se submetendo às movimentações da burguesia imperialista mundial e às pressões democratizantes de setores do movimento de massas. Nesse sentido, a vanguarda com consciência de classe deve assimilar as lições da experiência histórica na Polônia, onde a queda da URSS foi precedida por um movimento grevista em choque contra a burocracia, que, colocado sob a liderança de um operário pró-imperialista e da igreja católica, serviu à destruição das conquistas revolucionárias e acabou espalhando as chagas sociais do capitalismo em desagregação (desemprego, perda de direitos, etc.).

Vigência do Programa de Transição

O que temos assinalado acima demonstra que, passados 80 anos do assassinato de Trotsky pelo estalinismo contrarrevolucionário,

continuam vigentes os ensinamentos de sua luta contra a burocracia totalitária, e em defesa das conquistas revolucionárias do proletariado.

A atualidade do Programa da Revolução Política, elaborado no calor da crise de direção revolucionária, decorre de sua vigência como a única via para preservar as conquistas das revoluções proletárias, ameaçadas pela desagregação do regime totalitário, sem ceder as manobras intervencionistas dos monopólios, voltadas a destruir a propriedade social dos meios de produção.

É parte integrante dessa avaliação, reconhecer a importância e urgência de superar a crise de direção revolucionária, que deve ter como ponto de partida um severo balanço por parte da vanguarda com consciência de classe, sobre as condições e processos que levaram à destruição de seu Partido Mundial da Revolução Socialista, tanto pelos estalinistas – que liquidaram a III Internacional, quanto pelos centristas – que desintegraram a IV Internacional, revisando as posições do marxismo-leninismo-trotskismo sobre o caráter contrarrevolucionário do estalinismo.

A tarefa estratégica, portanto, se resume na necessidade de reconstruir a IV Internacional, sobre os princípios e métodos do Programa de Transição. A luta dos explorados da Bielorrússia contra a burocracia, herdeira do estalinismo, somente pode abrir caminho para a constituição de um governo operário, se, ao mesmo tempo, guardar independência diante das forças burguesas pró-imperialistas, e derrotá-las.

Pontos sobre a situação nacional

1. A classe operária e demais explorados estão sob brutal ataque dos governantes e da burguesia. A pandemia tem servido de cobertura para os exploradores descarregarem a crise econômica sobre as massas. A política burguesa de isolamento social acabou sendo um meio para desfechar e desenvolver essa ofensiva. De conjunto, apesar das divergências interburguesas sobre a aplicação do isolamento social, o governo Bolsonaro, governadores opositores e Congresso Nacional aprovaram um plano de emergência para proteger o grande capital e sacrificar a vida da maioria oprimida. A MP 936 deu ao patronato o poder de suspender contratos e reduzir salários. Milhões foram atingidos. A justificativa foi a de preservar os empregos. Essa farsa caiu por terra, diante da destruição de mais de 3 milhões de postos de trabalho. A ofensiva capitalista, portanto, resultou em aumento do desemprego, subemprego, retirada de direitos e redução do valor da força de trabalho.
2. É visível, por outro lado, o fracasso da política burguesa de isolamento social, quanto à proteção da vida dos pobres e miseráveis, principalmente. O número de mortos atingiu, oficialmente, 120 mil mortos, e quase 4 milhões de infectados. Não é preciso descrever as condições sociais de miserabilidade da maioria da população para explicar um dos motivos fundamentais do fracasso da política burguesa do isolamento social. É preciso acrescentar que a enorme desproteção da saúde pública, apesar das autoridades brasileiras se orgulharem do maior sistema público de saúde do mundo, que é o SUS, também pesou decisivamente para o volume da tragédia. O

controle da saúde pelos grupos econômicos compareceu como um grande obstáculo à defesa da saúde pública. A pandemia, porém, tão somente fez emergir a barbárie social, em que as massas se encontram imersas.

3. Houve uma capitulação geral da burocracia sindical – da direita à esquerda – diante da política burguesa do isolamento social. A frente partidária reformista e centrista foi e é responsável por estabelecer a diretriz ideológica de submissão à fração burguesa, que posou de defensora da vida. A burocracia sindical serviu de instrumento para aplicar tal diretriz. O desconhecimento e a ocultação de que o isolamento social ocorreu

A classe operária e demais explorados estão sob brutal ataque dos governantes e da burguesia. A pandemia tem servido de cobertura para os exploradores descarregarem a crise econômica sobre as massas. A política burguesa de isolamento social acabou sendo um meio para desfechar e desenvolver essa ofensiva.

sob o ditado do poder econômico contribuíram para que os governantes processassem suas discordâncias e, finalmente, chegassem a um denominador comum sobre a flexibilização e quebra do isolamento social. O fato de parte significativa da classe operária ter sido afastada da produção social, e parte se mantido no trabalho em condições de desorganização e de pressão causada pela pandemia, impossibilitou que os explorados se levantassem contra a política burguesa do isolamento social, e defendessem um plano de emergência próprio. Agora, sob a quebra do isolamento social e a persistência da pandemia, a classe operária continua sofrendo com as demissões e os

acordos de redução social. As multinacionais aproveitam para concretizar seus planos de flexibilização capitalista do trabalho. As centrais sindicais e sindicatos se mantêm submissos à política burguesa do isolamento social, e auxiliam os capitalistas a descarregarem a crise sobre os assalariados e demais oprimidos.

4. A crise política é profunda. Bolsonaro somente se mantém em pé graças à política de colaboração de classes do PT, aliados e burocracia sindical. A decomposição econômica do país, que padece de uma gigantesca dívida pública e do saque parasitário do Tesouro Nacional, não possibilita ao governo aplicar medidas que não sejam de aumento dos obstáculos que desintegram as forças produtivas industriais e de ataques à vida das massas. Eis por que o governo Bolsonaro não consegue administrar as divisões interburguesas, e estabilizar as relações políticas no seio do Estado. A sua orientação francamente pró-imperialista e seu alinhamento com a política de Trump vêm potenciando as divisões interburguesas e, assim, a crise política. A política de conciliação de classes dos reformistas e da burocracia sindical procura impulsionar uma fração burguesa descontente com os rumos da administração de Bolsonaro, tendo, para isso, de renunciar qualquer luta contra as demissões, desemprego, quebra de direitos, e redução do valor da força de trabalho.
5. Assim que a classe operária e demais explorados se recuperarem dos golpes sofridos pela pandemia e pelas medidas antipopulares, suas tendências de revolta, que vinham se potenciando desde o governo Temer, virão à tona, confluirão para a unidade no combate e se chocarão com o governo e a burguesia. O esforço do PT, aliados e a burocracia sindical, de constituir uma frente pelo impeachment de Bolsonaro, indica que temem uma explosão social, e precisam ter uma válvula de escape que assegure a submissão das massas aos marcos da democracia burguesa. Contam, para isso, com as derrotas das lutas, que vêm ocorrendo isoladamente nas fábricas, na saúde e na educação. Um exemplo mais recente e de grande importância foi a traição à greve dos metalúrgicos da Renault, em São José dos Pinhais, Paraná. As multinacionais vêm demitindo em massa, e impondo redução salarial, sem que os sindicatos organizem a luta, e sem que as centrais generalizem em todo o país a revolta dos operários contra as demissões. A política de conciliação de classes se manifesta, nas condições da pandemia e de suas nefastas consequências sociais, na forma de abandono da classe operária diante das demissões, e com a formação da frente burguesa pelo impeachment. Objetivase com esse tipo de oposição trocar um governo burguês por outro, iludindo a vanguarda e os explorados com a promessa de que somente assim será possível salvar vidas e empregos.

80 anos do assassinato de Leon Trotsky

O que se opõe, completamente, a necessidade de organizar os explorados sob a estratégia própria de poder.

6. O POR se opôs, desde as primeiras horas, à política burguesa do isolamento social. Caracterizou-o como um instrumento do poder político e econômico dos exploradores. Indicou que não protegeria os pobres e miseráveis, e que descarregaria a crise sobre os ombros da maioria oprimida. Defendeu que os sindicatos e centrais se colocassem por responder prontamente à crise pandêmica e econômica com um plano de emergência e métodos próprios da luta de classes. No transcorrer dos acontecimentos, defendeu e fez campanha nas fábricas e outros locais de trabalho contra a política burguesa do isolamento social, contra as medidas baixadas pelo governo e Congresso Nacional, e a favor da preparação para a volta ao trabalho, no momento em que o poder econômico ditou a quebra do isolamento social, convocando as assembleias, constituindo os comitês de luta, unindo empregados e desempregados, bem como organizando uma campanha nacional. Interveio o quanto pôde nas manifestações de rua, que passavam por cima da política burguesa do isolamento social e das travas da conciliação de classes. Levantou as bandeiras do emprego, salário, direitos e saúde pública, vinculando-as à estratégia da revolução e ditadura proletárias. Rechaçou a farsa do Dia de Luto, defendendo a bandeira de Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestação de rua. Procurou convencer a vanguarda iludida pelo reformismo e centrismo de que a tarefa do momento é a de trabalhar no sentido de superar o profundo refluxo imposto ao proletariado e demais explorados.
7. Na luta contra a política burguesa de isolamento social e a conciliação de classes, o POR rejeitou as assembleias virtuais, que serviram para impor aos trabalhadores a MP 936. Com o Boletim Nossa Classe e jornal Massas, o POR foi às fábricas explicar a necessidade de restabelecer a democracia operária para superar o imobilismo e dar impulso ao movimento de resistência contra os ataques da burguesia e em defesa do plano de emergência próprio. Fez campanha por uma frente única de combate, baseada em assembleias sindicais e populares, e em comitês de base. Evidentemente, a vanguarda revolucionária agia nas condições adversas, em que imperavam o medo, as campanhas burguesas em torno ao isolamento social e a orientação capituladora das direções sindicais e políticas. Esse processo evidenciou a importância decisiva de constituir o partido no seio do proletariado. A aplicação do programa e da tática revolucionária, nas condições particulares da pandemia e da crise econômica, as mostrou corretas e indicou o caminho por onde vai se potencializar o POR marxista-leninista-trotskista, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Direções das Federações são um obstáculo à Greve Nacional dos Correios

É preciso mudar a orientação política da greve, romper seu isolamento e aumentar a coesão coletiva, por meio das assembleias presenciais, dos comitês de luta e da mobilização de rua. É preciso evitar que os terceirizados rompam a unidade dos trabalhadores em luta. É obrigatório vincular claramente a defesa dos salários, direitos e postos de trabalho à bandeira de “Abaixo a privatização!” A luta contra a privatização dos Correios deve ligar-se à luta geral contra a privatização da Petrobras, Eletrobras, e contra o plano privatizante de Bolsonaro/Guedes. Somente é possível derrubar as privatizações, se os trabalhadores compreenderem e assumirem a luta anti-imperialista.

A vitória da greve depende dessa linha política e de ação. Estamos correndo o risco de derrota, caso não massifiquemos nosso movimento, e não agreguemos força, por meio de um movimento nacional. Eis por que devemos exigir que as centrais sindicais e movimentos convoquem a mobilização geral dos sindicatos, pondo em marcha uma frente única classista, de defesa dos empregos, salários, postos de trabalho, fim das privatizações e pela reestatização.

Toda força à greve nacional dos Correios!

A Greve Nacional dos trabalhadores dos Correios foi deflagrada em 17 de agosto, contra o fim do Acordo Coletivo de Trabalho, que deveria valer até meados de 2021, mas foi anulado por ação liminar da Empresa de Correios e Telégrafos junto ao STF, que deliberou definitivamente em 21 de agosto.

Tratava-se do Dissídio de 2019, que garantia a manutenção de uma série de benefícios, que elevavam o salário-base dos ecetistas, a exemplo do valor do vale-alimentação, do adicional noturno e direitos, como a indenização por morte ou invalidez, ou a licença-maternidade de 180 dias. Dos 79 pontos do ACT, a empresa quer acabar, ou modificar, com 70 deles. A perda salarial, dependendo da função, alcança entre 43% a 69% do salário integral, e representa cerca de R\$ 1.200,00 a menos nos contracheques.

Além da questão salarial e dos direitos, há como pano de fundo uma forte campanha, desde o governo Temer, e intensificada pela eleição de Bolsonaro, de privatização dos Correios. No ano de 2020, intensificou-se o discurso de que é preciso quebrar o monopólio do serviço postal no Brasil, desobrigando o Estado desta função. Na greve de setembro de 2019, a questão da privatização já aparecia como denúncia, além da luta por reajuste e manutenção dos benefícios e direitos.

Motivos para a greve, portanto, não faltavam antes, e muito menos agora. O problema esteve e está na direção dos sindicatos e das federações dos trabalhadores dos Correios, que há anos usam as paralisações, atos e greves apenas como moeda de pressão, para que a justiça e o Tribunal Superior do Trabalho atuem em favor dos ecetistas. O próprio dissídio de 2019, fechado em outubro, saiu após a greve de apenas uma semana, representando somente a manutenção do ACT dos anos anteriores, sem qualquer nova conquista. Como era de se esperar, já que se trata de um plano de enxugamento da empresa, objetivando a sua privatização, a direção da ECT, sob o comando do general Floriano Peixoto, imediatamente após a decisão do TST, atuou para que o dissídio de outubro de 2019 fosse desfeito, com ação liminar no Supremo Tribunal Federal.

Desde o início de 2020, já se verificava a quebra do dissídio, com a mudança no custeio dos planos de saúde da categoria. A empresa, que antes custeava 70% do valor, tornou paritária a divisão, e permitiu o aumento nos valores da coparticipação, o que elevou os valores pagos pelos funcionários em até 100%.

Diante dessa investida, o que fizeram as direções da FENTECT e da FINDECT, nos primeiros meses do ano? Buscaram pressionar, no parlamento, a garantia do ACT, e confiaram que a decisão final do STF seria favorável aos trabalhadores. Até o dia 21 de agosto, apostavam que era possível “reverter” a decisão inicial de Dias Toffoli, que garantiu a liminar da ECT contra o Dissídio de 2019. Após o dia 21, a mesma direção sindical, que apostava no STF, afirmou que houve uma “quebra” na harmonia entre as diferentes instâncias da justiça, já que o STF não “podia” interferir na decisão do TST.

Motivos para a greve ... não faltavam antes, e muito menos agora. O problema esteve e está na direção dos sindicatos e das federações dos trabalhadores dos Correios, que há anos usam as paralisações, atos e greves apenas como moeda de pressão, para que a justiça e o Tribunal Superior do Trabalho atuem em favor dos ecetistas.

Como os demais sindicatos, federações e centrais, as direções sindicais dos trabalhadores dos Correios suspenderam o dia 18 de março, mesmo que, no início daquele mês, já houvesse sido convocada paralisação de um dia, e já se aventava a necessidade de greve nacional, para garantir o ACT. Ou seja, mesmo sabendo que o ataque da empresa só aumentaria no período, e que seria necessária mobilização para reverter este quadro já colocado, as direções da categoria desmobilizaram completamente a base.

Após esses meses de pandemia e paralisia nas atividades sindicais, embora os ecetistas tenham continuado trabalhando, a greve foi marcada na semana em que o julgamento do STF ocorreria, e cada um dos ministros manteria ou não o entendimento de Dias Toffoli. A greve, portanto, não nasceu da exigência objetiva de se levantar uma grande mobilização contra o plano da empresa e do governo, mas como parte da pressão institucional que anualmente os 36 sindicatos e as duas federações realizam.

Entretanto, a questão é que esta luta, esta greve, não é só parte de mais uma campanha salarial, ela se coloca objetivamente na oposição ao projeto de privatização em curso, que exige enxugamento da folha de pagamento, exige balanços superavitários, e exige uma

postura política de austeridade, que não permita concessões, como a manutenção de direitos anteriores. A greve e a sua continuidade foram aprovadas sem qualquer dissidência entre as direções sindicais, uma vez que não havia condições de recuar, diante da projeção dos ataques, mesmo que tais direções organizassem a luta, impondo uma série de limitações desde o seu início.

Com efeito, como a FENECT, a maior federação, ligada à CUT, e os seus 31 sindicatos filiados, deliberou pela greve? A partir de assembleias virtuais, sem qualquer campanha ou panfletagem anterior, sem grandes convocações públicas, e sem a organização dos comitês de greve. A FINDECT, com apenas cinco sindicatos, ligada à CTB, mas com os dois maiores do país, o de SP e do RJ, atuou da mesma forma.

Em várias capitais, as representações sindicais locais fizeram faixas, cartazes e pequenos atos simbólicos, na primeira semana da greve. Não houve, realmente, um empenho para que a greve se projetasse entre a população, e se tornasse nacional. Nas cidades do interior, a mobilização foi praticamente nula, e boa parte dos ecetistas seguiu trabalhando. O impacto inicial da greve seria menor, se a paralisação não tivesse, desde o início, atingido parte do Corredor Comercial, ligado a capitais do Sudeste e do Sul, que concentram as maiores receitas da empresa, o que obrigou a ECT a liberar o trabalho aos fins de semana, com o pagamento das horas extras.

A orientação política das direções sindicais, começando pela recusa em organizar as assembleias presenciais, é impotente para reverter o quadro de ataques colocados. A primeira semana da greve serviu como pressão institucional, e não para mostrar a força dos trabalhadores. A partir da segunda semana, ou a greve se impulsiona para a ação coletiva, para a mobilização de rua, e

orientada a construir a unidade com outros setores, ou será massacrada pela campanha da empresa e do governo. O que apontam já FINDECT e FENECT é a pressão parlamentar e os atos simbólicos, como a doação de sangue em hemocentros. Mudar a orientação da greve, exigir as assembleias massivas e presenciais, significa passar por cima da orientação colaboracionista das direções sindicais.

Mesmo a frente das Centrais que, desde o início do ano, tem reafirmado a luta dos ecetistas contra a ação da empresa, e que já soltou nota em favor da greve e da mobilização, é impotente para garantir um suporte aos grevistas. As direções das Centrais não estão impulsionando as assembleias e as lutas de cada um dos setores de trabalhadores atacados durante a pandemia. A redução salarial e as demissões atingiram, em cheio, a classe operária. O funcionalismo amarga a decisão de congelamento salarial, até 2021. Nem CUT, nem CSP-Conlutas, nem CTB, nem Intersindical, muito menos Força e outras centrais mais à direita, convocaram qualquer manifestação nacional de luta, de mobilização, de grandes atos. Não se projeta uma campanha nacional em defesa dos empregos e dos salários.

Estes são obstáculos criados pelas direções sindicais, as quais se orientam para a luta parlamentar e para o eleitoralismo, que atuam objetivamente na greve dos trabalhadores dos Correios, e que funcionam como freios para que ela se expanda e crie uma verdadeira luta nacional. Quebrar esta orientação, organizar as atividades massivas, presenciais, impulsionar um verdadeiro Dia Nacional de Luta, é o caminho pelo qual a greve pode crescer, ganhar a população, e servir de elo para que outras lutas nacionais despontem contra os planos dos capitalistas e dos governos.

Campanhas do POR

A principal campanha do POR, neste momento, se concentra em torno à greve nacional dos correios. A vitória do movimento não só garantirá a manutenção dos direitos trabalhistas, como também erguerá um obstáculo ao processo de privatização. O Boletim Nossa Classe Ecetistas, do final de agosto, defende: 1) ganhar a população contra a ofensiva do governo e da direção da ECT; 2) construir a unidade com o conjunto dos trabalhadores; 3) Impulsionar um Dia Nacional de Mobilização e Luta; e 4) convocar os sindicatos e trabalhadores de todo o país a defender a greve dos ecetistas.



À vitória, companheiros!



**Contra a
privatização dos
Correios**

**Que as centrais
organizem a luta
nacional!**

**Marcar assembleias
presenciais!**



A defesa dos salários, dos empregos, dos direitos é o ponto central para unirmos o conjunto de nossa categoria e criar a unidade com os trabalhadores, em geral, e com a classe operária, em especial.

Que os governos e os capitalistas paguem por sua própria crise!

Sigamos paralisando todos os locais de trabalho, organizando atos e passeatas

nas ruas de cada cidade, organizando uma grande mobilização pelas capitais, bloqueando avenidas, rodovias.

Nossa greve ativa, com mobilização permanente, será vitoriosa! Exijamos grandes mobilizações e assembleias presenciais, nas principais cidades do país! Viva a greve por tempo indeterminado dos ecetistas!

O Boletim Nossa Classe de 24 de agosto, da regional de Pernambuco, responde à tentativa de um golpe da oposição direitista contra a direção burocrática do sindicato dos rodoviários. Eis:

Alerta! Oposição golpista convoca assembleia fajuta

Circula nos grupos virtuais da categoria a convocação de uma "Assembleia" pela oposição, para o dia 29 de agosto. A convocatória parte de Roberto Carlos, que liderou a Chapa 02 - Mudança (CUT), nas últimas eleições, em unidade com o grupo Família rodoviária (UGT).

Daí vem a pergunta: "Essa assembleia vai tratar dos interesses gerais da categoria?"

A resposta é direta: NÃO!

O conteúdo da assembleia (29) é burocrático e GOLPISTA. E se limita à disputa do aparelho sindical. Tenta uma manobra para derrubar a gestão, argumentando que Aldo Lima não pertence à classe rodoviária. Ora, todos sabem que Aldo foi demitido político da patronal por ter um histórico de lutas na categoria. Foi reintegrado judicialmente. Usar o estatuto para vetar sua gestão é um ataque pró-patronal.

Roberto Carlos diz que o Ministério Público do Trabalho (MPT) foi convidado para a tal assembleia. Um recurso para tentar dar legitimidade, mas profunda-

mente equivocado. Quem tem que decidir sobre os problemas do sindicato é a própria categoria, e não o Estado, do qual o MPT faz parte. A MAIORIA da categoria elegeu esta direção, e não é a "justiça" mas sim a categoria que deve decidir sobre os próprios problemas.

O Boletim Nossa Classe denuncia que a "assembleia" fajuta do dia 29 é uma movimentação golpista da oposição (Mudança/ CUT e Família Rodoviária/UGT), por isso deve ser rejeitada. É urgente a criação de uma fração revolucionária na categoria, que impulse uma oposição classista.

E afirma: *o Boletim Nossa Classe defende a democracia operária na vida do sindicato! Defende que se forme uma oposição classista, que incentive a categoria a tomar em suas mãos seu instrumento de luta, o sindicato, para unir os rodoviários, na batalha contra a patronal e contra todos ataques dos governos.*

Ainda sobre os rodoviários, explica que, mesmo na situação difícil da pandemia, é preciso organizar a campanha sa-



larial. Critica a burocracia dirigente, por sujeitar a defesa dos salários à decisão judicial. Propõe: a realização das assembleias nas garagens. Nada de confiar na "sensibilização" da justiça e governador para pressionar o patrão, como defende a direção do sindicato (PSOL). Só com a greve ativa e mobilizada teremos chance de garantir a readmissão dos milhares de companheiros que perderam seus empregos. Só na luta vamos derrubar a dupla função, e retomar todos direitos roubados pelo patrão.

O Boletim Nossa Classe de Pernambuco realiza a campanha de defesa da greve nacional dos Correios. E levanta a bandeira: Impulsionar o Dia Nacional de Luta para unificar com o conjunto dos trabalhadores.



Sobre o péssimo saneamento básico no Aracapé

Descreve o esgoto a céu aberto, o mato que se espalha por todo o lado, lixo acumulado, ausência de coleta de lixo e falta de calçamento. Defende: É preciso denunciar esse descaso, e exigir que os governos rompam com o pagamento da dívida pública e seus juros absurdos, que consome bilhões, e ajude os bairros pobres!

Sobre o transporte coletivo

O Boletim denuncia a superlotação e a hipocrisia dos governos, que pedem à população manter distância para evitar a contaminação do coronavírus. Diz:

Lançado o primeiro número do Boletim O Proletário, regional Ceará, voltado aos bairros populares. Traz os seguintes problemas: saneamento básico, transporte coletivo, desemprego, privatização da água, e apoio à greve nacional dos correios.

o discurso dos governos, de que estão preocupados com a nossa saúde, é pura balela. Esse isolamento social é diferente pra ricos (burgueses) e trabalhadores. Eles podem ficar em suas casas, nós não. Tivemos de voltar a trabalhar e nos contaminar, ou no trabalho, ou dentro dos ônibus! Até agora, a frota está sem prazo para voltar a 100%, e os empresários já falam em aumentar a passagem. Nossa resposta deve ser: estatização do transporte público sob controle dos trabalhadores! Redução da passagem de ônibus e passe livre para estudantes e desempregados!

Sobre o desemprego

O Boletim O Proletário denuncia: *Desemprego para todo lado! Só há um jeito de resolver: redução da jornada de trabalho, sem redução de salário para que haja emprego a todos!*

Mesmo com a volta ao trabalho de muitos operários e trabalhadores, o de-

semprego não dá trégua. É necessário que haja um grande movimento de jovens, de desempregados e empregados contra a redução dos salários e as demissões. Exigimos que os sindicatos, as centrais sindicais, associações de moradores, chamem a população que sofre, a formar comitês de luta contra o desemprego! Por emprego a todos! Redução da jornada de trabalho sem redução de salário!

Sobre a privatização da água

O Boletim mostra à população que o Projeto de Lei 4.162/19, aprovado pelo Senado, permite aos governantes privatizar esse serviço essencial, que é a água. Mostra o perigo da CAGECE passar para as mãos dos capitalistas exploradores, que só pensam em lucro, e nunca nas necessidades da população pobre e miserável. O Boletim rechaça essa lei maldita.

O Boletim Juventude em Luta

Corrente Proletária Secundarista, setembro



O Boletim chegou ao número 50. É motivo de alegria. Alegria pelo fato do POR manter esse instrumento de propaganda e agitação revolucionárias entre a juventude. Mesmo com a pandemia e com a severa quarentena escolar, o Boletim Juventude em Luta continuou sendo editado. E por quê? Porque a luta de classes não pára nunca. Porque a burguesia e seus governos continuaram atacando a educação pública. Porque a política burguesa de isolamento social não serviu aos pobres e miseráveis. Serviu para os capitalistas demitirem e reduzirem os salários. Serviu para empurrar milhões de jovens ao desemprego e ao subemprego. Esses já são motivos suficientes para manter em pé o Boletim da Corrente Proletária Secundarista. Mas há, ainda, um outro motivo, que é o de elevar constantemente a consciência classista e socialista da juventude operária.

O Boletim conclui: convidamos a juventude oprimida a contribuir com a elaboração coletiva do JeL, enviando denúncias, informes e análises sobre o que se passa nos bairros, escolas,

etc., além de ajudar na sua divulgação. Viva o Boletim Juventude em Luta!

Na seção Política Operária, o Boletim coloca a necessidade de constituir oposições revolucionárias no movimento estudantil, e combater, com o programa da revolução proletária, as políticas conciliadoras e lutar com independência de classe pelas necessidades imediatas da juventude, vinculando-as à tarefa da tomada do poder pelo proletariado.

O Boletim convoca a juventude a reagir contra o corte de R\$ 4,2 bilhões na educação, em 2021. Finalmente, traz uma nota sobre o lançamento do folheto “10 anos do Estatuto da Igualdade Racial”. Convoca a juventude a se somar às fileiras do Partido Operário Revolucionário, para combater a opressão racial em sua raiz de classe, ou seja, lutando pelas reivindicações imediatas das massas negras, como salário, emprego, saúde, etc., mas elevando essa luta até as tarefas de tomada e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

Quinzena Operária

Volkswagen anuncia a demissão de 5 mil trabalhadores no Brasil.

Que os sindicatos convoquem imediatamente a assembleia geral dos metalúrgicos. Diante das demissões, nossa resposta é a greve

A Volkswagen divulgou o plano de demissão de 5 mil, dos 14,7 mil trabalhadores, de suas quatro fábricas em São Bernardo do Campo, Taubaté, São Carlos, e São José dos Pinhais (PR). Os sindicatos dos metalúrgicos das quatro unidades informaram que a empresa pretende reduzir 35% da mão-de-obra. Só na unidade de São Bernardo, seriam 3,6 mil.

O sindicato de Taubaté disse que a montadora propôs também abrir um plano de demissão voluntária (PDV), lay-off, flexibilizar a jornada de trabalho, cortar reajuste de salários, reduzir o pagamento de participação nos lucros e resultados (PLR), e mudar benefícios, como vale-transporte, vale-alimentação e plano médico. Cláudio Batista, presidente do sindicato de Taubaté, declarou “vamos tentar nas mesas de negociação buscar alternativas para que não haja demissões”. Deixando claro, mais uma vez, que aceitará negociar os empregos e direitos. O Boletim Nossa Classe, organismo sindical do POR, reafirma a bandeira “Emprego e direitos não se negociam, defendem-se com luta”.

A direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC, por sua vez, informou aos operários que já iniciou as negociações, visando a uma proposta de acordo com a empresa. Deixando claro, portanto, que o caminho é o da conciliação de classe e não da luta direta.

Os metalúrgicos devem rechaçar a política de “negociação” e de acordos sem luta das burocracias sindicais, que só têm levado às derrotas. É necessário unificar os operários das quatro plantas da Volkswagen com as lutas dos demais trabalhadores do país.

A ofensiva dos patrões e do governo contra a classe operária e demais explorados não dá trégua. A greve dos trabalhadores dos Correios, que está na segunda semana, é contra o plano de

privatização e de cortes de direitos, do governo Bolsonaro. Recentemente, os operários da Renault se levantaram em greve contra as demissões. A Mahle autopeças demitiu 90 operários e colocou 90 em lay-off. A Kostal ameaça fechar a fábrica, em 30 de setembro. A GM, Ford e outras multinacionais impuseram os PDVs e outros instrumentos de demissão. A Embraer seguiu o mesmo caminho. O governo vem desmontando a Petrobras com as privatizações e as demissões. O Congresso Nacional negocia com os parlamentares a privatização do gás, conforme o plano de Bolsonaro/Guedes. A Eletrobras vem sendo fatiada e, logo mais, será toda privatizada. Como se vê, a ofensiva das multinacionais, governo e Congresso Nacional contra as estatais e os empregos é gigantesca.

Os patrões e o governo estão unidos para descarregar a crise econômica sobre as costas dos trabalhadores. A classe operária e demais assalariados têm sua resposta própria. Para isso, exigem que as direções sindicais saiam do imobilismo, e convoquem as assembleias, objetivando a unidade dos trabalhadores para enfrentar com seus próprios métodos a ofensiva do patronato e do governo contra os empregos, salários e direitos.

O Boletim Nossa Classe denuncia a política de colaboração de classes das direções sindicais. Defende os empregos, salários e direitos, que só podem ser conquistados por meio da ação direta. Diante das demissões e fechamento de fábricas, defende a greve, a ocupação de fábricas e o controle operário da produção. Para responder a ofensiva centralizada dos patrões e governo, a resposta tem de ser a ação unificada dos operários e demais explorados, para isso, é fundamental a convocação da assembleia geral dos metalúrgicos.

Mais um “faz de conta” das burocracias sindicais

Denominado de “Brasil Metalúrgico”, os dirigentes de sindicatos, federações e confederações de vários estados se reuniram, de forma virtual, no dia 21 de agosto, para “discutir” a “Campanha Salarial Unificada”, o desemprego e os ataques aos direitos no setor. Segundo o dirigente da CSP-Conlutas, o Mancha, além dos eixos gerais, também se discutiu a unificação da data-base dos metalúrgicos, e a retomada da luta por um Contrato Coletivo Nacional.

Sem dúvida, a iniciativa de realizar uma campanha salarial unificada é fundamental. No entanto, dessa reunião não se aprovou nada de concreto. No documento divulgado, não há qualquer menção de como realizar uma campanha salarial unificada, mesmo que seja em cada estado.

O patronato está aproveitando o período da pandemia, dos sindicatos fechados e das reuniões virtuais, para demitir, impor a MP 936 de redução salarial e suspensão de contratos, quebrar com os contratos coletivos e avançar na flexibilização capitalista

do trabalho. Enquanto isso, as burocracias sindicais, em palavras e virtualmente, anunciam o “Brasil Metalúrgico”. Mas, na prática, estão negociando com as empresas os acordos de demissão, rebaixamento salarial e liquidação de direitos.

Recentemente, as centrais e sindicatos convocaram o Dia Nacional de Luta e Luto, que não serviu para organizar os operários e demais explorados para enfrentar o desemprego, subemprego, fome e miséria. Ao contrário, se limitaram a fazer um dia de luto pelas 100 mil mortes, causadas pela pandemia. Agora, voltam novamente com mais um blefe.

A vanguarda com consciência de classe tem de denunciar essas burocracias traidoras, e trabalhar para constituir as comissões classistas nas fábricas e em outros locais de trabalho. A unidade na luta pelo emprego, salário e manutenção de direitos somente poderá ser vitoriosa com a organização dos explorados, por meio de seus próprios métodos de luta – greves, manifestações de rua, piquetes, ocupações.

Rondônia

Fortalecer a greve dos trabalhadores dos Correios

Os funcionários dos Correios, em Porto Velho, aderiram à greve nacional. O sindicato tem convocado assembleias on-line e, também presenciais. Os grevistas têm se concentrado em frente das principais agências. As direções sindicais enfatizam o discurso de que não é possível manifestações massivas, alegam as orientações da defesa sanitária. Por isso, não houve atos de rua, para impulsionar a greve e ganhar o apoio da população. Assim, o ato do dia 24/08, em uma praça no centro da capital, contou com número extremamente reduzido de grevistas.

É preciso reverter essa situação. A greve é nacional. E, em Rondônia, a adesão ainda é pequena. Para isso, é fundamental

a convocação de assembleias presenciais e manifestações diárias. Os grevistas precisam ganhar as ruas. Mostrar, por meio da luta, que a greve é contra a privatização dos Correios, em defesa dos salários e direitos, que vêm sendo arrancados pelo governo. Fortalecer a greve, unificar com outros setores e ganhar as ruas, esse é o caminho para impor as reivindicações do movimento grevista.

A Corrente Proletária divulgou o Boletim Nossa Classe Ece-tistas, que fez o chamado: “Ampliar a paralisação. Organizar assembleias e manifestações. Impulsionar um Dia Nacional de Luta para unificar com o conjunto dos trabalhadores.”

Resposta à carta de um companheiro metalúrgico

Um companheiro que trabalha em uma montadora no ABC nos escreveu, perguntando por que nós do Nossa Classe não escrevemos uma nota sobre a aposentadoria especial. Na carta, o companheiro mencionou a emenda apresentada pelo Senador Paulo Paim/PT, que defendia uma regra de transição para aposentadoria especial. Informou que já foi aprovado lutar pela regra de transição. Também em sua carta, afirmou que, se houvesse essa regra de transição, milhares de companheiros conseguiriam se aposentar. Argumenta ainda que, saindo os aposentados, os patrões poderiam colocar outros trabalhadores no lugar. O companheiro termina a carta perguntando: por que o sindicato não chama o pessoal para o debate dessa emenda?

Para responder à pergunta do companheiro, é necessário lembrar, resgatar,

qual foi a posição do sindicato dos metalúrgicos do ABC, da CUT e do PT durante todo o processo de votação e aprovação da reforma da Previdência, enviada pelo governo fascista de Bolsonaro, e aprovada pelo Congresso Nacional corrupto e ladrão. O companheiro que nos enviou a carta e os demais trabalhadores certamente se lembrarão de que o PT e a CUT não se colocaram contra a reforma da Previdência em seu conjunto, que tinha como principal objetivo aumentar a idade mínima e o tempo de contribuição.

A política do PT e da CUT foi a de apresentar emendas ao projeto de reforma da Previdência, e fazer a chamada pressão parlamentar sobre os deputados e senadores, para que ditas emendas fossem incluídas na reforma. Aqui começa a grande traição aos trabalhadores. Em lugar de

lutar para derrotar, pôr abaixo, o projeto todo da reforma da Previdência, que colocava fim ao direito à aposentadoria para a maioria dos trabalhadores, a CUT e o PT negociaram, no Congresso, emendas para setores específicos, corporativos, permi-



tindo, assim, a aprovação da reforma. A CUT, seguindo a orientação do PT de pressão parlamentar junto às demais centrais pelegas, limitaram-se a organizar um dia de greve geral passiva. Greve geral essa à qual as próprias centrais fizeram um verdadeiro boicote. Alguns sindicatos declararam sua adesão, um dia antes de ela ocorrer. Assim, o trabalho foi normal em setores fundamentais, como o transporte.

A política de apresentar emendas, fazer pressão parlamentar e organizar abaixo-assinados foi a forma que o PT, a CUT e demais centrais pelegas encontraram para permitir a aprovação da reforma da Previdência, e lavar suas mãos dizendo aos trabalhadores, demagogicamente, que lutaram e que votaram contra a reforma.

São um bando de vendidos. Só pensaram na disputa eleitoral, em desgastar o governo, e em ganhar votos nas eleições seguintes. Nunca estiveram preocupados com a maioria dos trabalhadores, que trabalharão toda a vida, e não conseguirão o direito à aposentadoria.

Durante o processo de votação da reforma Previdência, a direção pelega do sindicato fez várias assembleias nas fábricas, para falar contra essa reforma, e fazer os operários acreditarem que, enviando emendas e pressionando os deputados e

senadores, seria possível impedir a votação. Está claro hoje que a política de pressão parlamentar, de apresentar emendas e fazer abaixo-assinados é o caminho da derrota. Só serve para enganar e iludir os trabalhadores. A reforma da Previdência do governo e do Congresso Nacional, imposta pelo capital financeiro, foi aprovada com a cumplicidade do PT e das centrais, e a emenda apresentada pelo senador Paulo Paim, enviada para distrair e enganar os trabalhadores sobre a regra de transição, que o companheiro menciona em sua carta, morreu no Senado.

Nós, do Partido Operário Revolucionário, por meio do boletim Nossa Classe, fizemos uma forte campanha nas fábricas, defendendo que os sindicatos convocassem assembleias gerais em todos os setores, chamando a conformar uma frente única sindical nacional de luta, exigindo que as centrais sindicais aprovassem uma greve geral ativa, por tempo indeterminado, com ocupação de fábricas e terras, piquetes e manifestações de rua, para colocar abaixo a reforma da Previdência, e para revogar a reforma trabalhista e a lei da terceirização. Chamamos a constituir a frente única anti-imperialista, ligando a luta contra as reformas antipopulares e antioperárias à luta política pelo poder,

para pôr abaixo o governo fascistizante de Bolsonaro, e constituir o nosso próprio governo, operário e camponês, a ditadura do proletariado, transição ao socialismo.

Valorizamos e agradecemos a carta do companheiro, e convocamos todos os metalúrgicos do ABC, a exigir que a direção do sindicato, realize plenárias no sindicato, e convoque uma assembleia geral, democrática, onde a base, todos os metalúrgicos possam falar, apresentar e debater os problemas, e aprovar um plano de luta contra as demissões, a ameaça de fechamento de fábricas, rechaçar os acordos de redução da jornada com redução de salários e direitos, pela revogação da reforma da Previdência, da reforma trabalhista e a lei da terceirização. Os metalúrgicos devem resgatar o sindicato para aquilo que foi criado, ou seja, defender as reivindicações da classe operária. Devem expulsar da direção os dirigentes traidores, que só pensam em seus interesses econômicos, que usam o sindicato como trampolim político. Devemos tomar em nossas próprias mãos, a luta por nossas reivindicações. Devemos construir comissões de fábricas de luta, classista e revolucionárias em todas as fábricas e lugares de trabalho. Abaixo a burocracia vendida.

SINTECT-RN REALIZA ATOS EM NATAL



A deflagração da greve em Natal se deu por meio de assembleia presencial do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do RN (SINTECT-RN), no dia 17 de agosto. Desde o início da greve, o SINTECT-RN, filiado à FENTECT, já realizou três atos em Natal, nos dias 18, 21 e 25 de agosto. Os atos se concentraram no Complexo dos Correios da Av. Hermes da Fonseca. No ato do dia 21 de agosto (terça-feira), houve caminhada até o shopping Midway, onde foi encerrado com uma aclamação pela continuidade do movimento paredista.

A greve já paralisa cerca de 70% das 196 agências que existem no RN, e a tendência é aumentar. Os trabalhadores dizem que não se trata de aumento salarial, mas de serem contra a retirada de direitos, em virtude do encerramento arbitrário do Acordo Coletivo

de Trabalho (ACT) por parte da empresa, com o auxílio do STF. A greve também se coloca contra a privatização da estatal.

No ato do dia 25 de agosto, foi dado o informe de que a empresa havia entrado com o dissídio coletivo de greve, com a intenção de firmar um acordo coletivo de apenas 8 cláusulas, o que implicaria na retirada de praticamente todos os direitos da categoria. Paralelamente, o Ministério Público do Trabalho – MPT entrou com um pedido de mediação pré-processual no TST em torno do ACT, que foi quebrado pela empresa. O secretário-geral da FENTECT, que também estava presente no ato, chegou a dizer que poderiam até parar toda a logística da empresa, caso não lhes seja garantida a manutenção dos direitos.

Nos atos, além do SINTECT e FENTECT, estiveram presentes o POR, o MRT (que se apresentou enquanto jornal Esquerda Diário) e a direção do Sindicato dos Bancários. O POR interveio com o boletim Nossa Classe Correios nacional, pirulitos (cartazes), divulgação de jornal e materiais, e intervenção no carro de som, onde mostrou a relação entre a situação atual dos trabalhadores dos correios com os ataques gerais da burguesia aos assalariados durante a pandemia, que a luta contra a privatização dos Correios é uma luta de todos os explorados, a importância da greve ativa com atividades nas ruas, a necessidade da unidade entre explorados, e que as centrais organizem a luta nacional em defesa dos direitos e contra a privatização das estatais.

Rio Grande do Norte

Bancários votam o indicativo de greve

A Assembleia presencial dos bancários, ocorrida no dia 25/08, com cerca de 80 pessoas, demonstrou que a categoria já sabe que está diante de iminente retrocesso. O ataque da patronal Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) contra os trabalhadores bancários, por si só, desperta o entendimento de que é preciso lutar por direitos básicos, conquistados durante anos de vigência do acordo coletivo, obtido por meia da luta. Isso por que, por um lado, a maldita proposta da patronal objetiva impor reajuste zero por dois anos; por outro lado, manobra com os tais “abonos”, para “compensar” as perdas dos trabalhadores. Essa é a isca que os bancários não podem morder, pois, sabemos que os abonos não são incorporados aos salários, portanto, não são contabilizados em férias, FGTS, etc. Trata-se, na prática, de uma manobra que visa à diminuição salarial.

Além desses ataques, a Fenaban também quer reduzir em

até 48% a PLR (participação nos lucros e resultados), ameaçou retirar a 13ª cesta de alimentação, reduzir o valor da gratificação por função, bem como descontar os valores do vale-alimentação e vale-refeição. Ressalta-se que o acordo coletivo perde validade no final de agosto, portanto, os bancários estão a um passo de perderem tudo aquilo que foi conquistado. É importante, também, fortalecer a luta contra a privatização da Caixa, que está sendo atacada com a agenda de venda de subsidiárias e abertura de capital (fatiamento do banco).

Diante de tamanha violência da patronal, a assembleia votou por unanimidade indicar para a CONTRAFCUT a greve nacional para o dia 27/08. Os bancários sabem que não pode haver outra saída, senão a greve. O grau de violência dos ataques da Fenaban deve ser respondido na mesma proporção, com uma greve forte e organizada com ação direta, atos e piquetes, que aponte para a unidade com os demais setores.

Ato de solidariedade ao movimento dos Policiais Antifascismo

O ato aconteceu no dia 11 de agosto, em frente ao CO-DEPC (Complexo de Delegacias Especializadas), na zona sul de Natal.

O ato se deu pelo direito da liberdade de expressão e associação dos Policiais Antifascismo, que haviam organizado “brigadas antifascistas”, para filmar e denunciar os atos dos bolsonaristas, que pediam a reabertura econômica e, segundo o movimento, fiscalizar o cumprimento do isolamento social, regido por decreto do governo estadual. O promotor Wendell Beetovem tomou as dores dos bolsonaristas, e abriu inquérito contra dois policiais antifascismo, denunciando-os como agentes paramilitares, milicianos e outros absurdos. Neste dia, os dois policiais civis foram convocados para prestarem depoimentos sobre seus processos de criminalização.

No movimento, estiveram presentes o PT, PSOL, PSTU, CONLUTAS, CUT, POR, Sindicato dos Bancários e DCE/UFRN. A imprensa burguesa também fez a cobertura. Não foi um movimento amplo, com participação dos oprimidos, e a direção do SINPOL (sindicato dos policiais civis) sequer esteve presente. Todos ali presentes entendiam que a defesa da liberdade política dos policiais teria de ser feita, pois, todos diziam que, se não os defendessem daquele ataque, todos seriam perseguidos também. O movimento poderia ser mais amplo, dada a gravidade da situação, mas as direções dos sindicatos e centrais só mandaram seus representantes.

O PSTU defendeu que houvesse a desmilitarização, por uma polícia educativa. A CUT colocou o desmonte da econo-

mia do país pelo governo Bolsonaro. O PSOL também colocou sua posição de solidariedade, assim como dirigentes do Sindicato dos Bancários, que viam com grande perigo o processo de criminalização dos policiais. A CONLUTAS também seguiu neste discurso.

O POR colocou na sua intervenção que o que ocorria com os policiais era a determinação do governo Bolsonaro de subordinação das polícias e das forças armadas sob seu controle ideológico. Disse também que é uma perseguição política aos policiais. Que os sindicatos e centrais precisam organizar também sua resistência, pois, não eram dois policiais que estavam sendo atacados, mas todos os movimentos sociais, partidos, sindicatos e centrais.

O POR colocou na sua intervenção que o que ocorria com os policiais era a determinação do governo Bolsonaro de subordinação das polícias e das forças armadas sob seu controle ideológico. Disse também que é uma perseguição política aos policiais. Que os sindicatos e centrais precisam organizar também sua resistência, pois, não eram dois policiais que estavam sendo atacados, mas todos os movimentos sociais, partidos, sindicatos e centrais. Que o governo Bolsonaro quer retirar o direito democrático dos policiais de se expressarem, terem um partido, ter um sindicato, se organizarem politicamente. Que é necessário a unidade de todos os oprimidos na defesa política destes dois policiais. Esta política do governo Bolsonaro, militar com traços fascistas, tem de ser combatida pelos trabalhadores na luta pelo emprego, salário e contra a retirada de direitos, pois, faz parte do conjunto de ataques da burguesia e seu Estado.

SINDICATO DOS SERVIDORES DE SÃO SEBASTIÃO REALIZA DOIS ATOS CONTRA ATAQUES DA PREFEITURA

Na manhã do dia 18 de agosto, o Sindicato dos Servidores Municipais de São Sebastião, com apoio do Fórum dos Sindicatos, esteve presente em frente à Câmara Municipal, contra o projeto de lei que parcela os atrasos, e suspende o repasse patronal ao Regime Próprio de Previdência Social regional. Durante o ato, as falas convergiram em combater a Reforma da Previdência, que ainda não foi implementada integralmente no município, mas há a perspectiva de que o aumento do tempo de contribuição, aumento da idade mínima de aposentadoria, e aumento da alíquota de contribuição, entre outras medidas antipopulares, sejam aplicadas contra os servidores nos próximos meses.

Falou-se sobre a situação dos portuários, petroleiros e ecetistas, que estão diante da privatização. As ofensivas em nível federal impactam diretamente os trabalhadores da região, que, no passado, já sofreram com o aprofundamento da terceirização. O isolamento social, com a crise sanitária, serviu à burguesia para o aprofundamento dos ataques, em razão do agravamento da crise econômica, e da necessidade de aumentar suas já altas taxas de lucro.

Na tarde do mesmo dia, o SindServ São Sebastião e o Fórum dos Sindicatos do Litoral Norte se dirigiram para a costa Sul da cidade, em Boiçucanga. O segundo ato, na frente da escola estadual Walkir Vergani, teve como ponto inicial a retomada das aulas presenciais. Assim como na cidade vizinha, Caraguatatuba, a cidade de São Sebastião criou um comitê para legitimar o retorno às unidades escolares. Ainda que com composição e organização distintas, os comitês criados pelos prefeitos e secretarias de educação não são democráticos, não têm caráter deliberativo, e se distanciam da comunidade, criando uma cúpula que acatará todas as medidas impostas.

A costa Sul da cidade foi mencionada no ato, por apresentar um imenso contraste social. De um lado da rodovia, está o acesso às praias com condomínios e mansões milionárias, utilizadas quase que exclusivamente para veraneio, enquanto, no lado mais distante da praia, ficam as dezenas de milhares de famílias com dificuldade de acesso ao essencial para a existência.

Os petroleiros fizeram colocações sobre a proposta patronal de acordo coletivo de trabalho, e a possibilidade de perderem conquistas de décadas, que são resultado das lutas da categoria. O desmonte da estatal, que deverá vender mais duas refinarias, foi denunciado.

Ao final do ato, o SindServ fez uma carreata com o caminhão de som do Sindicato dos Químicos de São José dos Campos. Durante o percurso na Estrada do Cascalho, até duas escolas municipais, um áudio gravado de professores, alunos e pais de alunos sobre o retorno das aulas presenciais foi divulgado.

O POR atuou denunciando os comitês, que servem para os prefeitos se isentarem de quaisquer responsabilidades do retorno às aulas presenciais. Criados pelas prefeituras, com falso ar de democracia, só atende aos interesses da fração da burguesia ligada às instituições de ensino, e que somente os trabalhadores, estudantes e comunidade poderão decidir quanto ao retorno nas unidades escolares, e como isso se dará. Defendeu ainda que a terceirização e privatização das estatais só serão freadas com a luta dos trabalhadores, que se chocarão com a burguesia e o imperialismo em defesa dos empregos, salários e condições de trabalho, e que é necessário que as centrais, sindicatos, federações e confederações ergam a luta em defesa do conjunto dos trabalhadores e desempregados.

Intervenção no IFRN e retorno às aulas via EaD

Durante os quatro meses de intervenção no IFRN, o reitor interventor vem impondo uma política repressora e de privatização. Chegou ao auge, no dia onze de agosto, quando chamou a polícia para reprimir um grupo de estudantes, que fazia um ato pacífico na reitoria.

No dia seguinte, 12/08, o reitor interventor avançou na implementação do ensino remoto, designando uma comissão, que deveria elaborar um planejamento para o calendário de retorno às aulas via EaD. Arquitetou tudo para que pudesse avançar com suas medidas sem maiores obstáculos, pois, a Resolução 39/2020, emitida *ad referendum* e que autoriza o retorno via EaD, sequer pôde ser avaliada pelo Conselho Superior, CONSUP, que vem sendo proibido de se reunir pelo seu presidente, o interventor, agindo, assim, de forma claramente ditatorial.

A direção do SINASEFE e a Rede de Grêmios (REGIF) se limitam a seguir a linha de setores oposicionistas da burocracia universitária de se opor apenas à proposta do interventor, sem combater o retorno às aulas via EaD de forma geral. Defende que tem de se escolher o “menos pior”, que seria uma proposta de retorno às aulas via EaD, desde que haja um planejamento e assistência aos estudantes.

No dia 14/08, o SINSASEFE organizou uma assembleia pre-

sencial “híbrida” (com participação também virtual), unificada com os estudantes, para discutir um indicativo de greve. As intervenções alternavam entre servidores presentes e outros, que se inscreviam de forma virtual. A Corrente Proletária fez a defesa da greve contra a intervenção e o retorno das aulas via EaD. A votação ocorreu por meio de um aplicativo online, de modo que os votos dos que acompanhavam de forma virtual pudessem ser contabilizados. Não se aprovou a greve, mas paralisações semanais. O formato “híbrido” da assembleia (presencial e online) acaba por enfraquecer a organização presencial dos trabalhadores, pois, houve servidores que, havendo a alternativa de participação virtual, optaram por participarem de casa.

A Corrente Proletária na Educação vem intervindo nos movimentos com notas e falas que denunciam a verdadeira essência do EaD, de retrocesso e de privatização, além de impulsionar a luta pelo fim da intervenção. O movimento, que poderia ser fortalecido para lutar contra a intervenção, em defesa da educação pública, contra o sucateamento e privatização, acaba diluído pela ilusão de que EaD e “Ensino Remoto Emergencial” são diferentes, e que, com alguns ajustes, pode ser aplicado sem maiores consequências. Não há outra forma de deter o interventor, a não ser por meio de uma greve ativa, com atividades presenciais, dos estudantes e servidores do IFRN.

Ceará**Estudantes da UECE lutam contra a EaD imposto pela Reitora Josete Sales**

No dia 17 de agosto, o movimento estudantil da UECE realizou uma plenária virtual, que contou com representação do SINDUECE, e tratou, principalmente, da Resolução N° 4543/2020, do Conselho de Ensino Pesquisar e Extensão (CEPE). O documento regulamenta a conclusão do semestre 2019.2 por meios virtuais, a despeito de uma parcela dos estudantes que não tem acesso à internet/computadores. Paralelo a isso, a Reitoria iniciou discussões, a respeito da construção de um novo calendário e matrícula de calouros, definição de componentes curriculares de 2020.1; levantamento de condições infraestruturais e capacitação docente, para continuar a imposição do EaD no semestre seguinte.

Na plenária, ficou claro que a maioria das correntes e CAs dos movimentos são contra o EaD, mas apenas por seu caráter excludente. O que revela sua incapacidade de sustentar uma luta consequente contra ele. Ainda que haja infraestrutura assegurada a todos, esta modalidade não pode

expressar senão a destruição do ensino, e o favorecimento de grupos empresariais, interessados na mercantilização.

A CPE/POR interveio na plenária denunciando os ataques à universidade pública e o avanço do EaD, mostrando como os governos usam a pandemia como laboratório, para a sua imposição futura. Denunciou a legislação já criada pelos governos (LDB, Decreto 9.057/2017 aprovado no governo Temer, Portaria n° 345, que substitui o ensino presencial por EaD, em “caráter excepcional”, devido à pandemia, etc.) e o interesse do governo Camilo/PT em reduzir os gastos do Estado com as universidades estaduais. Além disso, o POR mostrou como a EAD contribui para aprofundar a separação, já existente, entre teoria e prática, no interior da universidade.

O movimento estudantil da UECE, diante da decisão da Reitoria de impor o EaD sob quaisquer condições, respondeu com a convocação dos estudantes para uma assembleia geral, porém, vir-

tual. A CPE/POR tem travado a batalha no interior do movimento estudantil por reuniões e organização da luta de forma presencial, única capazes de enfrentar a burocracia universitária e arrancar as reivindicações estudantis/docentes. As “assembleias” virtuais são uma fraude. Não têm como expressar a democracia das massas. Impossibilitam a discussão e decisão coletivas. E servem apenas às manobras da direção burocrática, que se sujeitou à condução dos governantes no enfrentamento à pandemia.

A resistência das correntes e o seu apego aos “atos virtuais” expressam sua capitulação diante da política burguesa do isolamento social (que fracassou e que, agora, só vigora para o setor da educação). A luta consequente contra a destruição do ensino passa pela construção de comitês de defesa da educação e contra o EAD. A CPE/POR convoca as direções do movimento a encamparem essa tarefa, tal como retornarem ao método da ação direta, com atos e manifestações.

Rio Grande do Norte**O movimento dos professores temporários, conduzido pela direção do SINTE/ SGA (Muda SINTE/PSTU) é desviado para o método da pressão parlamentar**

A direção do SINTE/ SGA desmontou o ato do dia 13, no Golandim, substituindo-o por uma audiência pública na Câmara, no dia 14 de agosto. Com ajuda da maioria da comissão, passou por cima da decisão da assembleia presencial do dia 6 de agosto. A audiência pública, prevista para o dia 14 de agosto, foi desmarcada pelos vereadores, que alegaram que o requerimento foi reprovado pela maioria dos vereadores da situação, em virtude de um decreto municipal impedindo aglomeração. Mesmo assim, houve a negociação dos vereadores de forma virtual, mas o presidente da Câmara disse que não disporia a mídia da Câmara a favor da audiência.

A direção do SINTE/SGA, junto com a maioria da comissão, decidiu fazer uma assembleia virtual unificada com os temporários e efetivos, no dia 21 de agosto, com a participação de 60 companheiros. Foi discutido e encaminhado pela direção, e aprovado pela maioria, que houvesse um ato em frente à Câmara Municipal, no dia 28/08, para denunciar a postura dos vereadores aliados do prefeito, que impediram que a audiência acontecesse.

A Corrente Proletária/POR se colocou a favor do ato ser no Golandim, para onde a assembleia presencial do dia 6 de agosto já havia aprovado. Foi minoria na votação, teve 5 votos, a direção

do SINTE SGA, 15 votos e 1 abstenção, outros não votaram. Mas, avaliamos que nos equivocamos em não ter combatido o método da deliberação virtual, que serviu à manobra burocrática da direção do SINTE/SGA, de submeter o encaminhamento do ato no Golandim, já decidido em assembleia presencial do dia 06/08, a uma assembleia virtual.

A novidade foi que o movimento tomou conhecimento de um grupo de estagiários, que se tem organizado virtualmente, exigindo o pagamento de 4 meses de bolsa, suspenso pela prefeitura. A estagiária, que está à frente dessa organização, passou a fazer parte da comissão do movimento, junto com os temporários.

O movimento sai da defesa da ação direta, para o método da pressão parlamentar. Tudo o que a direção do SINTE pretendia, além de desmontar a assembleia presencial e encaminhar a assembleia virtual, com pretexto que a virtual é participativa, desmontando toda uma luta, que vinha sendo reerguida por uma parcela que queria lutar.

Com este desvio da luta, o prefeito Paulo Emídio, que causou o desemprego aos 186 professores, ficou blindado com a política distracionista da direção, de canalizar a luta para o parlamento burguês.

Vigilantes patrimoniais do RN deliberam greve

Em duas assembleias presenciais do Sindicato dos Vigilantes Patrimoniais do RN (SINDSEGUR), no dia 17 de agosto, a categoria deliberou greve, a partir do dia 21/08. Os vigilantes reivindicam reajuste salarial de 4,8%, além do vale alimentação de 19 reais, por dia trabalhado, e a manutenção das cláusulas da CCT 2019-2020. As assembleias presenciais e os piquetes de greve nas agências de banco apontam o caminho para afetar o lucro dos patrões, e conquistar as reivindicações. A tarefa é massificar os piquetes e combinar com atos de rua, para ganhar o apoio dos explorados.

A greve dos vigilantes se soma à greve dos ecetistas que, em plena pandemia, estão lutando para manter os direitos históricos, que o governo dos patrões busca destruir. A luta dessas categorias só evidencia a necessidade de as centrais organizarem uma luta unificada nacional contra a retirada de direitos e contra a privatização das estatais.

Contra a retirada de direitos

Pela vitória da greve dos trabalhadores dos Correios!



São Paulo Doria apresenta pacotão de destruição dos serviços públicos

No dia 12 de agosto, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), e os secretários Henrique Meirelles e Mauro Ricardo encaminharam à Assembleia Legislativa (Alesp) o PL 529/2020, em caráter de urgência. Em sua justificativa, Doria argumenta que se trata de estabelecer “medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas”. No Ofício que corresponde às considerações dos referidos Secretários, alega-se que o PL “tem por finalidade viabilizar uma série de medidas, visando a dotar o Estado de meios de enfrentamento da grave situação fiscal que ora vivenciamos devido aos efeitos negativos da Pandemia do COVID-19 sobre as receitas públicas”. Na verdade, o governo está utilizando-se do contexto de crise sanitária para “passar a boiada”, como disse o Ministro Salles, na fatídica reunião de 22 de abril.

O PL abarca um imenso leque de ações, misturando temas e distintos aspectos, sendo este, inclusive, um dos primeiros aspectos criticados pelos sindicatos e outros setores contrários ao projeto. A ousadia do governo direitista é grande. Doria/Meirelles pretende, numa tacada só, extinguir entidades, “reestruturar” o sistema de contribuição ao IAMSPE (Hospital do Servidor Público estadual), “alienar” imóveis e ativos, repassar ao Tesouro o superávit financeiro de fundações e entidades (atingindo principalmente a Fapesp e as universidades estaduais), uniformizar em 4% a alíquota IPVA, instituir o Programa de Demissão Incentivada (PDI) aos servidores públicos celetistas que conquistaram a estabilidade, “conceder” serviços ou usos de áreas (o que inclui diversos Parques), entre outras ações. Em outras palavras, a intenção é privatizar, aumentar impostos/alíquotas de contribuição, demitir funcionários, e quebrar a autonomia financeira das universidades públicas.

O governo aproveita a pandemia para pôr em prática a privatização, o aumento de impostos e a eliminação de direitos do funcionalismo público. Apoia-se em um suposto “déficit orçamentário da ordem de R\$ 10,4 bilhões para o exercício de 2021”. Tem sido sempre assim: o próprio capital engendra um quadro de endividamento

insolúvel, que serve de justificativa para o entreguismo do que ainda resta sob o controle estatal, e golpear direitos dos trabalhadores. As reformas trabalhista e previdenciária, em âmbito federal, usaram a mesma justificativa para satisfazer a sanha dos bancos e outras frações da burguesia. Existe toda uma parafernália ideológica, já pronta para amparar o ataque aos serviços públicos: as expressões mais empregadas são “eficiência”, “responsabilidade” e “modernização”, tudo supostamente para “recuperar parte da capacidade de investimento do Estado”. Por trás das “boas intenções”, se encontra tão somente o governo Doria rifando o patrimônio público em plena pandemia. E basta um dado para desmontar as 69 páginas do projeto governista, já denunciado por parlamentares oposicionistas: por que Doria e Meirelles não cogitaram em revisar os processos de renúncia fiscal em favor de grandes empresas, que fazem com que o estado deixe de arrecadar mais de R\$ 40 bilhões?

Para se ter uma dimensão da gravidade do “ajuste”, o PL prevê a extinção da Fundação Onconectro de São Paulo (Fosp), Fundação Parque Zoológico, Fundação para o Remédio Popular (Furp), Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU), Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU), Superintendência de Controle de Endemias (Sucen), Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), Instituto Florestal, Instituto de Medicina Social e de Criminologia (Imesc), Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp) e Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (Imesc).

O entreguismo é tão grande que se pretende entregar à iniciativa privada Parques tradicionais. Segue a lista: Parque Villa Lobos, Parque Candido Portinari, Parque Fernando Costa – Água Branca, Parque Estadual do Belém Manoel Pitta, Parque Chácara da Baronesa, Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns, Parque Ecológico do Guarapiranga, e o Complexo Olímpico da Água Branca, Conjunto Desportivo Baby Barioni.

No que se refere às universidades, o

sindicato docente da USP (Adusp) apurou que o Projeto “*poderá acarretar perdas de R\$ 580 milhões para a Fapesp, e R\$ 480 milhões para a USP, já em 2020*”.

Como se vê, o discurso do governador do PSDB, do princípio da pandemia, em defesa da ciência, tem caído por terra. A tentativa demagógica de se diferenciar de Bolsonaro, com vistas às eleições de 2022, caiu por terra. O que vemos é a dupla “Bolsodoria” rompendo completamente a restrita quarentena, atacando os órgãos relacionados à pesquisa científica, cortando direitos dos servidores, e investindo contra a limitada autonomia universitária.

Sobre as mudanças dirigidas aos usuários do IAMSPE, vale ressaltar que atinge o conjunto do funcionalismo e, em particular, a numerosa categoria da educação, que se encontra há quase uma década sem um centavo de reajuste salarial, além de ter sido duramente golpeada, no começo deste ano, com a reforma previdenciária estadual, confiscando uma fatia dos rendimentos dos trabalhadores. Lembremos que Doria

também aproveitou o isolamento social dos servidores para instituir o desconto previdenciário aos aposentados, que, em sua grande maioria, já recebe uma miserável aposentadoria. Nem cabe aqui elencar os outros problemas que recaem sobre o sistema educacional, dado que a sua falência já é suficientemente conhecida.

A situação é gravíssima. Os trabalhadores da ativa, os aposentados, desempregados, a juventude oprimida e a população assalariada de conjunto sofrerão com uma ou várias consequências desse Projeto nefasto. Daí a necessidade de uma resistência ampla e unificada. As direções sindicais, das entidades estudantis e movimentos sociais precisam urgentemente sair da atual letargia, provocada pela submissão à política burguesa do isolamento social, e convocar imediatamente uma assembleia geral, unindo todas as forças contrárias ao PL 529, no campo da independência de classe. Esse ataque do governo paulista só reforça, também, a necessidade de as Centrais convocarem um verdadeiro Dia

Nacional de Luta, por emprego, salário, direitos e saúde pública.

As direções, contudo, ainda não moveram uma palha no sentido de mobilizar os explorados. Pelo contrário, têm se restringido ao jogo parlamentar-judicial. Pior, já existem inúmeras propostas de emendas ao PL, apresentadas por deputados do PT, PSOL, da chamada “Bancada Ativista”, etc. É absurdo imaginar que seja possível alterar a essência privatista e entreguista desse Projeto, por meio de remendos em sua redação. A vanguarda com consciência de classe deve, de maneira oposta, se concentrar na tarefa de mobilizar as massas, com o método da ação direta, para pôr abaixo o PL 529 na íntegra.

Somente a classe operária e demais explorados, que inclui o funcionalismo público, poderão de fato derrubar mais essa ofensiva do governo direitista e privatista de Doria. Que os sindicatos convoquem as assembleias, para que o funcionalismo aprove o verdadeiro caminho para derrubar o PL 529.

Nem o Ensino a Distância, nem o “Novo Currículo” conterão a evasão escolar

Se, no ensino presencial, já não havia condições para ensinar, nem para aprender, com o Ensino a Distância (EaD), tudo piorou. Está provado, a partir da experiência durante essa pandemia, que o EaD fracassou, escancarando, inclusive, o seu caráter discriminatório. Os poucos alunos que postavam atividades na plataforma desapareceram. Como resposta a esse fiasco, o secretário propôs aos gestores que enviassem os poucos funcionários que existem nas escolas às casas dos alunos, para sondar a causa do abandono e oferecer um arremedo de “recuperação” aos excluídos.

Tudo isso veio à tona na mesma conjuntura em que o governo estadual lançou o Novo Currículo do Ensino Médio, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, em consonância com a reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Prevê-se que a mudança seja implementada progressivamente, começando pelos alunos do 1º Ano, em 2021. O Novo Currículo terá 3.150 horas de carga horária, distribuídas em três anos. Do total, 1.800 horas serão destinadas à formação básica, e o restante, 1.350 horas, aos chamados “itinerários formativos”, onde serão incluídos os componentes do programa Inova Educação.

O governo alega ter ouvido milhares de estudantes e professores, em seminários on-line, e por meio de uma consulta pública, realizados entre março e maio de 2020. Ou seja, em plena pandemia! Vale lembrar que, nos anos anteriores, várias dessas “consultas” se depararam com manifestações contrárias

por parte de estudantes e trabalhadores. Novamente, o que presenciamos é a disposição do governo em “passar a boiada”, e ainda querendo colocar um verniz “democrático” por cima da imposição autoritária do Novo Currículo.

Segundo o Secretário de Educação, Rossieli Soares, “a mudança será fundamental para atrair e manter os jovens na escola e tentar conter o aumento da evasão escolar, após a crise provocada pelo coronavírus”. O governador Doria disse ainda que “o objetivo é criar uma escola que dialogue com a realidade atual da juventude, que se adapte às necessidades dos estudantes, e os prepare para viver em sociedade e enfrentar os desafios de um mercado de trabalho dinâmico”.

Doria e Rossieli ignoram a desigualdade social, que é a principal responsável pela evasão escolar e pela falência do ensino. Esquecem que os estudantes das escolas públicas são dos bairros operários. Seja com o EaD, ou com o “Novo Currículo”, a escola sob o capitalismo continuará enfadonha, repetitiva, memorística, descolada da realidade social. Nem cabe discutir se existirão os recursos necessários às aulas de “robótica”, etc., sendo que falta até papel higiênico nas escolas.

Não basta mudar o currículo, se a base econômica da sociedade mantém a exclusão social. A luta pela transformação do ensino é parte do programa de transformação geral da sociedade. Nós, da Corrente Proletária na Educação (POR), defendemos uma nova escola, que seja gratuita, laica, para todos, sob o controle dos estudantes e trabalhadores e ligada à produção social, isto é, que una a teoria com a prática.

Discurso ambíguo da direção do SINPEEM serve para encobrir a submissão ao governo Covas/PSDB

A Diretoria do SINPEEM, com o vereador Cláudio Fonseca (Cidadania / ex-PPS) à frente, publicou no site da entidade, no dia 25/08, uma nota informando sobre a reunião, ocorrida no mesmo dia, do Comitê Emergencial de Crise da Educação, na qual teria sido debatida uma proposta de documento, a ser entregue ao prefeito Bruno Covas/PSDB, sobre a questão do retorno às aulas. Segundo a nota, teria sido ratificada a posição de não retorno às aulas presenciais em 2020, de maneira que o restante deste ano pudesse ser empregado para “adaptações mobiliárias, sanitárias e estruturais”, entre outras medidas, objetivando a preparação para o retorno só em 2021.

Na mesma publicação, todavia, a direção firma a posição de que “os dados da Saúde são fundamentais para a retomada das atividades presenciais”, fazendo a seguinte ressalva: “a SME não pode desconsiderar a posição das entidades sindicais e dos profissionais de educação que têm reiterado que a escola não está preparada para este retorno”. E conclui: “A Saúde deve indicar sim os protocolos sanitários necessários, mas a SME tem de cumpri-los, viabilizando a nova realidade nas unidades educacionais, garantindo a segurança necessária”.

Vejamos os problemas desse posicionamento: primeiro, omite-se que a “Saúde” é, na verdade, a burocracia estatal ligada ao PSDB, e não uma “Ciência” abstrata, que paira no ar. Basta recordar os conflitos entre Mandetta-Teich e o presidente Bolsonaro, expressando os atritos entre frações burguesas-oligárquicas no seio do Estado, para compreender que é impossível neutralidade e uma autonomia completa nesse campo. O Secretário Municipal de Saúde, Edson Aparecido dos Santos, é um político peessedebista. Portanto, colocar a atribuição quanto à “indicação dos protocolos” nas mãos da “Saúde” implica, objetivamente, dá-la a um homem do governo tucano.

O segundo problema está na ideia de que a SME não poderia “desconsiderar a posição das entidades sindicais e dos profissionais de educação”. Temos de desdobrar esse ponto em duas partes:

a) o termo “desconsiderar” significa, na prática, que o Secretário Bruno Caetano deveria “consultar” a posição dos envolvidos/afetados pela decisão. E aqui há um problema político grave: não, não é o papel do sindicato implorar para que o governo nos ouça, simplesmente – mesmo porque, a nossa opinião entraria por um ouvido e sairia pelo outro dos burocratas governistas. Estamos tratando de interesses antagônicos. Uma direção sindical classista deveria estar atenta à correlação de forças entre nós e o governo, trabalhando para fortalecer a posição dos trabalhadores. Somente assim seríamos “ouvidos”.

b) qual é a “posição das entidades sindicais e dos profissionais de educação”? Como se pode aferir isso? Só há uma resposta honesta para essas indagações: o sindicato precisaria convocar e pôr para funcionar as suas instâncias, fundamentalmente, a assembleia geral. E aqui desnudamos a colossal hipocrisia do senhor Cláudio Fonseca: acusa o governo de não nos “ouvir”, mas ele próprio tira da cartola a “posição das entidades sindicais e dos profissionais de educação”, sem “considerar” a opinião de ninguém, só a dele mesmo.

E por que a direção do SINPEEM não pode sequer “ouvir” a

categoria? Não pode, pois está subordinada à política burguesa do isolamento social. Tem se negado a convocar os trabalhadores à luta, argumentando que temos de evitar as aglomerações. Enquanto isso, tem, ela própria, a Direção, aproveitado para “passar a sua boiada” também, tendo realizado a eleição para a nova Diretoria em plena pandemia, com as escolas fechadas – portanto, sem campanha. Agora, está articulando uma nova eleição, dessa vez para o Conselho Geral da entidade, igualmente debaixo da quarentena. Em outras palavras, pretende seguir adiante com a eleição, “desconsiderando” totalmente os trabalhadores.

A Corrente Proletária na Educação (POR) tem dito, desde o início da pandemia, que a orientação científica do isolamento social não era aplicável na sociedade de classes. A experiência tem demonstrado que essa tese do POR foi comprovada integralmente. Não existe mais quarentena, a não ser na cidadela da Educação. Daí a enorme pressão burguesa para o retorno das aulas, mesmo sem as mínimas condições de proteção sanitária para os jovens e os trabalhadores. O que só reforça, também, a posição do POR de que era e ainda é extremamente importante que os sindicatos convoquem as assembleias, e coloquem em pé os comitês de luta.

Não se trata, como temos dito, de ignorar o enorme risco trazido pela doença. Já são cerca de 115 mil mortos pelo Covid-19 no Brasil. A questão é que, sem a organização dos explorados, no terreno da independência de classe, não é possível responder à pressão da classe inimiga. Sem a mobilização massiva dos oprimidos, a burguesia e seus governos continuarão demitindo, rebaixando salários e retirando os nossos direitos. Basta olhar a enorme “boiada” que o governador Doria está tentando passar na Alesp, com o PL 529, um tremendo ataque ao serviço público.

Ou seja, a Direção do SINPEEM (bem como das centrais e demais sindicatos) deve convocar a assembleia, não só para que os trabalhadores, estudantes e famílias possam decidir sobre o retorno ou não às aulas; deve convocá-la também para organizar a luta pelas reivindicações dos explorados, o que implica apontar os métodos de luta e a tática a ser adotada. Essa perspectiva é totalmente contrária ao posicionamento subserviente ao governo, assumido pela burocracia sindical, subserviência encoberta por um suposto respeito à Ciência e à “Saúde”, como explicamos acima.

Para encerrar, vale ainda a menção a um terceiro problema da nota publicada pelo sindicato. Ao descrever o conjunto de medidas “solicitadas” pelo referido Comitê ao governo, comparece ali uma indicação à “estruturação do ensino remoto para que todos tenham acesso”. Nesse caso, verifica-se a capitulação da direção sindical ao Ensino a Distância (EaD). O POR tem empreendido uma campanha contra o EaD, por se tratar de uma excrescência do capitalismo, que aprofunda a crise da Educação, na medida em que amplia a separação entre teoria e prática, e só serve para os governos cortarem gastos, dentre outros problemas.

Por tudo que temos visto, não cabe outra conclusão para os trabalhadores, que não seja a necessidade de derrotar politicamente as burocracias traidoras, construindo as frações revolucionárias no interior dos sindicatos e demais organismos das massas.

Com as escolas fechadas, em plena pandemia, não pode ter eleição para o Conselho do SINPEEM! Abaixo a eleição on-line!

Não ao golpe contra os trabalhadores, não a mais uma fraude eleitoral no SINPEEM!

Em defesa da democracia sindical! Que a categoria decida, em assembleia, sobre o novo calendário eleitoral! Que a base controle integralmente o processo!

Companheiros(as), sabemos da importância de se atuar como oposição dentro das instâncias do SINPEEM. Principalmente, por se tratar de um sindicato em que a burocracia se utiliza dos métodos antidemocráticos para se perpetuar no poder.

A cada ano que passa, surge uma nova artimanha da burocracia: imposição da eleição online; eleição para a Diretoria em plena pandemia, com as escolas fechadas, etc. Enfim, a burocracia tem aperfeiçoado os seus mecanismos para manter o controle sobre o sindicato. Há muito, convivemos com processos eleitorais fraudulentos.

Mesmo assim, a Corrente Proletária na Educação (POR) sempre participou das eleições no SINPEEM. Com as devidas críticas, claro. Isso por que nunca deixou de levar em conta a importância do combate à burocracia sindical, objetivando recuperar o sindicato como uma ferramenta imprescindível dos trabalhadores, na luta contra o governo e a burguesia e na defesa das reivindicações da categoria.

O POR sempre defendeu uma frente sindical oposicionista, que tivesse em comum a luta pela democracia e independência no SINPEEM, preservando a nossa liberdade de crítica. Criticamos o sectarismo de outras correntes, que ignoram essa necessidade.

Nesse ano, nos retiramos da chapa que concorreria à eleição para a Diretoria do SINPEEM, por uma divergência de método. Contudo, fizemos questão de deixar bem claro que seguíamos construindo a Unidade da Oposição.

Agora, há outra eleição sindical em vista, para o Conselho Geral da entidade. Já denunciávamos, em um boletim anterior, a manobra da burocracia sindical, de não divulgar amplamente e dar um prazo irrisório para a inscrição dos candidatos, de apenas 6h. Ficou evidente a intenção de limitar ao máximo as inscrições, favorecendo o registro dos seus correligionários.

Os militantes da Corrente Proletária na Educação (POR) se inscreveram, pois, dada a total falta de transparência no SINPEEM, sequer tínhamos como saber, com certeza, se a disputa se

daria ainda com as escolas fechadas ou não. Na hipótese de a burocracia realizar o pleito após o retorno às escolas, teríamos nossas inscrições garantidas, e poderíamos participar, defendendo o nosso programa.

O problema é que, como já argumentamos no último boletim, a hipótese de a burocracia sindical realizar a eleição em plena pandemia, com as escolas fechadas e, portanto, sem campanha, é muito mais plausível.

Em outras palavras, estamos na iminência de mais um golpe da burocracia sindical, capitaneada pelo Cláudio Fonseca, contra a categoria, com a imposição de outra eleição fraudulenta. Por isso, mantemos a nossa campanha: Com as escolas fechadas, sem a possibilidade de fazer campanha junto aos trabalhadores, não pode ter eleição!

Em outras palavras, estamos na iminência de mais um golpe da burocracia sindical, capitaneada pelo Cláudio Fonseca, contra a categoria, com a imposição de outra eleição fraudulenta. Por isso, mantemos a nossa campanha: **Com as escolas fechadas, sem a possibilidade de fazer campanha junto aos trabalhadores, não pode ter eleição!**

Sabemos que alguns agrupamentos oposicionistas estão se mobilizando para participar da eleição para o Conselho. Certamente, apresentarão os seus argumentos. De nossa parte, seguimos firme com a posição de manter em pé a unidade prática de ação contra a burocracia sindical, nos movimentos e onde for possível, desde que preservando o princípio da democracia operária.

Mas, caso a eleição seja confirmada para esse momento, em meio à pandemia, com as escolas fechadas, nós, da Corrente Proletária, retiraremos nossas candidaturas, pois, estará configurado mais um golpe contra a categoria.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

nº 10
ago 2020

O novo número da revista da Corrente Proletária, se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

Ceará

Crescimento da violência, arrocho salarial e disputas eleitorais no Ceará

A disputa eleitoral pela prefeitura de Fortaleza tem sido marcada, até agora, pela fragmentação das coligações burguesas. Os partidos têm apresentado os seus próprios candidatos, resultando em um total de 17 pré-candidaturas, até o momento. Chama a atenção a disputa interna no PDT, partido do atual prefeito Roberto Cláudio, com cinco postulantes. A legenda, controlada pelos Ferreira Gomes, ainda hesita na escolha do nome definitivo. Entre as correntes que se reivindicam de esquerda, as candidaturas de Luizianne Lins (PT), Renato Roseno (PSOL), Zé Batista (PSTU), Paula Colares (PCR/UP), e Anízio Melo (PC do B) possuem em comum o fato de reforçarem as ilusões das massas no circo eleitoral. O PSDB, que trabalha por se reconstruir no estado, lançou o nome de Carlos Mattos, se afastando da antiga posição de apoio ao capitão Wagner (PROS). Este último, que, por sua vez, aglutina o apoio dos setores bolsonaristas e evangélicos da capital, montou uma considerável aliança com Podemos, PSC, Avante, Republicanos, PTC, PMN e PMB. O PSL, que recusou o apoio a Wagner, decidiu apresentar candidatura própria, de Heitor Freire – reacionário deputado federal. Solidariedade, PSB, PV e Cidadania decidiram também lançar seus próprios candidatos.

O fim das coligações proporcionais para vereadores e o temor da cláusula de barreira impulsionam a pulverização das candidaturas. Por outro lado, as disputas interburguesas se acentuam. No dia 13/08, a base governista de Camilo (maioria na Assembleia) votou a suspensão, por um mês, do deputado bolsonarista André Fernandes (ex-PSL e atual Republicanos), acusado de ferir o decoro parlamentar. A sua suspensão representa uma vitória dos Ferreira Gomes contra a ultradireita opositora. Roberto Cláudio, contudo, foi alvo de operação da PF, que apurou a denúncia de superfaturamento na compra de respiradores, assim como teve seu nome envolvido na suspeita de uso do dinheiro público, para bancar campanhas de vereadores, a partir do áudio vazado do deputado Bruno Gonçalves (PL). No PT, prosseguem as pressões para que o partido se alinhe no primeiro turno com o PDT e, portanto, rife a candidatura de Luizianne. Por essa razão, e pela fraqueza de sua candidatura, que não tem mais a mesma força de antes, corre atrás de alianças com PSOL, UP e PC do B.

A corrida eleitoral acontece em meio à crise sanitária e econômica. Embora o número de casos de Covid-19, em Fortaleza, tenha diminuído paulatinamente por semanas seguidas, segue a preocupação com uma possível segunda onda de contaminações.

Ao mesmo tempo, a economia não se recupera, mesmo com a reabertura do comércio, fábricas, etc. A previsão do Ipece, de que o PIB do Ceará cairá 5,5%, em 2020, puxado pela indústria (-9,8%), dá uma ideia de como o proletariado vem sendo impactado pelo desemprego.

O funcionalismo, por sua vez, vem sendo golpeado por Camilo Santana (PT), que não manteve sequer o compromisso de março com a educação, de aplicar o reajuste do piso (12,84%), alegando queda da receita com a pandemia, e a manutenção do veto de Bolsonaro ao reajuste de servidores até 31/12/2021.

Para fechar esse quadro, os índices de violência dispararam no estado do Ceará. Os assassinatos/latrocínios cresceram 102% no primeiro semestre no ano, saltando, de 1.106 (2019), para 2.245 (2020). É, de longe, o maior índice do Brasil, segundo dados do monitor da violência do G1. No Nordeste, os indicadores da violência, durante a pandemia, subiram em média 22,6%, enquanto a mesma pesquisa mostrou pequeno aumento em São Paulo (4,7%); Minas Gerais (1,9%); Santa Catarina (2,2%), e queda no Rio de Janeiro (-10,9%), Rio Grande do Sul (-8,1%) e Distrito Federal (-5,6%). O Maranhão teve aumento de 21,1%; Paraíba, de 19,4%; Alagoas, de 15,5%; Pernambuco, de 11,5%, e o Ceará, acima de 100%.

O desemprego, subemprego, baixos salários e superexploração do trabalho são a nova realidade no quadro da crise econômica. O número de ambulantes, de pedintes e desamparados só fez aumentar. A barbárie capitalista vai se impondo, sem resistência organizada dos explorados. As esquerdas, que se reivindicam dos trabalhadores, deviam estar unidas pela organização da luta pelos empregos e salários. Deviam exigir dos sindicatos e centrais que rompessem com a política de colaboração de classes. No entanto, seguem o calendário eleitoral, que serve para manter a classe operária desorientada e desmobilizada.

O POR chama os trabalhadores e a juventude pobre a não se deixarem seduzir pelo canto de sereia eleitoral. A não se enredarem nas disputas interburguesas. Convoca-os a lutar pela frente única em defesa dos empregos, contra a redução salarial, destruição de direitos e superexploração, com os métodos próprios dos explorados, a ação direta. Esse é o único caminho para se avançar na defesa das condições de vida das massas, e preparar o terreno para a ofensiva contra os governos burgueses e suas malditas contrarreformas.



Lançamento do Folheto sobre os 10 anos do Estatuto da Igualdade Racial

Organizado pelo Boletim Juventude em Luta da Corrente Proletária Secundarista, o Lançamento do Folheto sobre os 10 anos do Estatuto da Igualdade Racial foi realizado em 15 de agosto de 2020, reunindo a militância e simpatizantes poristas em São Paulo.

No início, apresentou-se a dinâmica da atividade, que passaria pelo estudo coletivo dos textos do folheto em grupos, e depois à Plenária Final. Para orientar o debate nos grupos, ressaltou-se a distinção entre as concepções de opressão do reformismo e do marxismo. Para o reformismo, há diversas opressões, de tal modo que o combate a cada uma, ou seja, a opressão racial, a opressão sobre a mulher, a opressão de classe etc., deve se dar de forma paralela. Como resposta, o reformismo defende a educação para não ser racista, e a punição para dar o exemplo. Para o marxismo, ao contrário, as diferentes opressões têm uma raiz histórica de classe, e são manifestações da opressão de classe, de modo que o combate a elas precisa, necessariamente, estar articulado ao combate ao capital. Como resposta, defende a luta revolucionária da maioria oprimida, sob direção do proletariado, para superar a propriedade privada dos meios de produção, que é o fundamento material de toda forma de opressão.

Nos grupos, as discussões foram aprofundadas a partir da leitura dos textos, e complementadas pela apresentação de dados que comprovam a falência do documento (falência da política reformista). Em seguida, a Plenária foi reestabelecida, e foram expostos os acúmulos dos grupos. Ressaltou-se que as diretrizes reformistas carecem de fundamentos materiais. Chamou-se atenção para o fato do Estatuto da Igualdade Racial não citar o regime escravista, fazendo apenas menção abstrata a “formação social do país”. De fato, o reformismo não pode ir à raiz do problema, senão teria de reconhecer a origem da opressão na classe social. Essa ocultação esconde que a opressão racial está fundada na opressão nacional, que se materializa

na opressão de classe, de tal modo que a opressão é sempre a manifestação da exploração do trabalho.

Destacou-se o caráter liberal do documento, que aponta para as saídas individuais, representatividade dentro do Estado burguês, “promoção de empresários negros”, etc.

Os dados revelam que a população negra ocupa as maiores taxas de encarceramento, de assassinatos por arma de fogo, de violência contra a mulher, de evasão escolar, e menor acesso à educação superior.

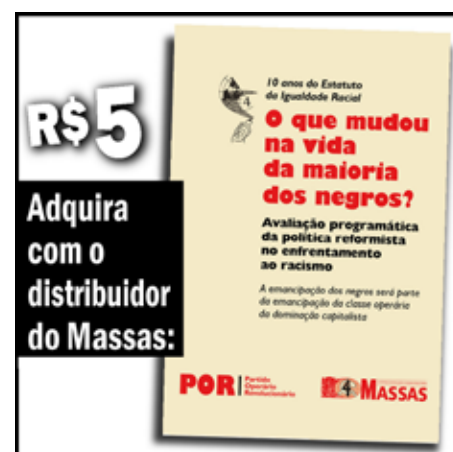
Vivemos a época de decomposição e desintegração do capitalismo, com suas crises, crescente aumento da barbárie e de toda sorte de opressões. Trata-se de uma época de guerras, revoluções e contrarrevoluções, em que as reformas progressivas, propostas pelo reformismo, não têm mais lugar. Acreditar na possibilidade de resolver o problema da opressão sobre os negros pela via institucional e legalista não passa de ilusão. Apesar disso, o reformismo continua com força, desviando as massas para o caminho eleitoral, dizendo que deve-se votar em candidatos negros, para que sejam “empoderados”. Não é de surpreender que, recentemente, pela primeira vez na história, o movimento negro brasileiro protocolou um pedido de impeachment no Congresso, reforçando assim sua submissão à linha dos partidos reformistas (PT, PCdoB e PSOL) e à política burguesa. O POR defendeu que o caminho para pôr fim à opressão racial é o da luta direta da maioria negra e oprimida nas ruas, e não nas urnas e no parlamento burguês.

Diversos foram os dados apresentados sobre a opressão sobre os pretos e pretas. Os dados são públicos e disponibilizados pelas próprias instituições burguesas, evidenciando que a burguesia tem dificuldade de mascarar a situação, tamanha são as formas de violência contra a maioria negra. Jogados na miséria, são empurrados para a criminalidade, tráfico de drogas e prostituição. Os dados revelam que a população ne-

gra ocupa as maiores taxas de encarceramento, de assassinatos por arma de fogo, de violência contra a mulher, de evasão escolar, e menor acesso à educação superior. Não tinha como deixar de mencionar que a pandemia tem escancarado e confirmado, ainda mais, a completa falência da política reformista,

expressa no Estatuto. A população preta e pobre é a que mais tem sofrido com as demissões e o desemprego, com a falta de saneamento básico e habitação, com a violência policial, com a precariedade da saúde pública, e com os óbitos por Covid-19.

Por fim, destacou-se a importância do debate, que não teve por finalidade o enriquecimento intelectual individual, mas a ação prática coletiva e consciente, levada a cabo pelo Partido Operário Revolucionário. A atividade serviu para fortalecer a militância revolucionária, que manteve suas atividades e ações políticas de forma ininterrupta, em momento algum se subordinando à política burguesa individualizante do isolamento social, que não só não garantiu as condições materiais necessárias para a proteção das massas, como serviu para avançar nos ataques aos empregos, salários e direitos sociais.



Limitações do Black Lives Matter



Vimos, na última semana, o movimento negro dos EUA retornar às ruas, para protestar contra o atentado dos agentes do Estado contra Jacob Blake, negro, estadunidense de 29 anos, que foi alvejado pelas costas por um policial branco. Depois de separar uma briga, ele tentava retornar para seu carro, onde estavam seus três filhos, quando o policial atirou sete vezes. Imediatamente, protestos começaram na cidade de Kenosha, Wisconsin, onde o crime aconteceu, e se espalhou por outras cidades. Na terceira noite de protestos, duas pessoas foram mortas, e várias feridas.

O movimento negro estadunidense tem enfrentado o medo de contágio durante a pandemia, para se colocar nas ruas, em choque com as orientações burguesas e de parte das esquerdas, de que é necessário ficar em casa, mesmo com os salários e empregos cortados, com a violência policial, com os ataques dos governos aos mais pobres para salvar os capitalistas, etc. Este fato coloca em xeque a política das direções sindicais, que continuam paralisadas com a pandemia, ainda que a luta de classes não tenha cessado nem um minuto.

Encabeçado pelo “Black Lives Matter” (BLM), o movimento tem expressado uma importante contradição, própria da etapa de desenvolvimento do capitalismo onde a crise de direção revolucionária se impõe como um profundo atraso à emancipação das massas oprimidas de todas as cores, especialmente as massas negras. A contradição consiste na profusão de mobilizações, que acontecem desde maio, em oposição à violência policial, que não cessou.

Não cabe aqui discorrer sobre a duríssima luta histórica travada pelos pretos e pretas estadunidenses, desde a escravidão. Basta dizer que o movimento que se desenvolve neste momento tem atrás de si a raiz de classe da opressão racial, assentada no modo de produção escravista que esteve na origem do capitalismo nos EUA; no fim da escravidão, sem a colocação dos negros e negras do sul na produção social; na guerra de secessão; nas leis segregacionistas “Jim Crow”; no movimento pelos direitos civis do pós-guerra, onde os EUA eram pintados como símbolo de liberdade para o mundo, mas internamente seguiam promovendo a miséria, segregação e violência; no pastor, pacifista e ativista Martin Luther King, citado pelas fundadoras do BLM como sua principal referência; em Malcolm X e claro, o mais combativo e organizado movimento até agora, o Partido dos Panteras Negras (PPN). É com este histórico, e mergulhado no momento de decomposição capitalista, que promove a dispersão da luta, transformando a batalha

pelo socialismo contra toda forma de opressão em lutas específicas e segregadas: luta contra a opressão racial, contra a opressão sobre as mulheres, contra a opressão sobre os lgbts etc. A burguesia, através de seus governos, sua mídia e outras instituições, busca ocultar a raiz histórica e de classe do racismo, apontando para correções no “uso excessivo da força policial” e, assim, não passam nem perto da verdadeira origem do problema.

O movimento BLM, que iniciou com uma hashtag no facebook em 2013, foi ganhando projeção ao longo dos anos. Ganhou as ruas com os assassinatos de Michael Brown e Eric Garner, mas foi no caso de George Floyd, em maio deste ano, que entrou definitivamente no cenário mundial. Suas fundadoras deixam claro que não possui uma centralização, nem programa. “O BLM é um guarda-chuva amplo”, disse uma delas. De fato, é uma palavra de ordem com potencial agregador e tem feito isso de maneira exemplar, mas sem uma forma organizativa que fortaleça e organize a resistência, sem um programa que demonstre a raiz de classe da opressão racial, e aponte que sua superação só será possível nos marcos da superação das classes sociais, caminho que será aberto pela transformação do modo de produção capitalista, sem isso, este movimento está fadado a ser engolido pelas forças centrífugas e pela cooptação das saídas burguesas.

Mesmo o gigante PPN, com organização centralizada (direção, disciplina, jornal partidário, células, etc.), com um programa que, apesar de limitado, apontava para a raiz de classe da opressão sobre os negros, não foi capaz de resistir à dura ofensiva burguesa com ações da CIA e FBI, infiltração de agentes, distribuição de narcóticos nos bairros negros, prisão (Bobby Seale, Huey Newton, entre outros), assassinato (Fred Hampton, entre outros), e cooptação (Bobby e Elaine Brown passam a via das eleições em 73) das lideranças. Ademais, faltou, aos Panteras, a imprescindível fusão com a classe operária estadunidense e suas necessidades, que nos anos 1960/1970 padecia da desagregação da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

Faz parte da análise dialética da realidade perceber a importância dos acontecimentos de um movimento de força nacional, com reflexos internacionais, apontando suas limitações e fraquezas. As fraquezas do BLM estão no seu descolamento da classe operária, que se expressa através da ausência do programa e sua forma organizativa dispersa e descentralizada. A cooptação do movimento nasceu junto com sua ascensão, através de politiquinhos oportunistas, principalmente filiados aos Democratas, que apontaram a solução através da regulação das ações policiais. Mas, o corolário do oportunismo foi na primeira quinzena de agosto, quando Joe Biden, candidato a presidência, anunciou a vice Kamala Harris, mulher negra, com a promessa de resolver a opressão racial nos EUA. Esta candidatura tem clara intenção de desviar o movimento das ruas para as urnas. Trata-se de uma caricatura da mesma promessa feita por Barack Obama, em 2008/2009, que os próprios acontecimentos atuais se encarregam de desmentir. Essa política burguesa acaba arrastando parte importante da população negra, sem que os movimentos deem o combate pela independência de classe.

A crise de direção revolucionária mundial tem suas raízes na decomposição política no retrocesso das conquistas da revolu-

ção russa e destruição da III Internacional pelo estalinismo. Hoje, pode ser vista na política aplicada pelas direções dos sindicatos, centrais sindicais, movimentos populares e contra as opressões. Suas direções, vinculadas ao reformismo e oportunismo, agem de acordo com os interesses de casta e limitam a luta aos marcos das instituições e democracia burguesas. Apontam para saídas eleitorais, parlamentares e judiciais. Sempre respeitando a lei e a ordem impostas pela burguesia de conjunto e seus governos. O levante nos EUA, durante a pandemia, mostrou como, em determinados momentos, as bases podem atropelar as direções. A radicalidade tomou conta das ruas, e ganhou contornos de levante popular. As massas enfurecidas atearam fogo em prédios, enfrentaram a polícia e chegaram a expulsar um corpo policial de sua delegacia (Zona Autônoma de Capitol Hill). Mas refluíu, sem um partido e um programa que pudesse orientar os revoltosos e vincular suas

justas reivindicações à necessidade de choque com a burguesia.

Sem uma política revolucionária clara, que rejeite as saídas burguesas, impostas ao movimento negro estadunidense, que rechace a impostura de que a solução está na troca de um governo burguês por outro, e que unifique e vincule as reivindicações dos explorados em uma plataforma de luta, com os métodos da classe operária, greves, ocupações, além das manifestações de rua, que já estão acontecendo, esse movimento está fadado à dispersão. Para isso, se impõe a tarefa da construção do partido operário revolucionários dos Estados Unidos da América, como parte do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. A luta dos pretos e pretas estadunidenses é a luta da maioria oprimida de todas as nações, ainda que cada qual com suas particularidades. Esta luta consiste na derrubada do capitalismo e implantação do socialismo pela revolução e ditadura proletárias.

Cepal e Onu Mulheres propõem Sistema Integrado de Cuidados para alcançar igualdade de gênero: pura ilusão!

A Cepal e Onu Mulheres lançaram, em 19 de agosto de 2020, o documento *“Cuidados na América Latina e no Caribe em tempos de Covid-19. Em direção a sistemas integrals para fortalecer a resposta e a recuperação”*. O aumento da opressão sobre as mulheres com a combinação da crise econômica e pandêmica obriga o imperialismo e governos a apresentarem respostas. Não há como ocultar que um dos elementos da política burguesa de isolamento social implicou na transferência de mais responsabilidades estatais para as mulheres, principalmente pobres. Além disso, o ambiente doméstico, já conhecido por ser profundamente violento, sobretudo para mulheres e meninas, foi ainda mais dilacerado com o quadro de crise, desemprego, queda na renda, e aumento de uso de drogas lícitas e ilícitas.

É importante considerar que, com a direitização da política burguesa, uma ala da burguesia adota o discurso da naturalização da opressão, e recorre ao obscurantismo religioso para reforçar a subalternização da mulher. Outra ala, porém, comparece como democrática, defensora dos direitos humanos e da perspectiva de gênero, como podemos ver neste documento. Sem a identificação das raízes da opressão sobre a mulher, o diagnóstico da Onu e Cepal centra-se na esfera da cultura, propõe mudanças culturais, e reformas, por meio de políticas públicas, procura integrar em sua órbita os movimentos de mulheres e feministas. Cumpre assim um papel de mascarar a responsabilidade da burguesia com a manutenção desta opressão, blinda a propriedade privada que sustenta a família como unidade econômica, e desvia as mulheres da luta revolucionária, ao alimentar as ilusões em reformas completamente irreais na atual fase do capitalismo.

O documento define os cuidados como as atividades cotidianas de reprodução da força de trabalho e sustentabilidade da vida, e reconhece que estes cuidados são realizados majoritariamente por mulheres, no âmbito doméstico, de forma gratuita. As causas para isto seriam culturais: o trabalho de cuidados é invisibilizado, subestimado, as mulheres são vistas como cuidadoras “naturais”, o estereótipo da feminização do cuidado faz com que, mesmo os trabalhos remunerados, sejam mal pagos e precários. As consequências seriam uma sobrecarga das mulheres, limitação de suas oportunidades e escolhas, que se tornam obstáculos para a “igualdade de gênero”, “empoderamento” e autonomia das mulheres.

Os dados pré-pandemia já indicavam que na América Latina e no Caribe, as mulheres dedicavam o triplo do tempo que os homens ao trabalho de cuidados não remunerado. Mulheres de menor renda dedicam 46 horas semanais ao trabalho não remunerado, enquanto mulheres com maior renda, dedicam, em média, 33 horas semanais. Com as medidas de isolamento social, teletrabalho e fechamento de escolas, esta sobrecarga se intensificou.

Não há como ocultar que um dos elementos da política burguesa de isolamento social implicou na transferência de mais responsabilidades estatais para as mulheres, principalmente pobres.

De forma farsesca, a ONU Mulheres e CEPAL convocam os governos da região a construir sistemas integrals de cuidados. Além de “empoderar” as mulheres e garantir a “igualdade de gênero”, tais sistemas se converteriam em um “verdadeiro motor da recuperação socioeconômica”. As diretrizes seriam: Reconhecer, Redistribuir e Reduzir o trabalho de cuidados não remunerado assumido pelas mulheres, por meio da “corresponsabilização” que envolva Estado, o setor privado, a comunidade, homens e mulheres.

As instituições listam as resoluções adotadas pelos governos da América Latina e do Caribe, em que se comprometem a impulsionar esta linha das políticas de cuidados, voltada à implementação da “Agenda Regional de Gênero no Marco do Desenvolvimento Sustentável em direção a 2030”. Mencionam a Estratégia de Montevideu (2017) e o Compromisso de Santiago (2020). É próprio da ONU inventar essas agendas, como a dos Objetivos do Milênio que, em 2000, estabeleceu que, em 2015, deveria se atingir a erradicação da pobreza extrema, universalização da educação básica e igualdade entre os homens e mulheres no mundo. A agenda naufragou vergonhosamente. E as metas foram refeitas para 2030, como se neste ano o mundo pudesse chegar à total igualdade entre homens e mulheres (um mundo 50-50). Não há nada em 2020 que indique a concretização da meta na próxima década, a tendência é inversa. Como não se propõem a mexer nas raízes desta desigualdade, estas metas só têm uma finalidade: iludir setores das massas.

Quando as estatísticas concretas, produzidas pela própria bur-

guesia, são reportadas, o cenário é de regressividade. Na edição de 2020 do Fórum Econômico Mundial, indicou-se que a desigualdade de gênero, no local de trabalho, aumentou em 2019, e divulgou-se que serão necessários 257 anos para alcançar a paridade. É curioso que, no relatório de 2018, diziam que a igualdade seria atingida em 202 anos. É preciso desmascarar estas estimativas. Se depender dos governos burgueses e do imperialismo, esta desigualdade não acabará nem em 2030, nem em 2276. Está nas mãos das massas operárias (compostas por homens e mulheres), junto com os demais oprimidos, eliminar a raiz da opressão, expropriando a burguesia e pondo fim a este sistema social esgotado, o capitalismo.

Transformar o mercado de trabalho?

O documento indica que a taxa média de mulheres inseridas no mercado de trabalho passou, de 41%, em 1990, para 52%, em 2018. Número 25% menor do que o de homens. Os efeitos da crise econômica e pandêmica farão estes números regredirem novamente. Segundo a OIT, os trabalhos de cuidado remunerado absorvem 1 a cada 5 trabalhadores da América Latina e Caribe. Um terço das mulheres que trabalham estão neste setor, marcado pela precariedade e baixa remuneração. Outro dado sobre a condição das mulheres é que mais da metade das 126 milhões de trabalhadoras da região é de informais, o setor mais golpeado na crise econômica e pandêmica atual.

A denúncia da precariedade é hipócrita na boca da burguesia, pois, a retirada de direitos, demissões e superexploração das trabalhadoras e trabalhadores é a outra face da moeda da sustentação do parasitismo financeiro.

A Cepal e Onu reconhecem também que as mulheres estiveram na linha de frente da resposta à pandemia. São elas que ocupam os postos mais mal remunerados na saúde, e que exercem o trabalho doméstico e ficaram expostas ao vírus, à redução de renda e ao desemprego. O documento não menciona, em momento algum, que as mazelas que as mulheres enfrentam no trabalho são compartilhadas com os homens explorados também (ainda que sejam mais afetadas). Onu e Cepal falam em flexibilidade da jornada para beneficiar mulheres, mas a pandemia mostrou mais uma vez que a burguesia só flexibiliza as leis em seu próprio benefício. A real defesa da incorporação das mulheres à produção só pode se dar com a flexibilização operária, com a divisão das horas de trabalho entre todos e todas aptos, e a garantia de um salário mínimo vital. Esta medida, porém, é de choque com as relações capitalistas de produção, por isso nunca será empunhada pela burguesia e seus porta-vozes.

A denúncia da precariedade é hipócrita na boca da burguesia, pois, a retirada de direitos, demissões e superexploração das trabalhadoras e trabalhadores é a outra face da moeda da sustentação do parasitismo financeiro. É o imperialismo que impõe ajustes fiscais, cortes de orçamento, privatização destes serviços de saúde, educação e Previdência. É o capital monopolista que impõe as contrarreformas que destroem a proteção trabalhista e social e generalizam a precariedade laboral.

O cuidado como um novo pilar dos sistemas de “bem-estar”

Décadas de aplicação de contrarreformas deixaram os sistemas de proteção social debilitados ou esfacelados, em todo o mundo. A

pandemia evidenciou a incapacidade de os sistemas de saúde darem conta de contaminações em massa. Já passamos de 820 mil mortos no mundo. A América Latina foi o continente mais golpeado pela doença. A Onu e Cepal, porém, propõem que os sistemas de bem-estar da região, que teriam como tripé a educação, saúde e segurança social, ganhasse um novo pilar: a integração do cuidado.

Mais uma vez, Cepal e Onu fecham os olhos para as condições materiais, ao explicar por que o cuidado não é visibilizado e alvo de políticas: dizem que é “pela existência de uma prescrição cultural, que estabelece uma divisão de papéis sociais, onde a responsabilidade do cuidado é dada às mulheres no ambiente familiar, consolidando uma divisão sexual desigual do trabalho”. Uma inversão idealista, que desvia a atenção das massas para as reais raízes de classe. Assim, sem lastro na realidade, os reformadores mundiais propõem que os governos desenvolvam sistemas integrais de cuidados, ampliando a cobertura e melhorando a qualidade dos serviços já existentes. Que apliquem a tecnologia para aliviar o peso dos trabalhos de cuidado não remunerado, e o dispêndio de horas no transporte.

Uma das propostas é que haja pesquisas sobre uso do tempo, que mensurem a contribuição do trabalho doméstico. Pesquisas sobre o trabalho de cuidados não remunerado já têm sido feitas pela ONG britânica OXFAM, como vemos no relatório “Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise

global da desigualdade”, apresentado ao Fórum Econômico de Davos, no início de 2020. Nele, estima-se que o valor monetário global do trabalho de cuidado não remunerado prestado por mulheres a partir

de 15 anos é de US\$ 10,8 trilhões, três vezes maior que todo o setor de tecnologia do mundo. Estima também que até 2025, 2,4 bilhões de pessoas viverão em áreas sem água suficiente, por conta de mudanças climáticas, o que fará mais mulheres terem de caminhar longas distâncias em busca de água. Além disso, crescerá o número de idosos e crianças, que demandam cuidados. Ao apresentar estes dados para os grandes capitalistas, o que se imagina que eles farão? Colocarão a mão na consciência, reconhecerão seus privilégios, anistiarão as dívidas públicas, abrirão mãos de seus lucros, e tornarão obrigação estatal a garantia dos trabalhos domésticos e de cuidados? Nunca! A proposição das ONGs e organismos ditos multilaterais, porém, é mais modesta: mexer na tributação, inserir mulheres nos espaços de poder, subsidiar as famílias na contratação de serviços de cuidados (medida privatista) e, ao menos, remunerar parte do trabalho doméstico e de cuidados não pago. Nem isso, porém, será garantido. O capitalista personifica relações sociais de exploração. A apropriação do trabalho não remunerado da mulher na reprodução social é parte do modo de produção capitalista. Será eliminada pela via revolucionária.

Apesar da aparência progressista e bem-intencionada das políticas de gênero da Onu e Cepal, é preciso denunciar suas iniciativas como verdadeiras armadilhas. A proposição de um novo direito: “o direito de todas as pessoas a cuidar e a não cuidar, bem como a de ser cuidadas em condições de qualidade e igualdade” não passa de ideologia barata. Afirma que, por meio de sistemas de cuidado, será possível modificar a divisão sexual do trabalho, “contribuindo para eliminar uma das causas estruturais das desigualdades de gênero”. Isto é falso. A divisão sexual do trabalho e a opressão da mulher são próprias das sociedades de classes. Não

será uma reforma legal que afetará os fundamentos estruturais da organização da família monogâmica como célula econômica.

A ideia de um ciclo virtuoso, nos moldes keynesianos, com uma pitada feminista que “transforme os padrões culturais patriarcais”, é pura ilusão. Dizem que, com o sistema de cuidados, serão gerados empregos principalmente para mulheres, isso ativar o consumo, o que aumentará a arrecadação de impostos e de contribuições previdenciárias. Na realidade, o capitalismo em decomposição expulsa cada vez mais contingentes da força de trabalho, superexplora os que permanecem empregados, saqueia os recursos estatais, e lida com as crises de superprodução de tempos em tempos com mais destruição de forças produtivas. Não há espaço para ilusões de conciliação e ganhos para capital e trabalho ao mesmo tempo.

As mulheres conscientes que se revoltam contra a opressão cotidiana e estrutural precisam romper com as pseudoteorias feministas e de gênero e marchar, junto com os homens explorados e oprimidos, sob o programa da classe operária. O socialismo científico, há tempos, já demarcou que é preciso eliminar a escravidão do lar que pesa sobre as mulheres, por meio da transferência deste trabalho para o Estado, por meio da criação das creches, lavanderias coletivas, restaurantes populares, etc. Que todas mulheres devem ser incorporadas à produção social. Que a função social da maternidade deve ser protegida. É preciso arrancar as raízes de toda opressão, a propriedade privada dos meios de produção. O que só pode ser feito pela insurreição das massas femininas e masculinas, por meio da revolução e ditadura proletárias.

Ato em SP pelo “fim da cultura do estupro e defesa da descriminalização do aborto”

No dia 21 de agosto, partidos e movimentos sociais realizaram um ato no MASP, em São Paulo, em defesa da descriminalização do aborto, e pelo fim da cultura do estupro, numa resposta ao caso, amplamente divulgado na mídia burguesa, da menina de 10 anos, que precisou recorrer ao procedimento, depois de anos de abuso sexual sofrido pelo tio, e que culminou em sua gravidez.

Especialistas afirmam que, pela idade da criança, a gravidez seria de risco, podendo ocasionar a morte da menina. Além do que, pelas condições do caso, o aborto, além de assegurado por lei, era de interesse da menina e dos pais, que autorizaram o procedimento. Lembrando que, atualmente no Brasil, o aborto legal pode ocorrer em três circunstâncias: em caso de feto anencefálico, risco de vida para a gestante, e estupro.

Mesmo com o caso em questão se enquadrando nas últimas duas condições, fundamentalistas religiosos e grupos ligados à direita conservadora repudiaram o procedimento, condenando os médicos,

a família e a vítima.

Sem dúvida, era necessário um ato em resposta. No entanto, ficou visível que as direções da manifestação em SP não estavam interessadas em discutir ou empreender uma luta concreta contra as bases materiais do problema, que atinge milhares de jovens e mulheres em todo o Brasil. Para além dos discursos inflamados, que se referiam ao problema de gênero como causa primária da opressão sofrida pelas mulheres, as falas estavam voltadas para ações individuais, legalistas, educativas e coercitivas, portanto, adaptadas e limitadas pelo regime burguês.

Em nenhum momento e por nenhuma corrente, foram citadas as palavras “salário” e “emprego”, nenhuma fala apontou como solução a luta de classes, a superação revolucionária do capitalismo e o socialismo. No fim, com todas as falas sendo gravadas por suas respectivas organizações, a saída distracionista e eleitoreira foi sendo colocada, sempre se referindo à representatividade como um meio de se atingir a libertação da mulher.

O POR defende que somente através da ação direta das massas, com independência de classe, será possível combater a raiz de toda forma de opressão, que está no capitalismo. O movimento precisa empunhar as reivindicações de defesa de emprego para todos e do salário mínimo vital, que atenda às necessidades da mulher trabalhadora e sua família. É preciso que homens e mulheres da classe operária e demais oprimidos se unam para pôr abaixo as medidas antinacionais e antipopulares dos governos.

Diante do problema específico do aborto, que seja feita uma luta por sua descriminalização, ao mesmo tempo em que se combata em favor de um Sistema Único de Saúde, estatal, gratuito e sob o controle dos trabalhadores, para que tais procedimentos possam ser feitos com segurança. É dessa maneira, ou seja, com a unidade dos explorados, lutando por suas reivindicações, com seus métodos próprios, é que será possível esmagar a ultradireita e todas as tendências políticas reacionárias.

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Balanço da Escola de Quadros da Regional Nordeste do POR

Nos dias 14 e 15 de agosto, militantes e simpatizantes do POR do Nordeste se reuniram, em Natal, para realizar a escola de quadros, que acontece anualmente na região. A realização da atividade no contexto da crise pandêmica mostrou a necessidade de fortalecer os quadros e a organização partidária, mesmo nas condições mais adversas.

Debate sobre a crise econômica e pandêmica

Na abertura, no dia 14, um camarada de São Paulo fez uma introdução sobre a conjuntura econômica e política. Partiu da caracterização da fase imperialista como época de decomposição econômica e social. Mostrou que a profunda crise, que já se anunciava, foi combinada com a crise pandêmica. Na base da crise está a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, e a impossibilidade de a humanidade avançar sob o capitalismo.

Foram apresentados os efeitos da crise quanto à queda na indústria e comércio (mesmo com o auxílio emergencial); queda na renda de assalariados e pequenos proprietários; aumento do endividamento público, perto de 100% do PIB. Diante deste quadro, os capitalistas exigem proteção ao governo, com suspensão de salários, redução de jornada, subsídios, crédito e aplicação do teletrabalho.

A intenção de formar um governo bonapartista não se consolidou plenamente. A militarização avançou, mas a centralização autoritária esbarra na configuração oligárquica do Estado. Sob a recente moderação do executivo, segue a intervenção sobre a Lava Jato. As disputas interburguesas permanecem em torno da prisão de Queiroz, e pressão sobre a família Bolsonaro. O PSDB é acossado pela ultradireita com as denúncias contra Serra e Alckmin. A bandeira do impeachment não encontra terreno para se materializar, uma vez que Bolsonaro continua sendo, com apoio do Congresso Nacional, canal para impor as contrarreformas e privatizações.

Os explorados amargam, com mais de 105 mil mortos e milhões de infectados. O número de desempregados superou o de empregados no país. Amplia-se o contingente de pobres e miseráveis. A condição de precarização foi exposta no breque dos entregadores de aplicativos.

Há um recrudescimento insuportável das opressões. Os pretos e pobres são os que mais morrem pelo Covid-19, mas também pela violência policial. As mulheres são as primeiras a serem demitidas, intensifica-se o peso do trabalho e da violência domésticos. A resposta instintiva levou aos levantes antirracistas nos Estados Unidos a partir do assassinato de George Floyd. Ainda que tenha havido repercussões no Brasil com as marchas antifascistas, as direções dos movimentos continuaram submetidas à política burguesa do isolamento social, e canalizam as lutas para a tática do desgaste eleitoral. As massas voltaram ao trabalho, golpeadas pela crise econômica e pandêmica e temerosas. O fracasso do isolamento social mostra a impossibilidade de a burguesia aplicar as medidas científicas para evitar o contágio. Destaca-se a greve de 20 dias da Renault, para mostrar a disposição de luta dos operários e o papel traidor das direções em negociar a destruição dos empregos.

Abriu-se para as falas da plenária. Foi destacado que as es-

querdas, sem um programa e estratégia de independência de classe, são arrastadas pelas disputas interburguesas. Adotaram o discurso de unidade nacional contra o vírus, alinhando-se aos governadores que, nos primeiros meses da pandemia, se colocaram contra Bolsonaro, em torno da aplicação do isolamento social. O convite a Doria, Maia, Alcolumbre e Toffoli (e outros) para o 1º de Maio mostra esta linha de conciliação. O POR não foi arrastado, pois, aplica o marxismo: pelas tendências da crise econômica, agravadas pela condição semicolonial do país, sabia que a burguesia não aplicaria as diretrizes científicas do isolamento social, mas usaria a pandemia para aumentar a exploração e opressão.

Companheiros destacaram as lutas contínuas no período, a exemplo do Rio Grande do Norte, onde o POR atuou na greve dos professores, combate ao EaD, protestos dos profissionais de saúde, greve dos rodoviários, pela reintegração dos professores contratados de São Gonçalo do Amarante, e contra o interventor no IFRN. Destacou a importância da formação dos quadros, da unidade entre teoria e prática, e a necessidade de a militância encarnar o programa e materializar a política revolucionária.

Outros camaradas desenvolveram a caracterização do pacto em torno da governabilidade de Bolsonaro, com o recuo da ala esquerda da oposição burguesa. A garantia da governabilidade atende aos interesses do imperialismo em prosseguir nas contrarreformas, a exemplo da administrativa e das privatizações, como a dos Correios.

A plenária concluiu com o destaque do papel das reivindicações para erguer um movimento com independência de classe. As esquerdas centristas e reformistas mantêm-se no terreno da burguesia, com a centralidade do impeachment, por meio de uma frente ampla. Servem como amortecedores da luta de classes, e entregam os oprimidos nas mãos da burguesia. Por trás do Fora Bolsonaro e dos atos fajutos (virtuais e simbólicos), está o cálculo sujo do desgaste eleitoral para 2022. Os explorados vivem uma verdadeira tragédia, abandonados por suas direções.

O POR encarnou o programa que classe operária deveria estar colocando em prática contra a burguesia. Esteve presente nas portas de fábrica e nos atos de rua. Diante da crise econômica e pandêmica, não deixou de dizer que a resposta tem de ser o socialismo, a revolução proletária, que a classe operária precisa tomar o poder. O capitalismo só tem a oferecer barbárie, miséria e fome.

Formação sobre o EAD

Na manhã do dia 15, o tema foi o Ensino a Distância (EaD). A partir dos textos “Educação e Barbárie” e “Organizar a campanha nacional contra o retorno às aulas via EaD”. Foram formados grupos, onde os textos foram lidos e debatidos. Na plenária, destacou-se que a burguesia quer reduzir custos, sustentar o parasitismo financeiro e encontrar campos de valorização. O EaD serve a estes interesses, e a burguesia encontrou na crise pandêmica a oportunidade de impor esta via de destruição da escola. Mostrou-se que o problema da educação não está à margem dos problemas gerais dos trabalhadores. O EaD é parte das contrarreformas. Assim

como houve a flexibilização da legislação trabalhista, o governo na pandemia flexibilizou a legislação do EaD. Um de seus efeitos será a demissão de professores. Ao mesmo tempo, o esvaziamento total da educação corresponde à condenação de grande parcela da juventude ao desemprego e decomposição.

O texto da União Revolucionária do Magistério, corrente sindical do POR boliviano, propiciou o debate pedagógico sobre a radicalização da separação entre teoria e prática, e como a burguesia cria pseudoteorias pós-modernas, em que oculta o esvaziamento da educação com a proposta de “aprender a aprender”, além de igualar o saber científico às concepções religiosas, uma vez que a realidade se resume a uma sobreposição de discursos.

Discutiu-se por que as esquerdas capitulam ao EaD. Apontou-se que querem gerenciar o capitalismo em crise, e confluem com o capital monopolista, agregando a ilusão de regulações estatais. Mostrou-se o papel fundamental do PT para a monopolização da educação e o impulso ao EaD. As direções das organizações estudantis que defenderam os governos petistas, esforçam-se para apresentar que houve e há um lado bom, de democratização, quando o EaD é aplicado pelo PT e PCdoB. No momento atual, as direções aceitam o EaD como parte da subordinação à política burguesa do isolamento social. Há particularidades na educação, em relação aos demais trabalhadores, pois, é um setor que pôde usufruir do isolamento. Fator que torna mais difícil o chamado às assembleias e ações presenciais para combater os ataques à Educação, funcionalismo e juventude.

Foi destacado que a denúncia apenas da falta de condições materiais para que os jovens e crianças tenham acesso ao EaD e a defesa da ampliação de medidas de assistência conflui com os interesses dos monopólios. Por essa via, corporações podem escoar produtos, adentrar o ensino público, e coletar dados para desenvolver novos produtos. As esquerdas centristas, reformistas e estalinistas, mesmo com reparos quanto a regulações ou medidas assistenciais, acabaram na vala comum dos planos do imperialismo, materializados pelo governo Bolsonaro, governadores e burocracias universitárias e escolares.

Concluiu-se que, sem os métodos da classe operária, só é possível pressionar para minimizar danos de um projeto de destruição da Educação Pública. O que reafirma a necessidade das Assembleias escolares e universitárias, para que a própria comunidade debata as condições de retorno, e organize a luta com os métodos da ação direta.

Formação sobre Paulo Freire

Na tarde do dia 15, nos dedicamos ao estudo do texto “Paulo Freire se afasta da política revolucionária”, escrito por Guillermo Lora, em 1993. Houve uma introdução, mostrando a trajetória de Freire a partir da Igreja Católica, de sua vinculação com os governos nacional-desenvolvimentistas, onde seu método de alfabetização era apresentado como solução para um dos problemas do atraso no Brasil. Quando sua receita pedagógica estava em vias de ser generalizada, sendo incorporada pelo governo João Goulart, o golpe militar de 1964 interrompeu esta experiência, e passou a considerar o pedagogo como subversivo, o prendendo e exilando. No exílio, Freire avança na elaboração da educação popular, e influencia movimentos sociais na América Latina, com as concepções da conscientização por meio da educação. Na crise e fim da ditadura, Paulo Freire faz parte da formação do Partido dos

Trabalhadores, e chega a ser secretário de educação na prefeitura de São Paulo, no governo de Erundina.

Sua concepção humanista-cristã, portanto, idealista, foi alardeada pelos militares como doutrinação marxista, mentira repetida hoje sob o governo Bolsonaro. Diante dos ataques bolsonaristas, capitaneados pelo guru Olavo de Carvalho, nos colocamos em defesa de Paulo Freire. Porém, sem nunca confundir suas formulações com um programa revolucionário para a Educação.

A partir do debate nos grupos, na plenária, destacou-se a caracterização marxista de que a educação é um fenômeno superestrutural. Mostrou-se que a educação não pode ser ponta de lança de um processo revolucionário. Sob o capitalismo, está marcada pela separação entre teoria e prática, correspondente à cisão entre trabalho manual e intelectual que ocorre na produção.

Não há sociedade em geral, educação em geral. Há políticas de classes antagônicas ou no interior de uma mesma classe. A política educacional proletária parte da política de transformação da propriedade privada dos meios de produção em produção social, por meio da revolução e ditadura proletárias.

A pequena burguesia alimenta ilusões na reforma da educação e do Estado. O sucesso da aplicação do método de alfabetização de Paulo Freire em Angicos expressou uma crítica à educação burguesa, decorativa e memorística. Mantém-se, porém, nos limites da propriedade privada burguesa. Assim, a técnica pedagógica não pode libertar os oprimidos e construir o homem novo, que só pode ser fruto de uma nova sociedade, sem classes. Nem mesmo a superação do analfabetismo pode ser alcançada sem que se enfrentem as suas bases materiais. Há experiências em que setores alfabetizados com sucesso depois voltam a desaprender, por conta do atraso, sobretudo no campo, que determina o rebaixamento cultural. Fenômeno que expressa a opressão nacional, pois, é mantido às custas do saque das semicolônias.

A concepção filosófica de Paulo Freire é idealista, pressupõe a transformação da realidade a partir da esfera cultural, política e educacional. As relações de opressão, no entanto, são materiais, expressam relações de produção. Jamais a escola burguesa libertará o homem, como prega a concepção idealista e reformista.

É preciso refletir também que, sob os governos do PT, mostrou-se e mostra-se a impossibilidade de se colocar em pé uma escola libertadora. As esquerdas usam a figura de Paulo Freire, porém, no governo, aplicam os planos e concepções do imperialismo para a educação.

Plenária Organizativa

No dia 16, pela manhã, foi realizada, já fora da escola de quadros, uma plenária organizativa na regional, restrita aos militantes. Houve a discussão sobre a assimilação da linha partidária de crítica à política burguesa de isolamento social e a importância da crítica e autocrítica na construção do partido. Debateu-se sobre a necessidade do partido se proletarianizar, ganhar uma fração da classe operária inserida na produção social, o que determina a necessidade de priorizar o trabalho operário, por meio do boletim Nossa Classe em cada regional. Destacou-se a importância da Coordenação Regional Nordeste (CR-NE) se elevar como direção regional e funcionar nos marcos da elaboração coletiva. Por fim, apontou-se a necessidade de avançarmos coletivamente na propaganda partidária e compreensão do autofinanciamento, que é uma das bases do partido leninista.

Partido Operário Revolucionário / RN

Resposta do POR à direção do SINTE SGA (Muda SINTE/PSTU)

20 de agosto de 2020

No dia 14 de agosto de 2020, tomamos ciência de uma nota, publicada pela direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do RN / Núcleo de São Gonçalo do Amarante (Muda SINTE/PSTU), na página do Facebook do próprio sindicato, com uma série de acusações contra o POR e sua militante. Nessa terça (18/08), pela manhã, a militante do POR, que é filiada ao sindicato, entregou um documento ao SINTE SGA, solicitando direito **imediato** de resposta, dada a gravidade das acusações contidas na nota da direção, e para que haja a nossa versão no mesmo veículo em que foi publicada a difamação.

A direção do SINTE SGA (Muda SINTE/PSTU), quando questionada sobre o direito de resposta, em uma assembleia virtual dos professores temporários, no dia 19/08, respondeu que isso só seria decidido em uma assembleia presencial do SINTE SGA, que sequer está marcada. Nota-se uma contradição, pois, quando foi para publicar, **em nome do sindicato dos trabalhadores em educação**, uma nota ofensiva ao POR e à sua militante, a direção do SINTE SGA não achou necessário submeter à deliberação da assembleia de base da categoria, o que nos permitiria discutir as inverdades e defender a rejeição.

Feitas as acusações infundadas, era obri-

gação da direção do sindicato garantir o direito de resposta. Trata-se de um fundamento democrático elementar. Na prática, essa atitude da direção do SINTE SGA inviabiliza o direito de resposta que, como tal, deve ser garantido em tempo hábil, e proporcionalmente ao agravo, ou seja, no mesmo veículo, e com o mesmo alcance. Essa conduta que despreza a democracia sindical é de quem acaba de acusar o POR de “autoritário e oportunista”.

Diante da negação ao nosso direito de resposta, publicamos os documentos entregues à direção do SINTE (Muda SINTE/PSTU), e a carta da militante do POR à categoria, conforme segue.

Resposta à direção do SINTE/RN Núcleo de São Gonçalo do Amarante (Muda SINTE/PSTU)

Por onde começa a divergência

A crítica à participação do POR no movimento pela readmissão dos professores temporários de São Gonçalo do Amarante, sob o título “*Tudo está certo, desde que tudo seja do jeito que quero!*”, feita pela direção do SINTE/RN Núcleo de São Gonçalo do Amarante (Muda SINTE/PSTU), nos dá oportunidade de mostrar que o POR agiu com retidão e lealdade, exigidas pelas decisões coletivas das assembleias. O título, por si só, quer dizer que somos sectários. E por quê? Porque o POR criticou a decisão da comissão de não encaminhar a proposta votada na assembleia, de realizar o ato do dia 13, no Golandim.

Ao se discutir a posição de não encaminhamento, a representante do POR se opôs ao cancelamento do ato, sob o argumento de que era preciso cumprir a soberania da assembleia. Entendemos que a comissão não podia deliberar por cima da assembleia, contrariando uma decisão discutida democraticamente, e votada pela maioria. Esse é o ponto essencial de nossa crítica, que a resposta da direção do SINTE/SGA (Muda SINTE/PSTU) procura desfigurar, com a ideia de que o POR age por capricho próprio. Ao contrário, é parte de nosso programa e dos princípios marxistas de que a direção do sindicato não pode passar por cima da soberania da assembleia. Trata-se de um princípio fundado na democracia operária.

O método da crítica

Diz a direção do SINTE/SGA (Muda SINTE/PSTU) que “*as críticas são importantes, fazem parte da democracia sindical, e uma entidade democrática se fortalece através das discussões e divergências*”. Conclui, no entanto, que as críticas do POR “*são feitas sem responsabilidade, sem fundamentos e cheias de inverdades*”. E diz que “*sempre que o POR*

perde uma votação, ou não consegue impor sua política, o partido critica a direção do movimento”. Estamos, precisamente, diante de uma negação do método da crítica marxista. Essa resposta à crítica do POR não demonstra onde estão a irresponsabilidade e as inverdades. Não há nenhuma irresponsabilidade e nenhuma inverdade na defesa do POR de que a Comissão passou por cima da decisão democrática e soberana da assembleia. Ao procurar transformar a crítica correta e necessária em defesa do movimento, a direção do SINTE/SGA (Muda SINTE/PSTU) foge de suas responsabilidades em desvirtuar o sentido da crítica do POR, que foi a de defender o encaminhamento da decisão da assembleia.

O ataque ao POR, sob o título “*Tudo está certo, desde que tudo seja do jeito que quero!*”, vai mais longe. Ao afirmar que “*sempre (...) o partido critica a direção do movimento*”, generaliza, sem a devida demonstração de quais outras críticas foram feitas. A crítica recorrente (“sempre”) pode ser em parte justa ou não, ou inteiramente justa. Assim, a direção do SINTE/SGA (Muda SINTE/PSTU) deveria proceder. Fazem o contrário: tomam a crítica do POR sobre um acontecimento, para generalizar sem nenhuma demonstração. Esse não é o método da crítica marxista, mas do oportunismo burocrático. Eis por que podemos usar, com propriedade, a seguinte frase: as críticas são importantes desde que não sejam contra mim.

Justificativa da direção do SINTE/SGA (Muda SINTE/PSTU) para cancelar o ato do dia 13

Diz a nota de ataque à crítica do POR, que a direção do SINTE/SGA não iria aprofundar em responder à nota divulgada pela militante do POR, “*pois [L], que é professora demitida, representa os 186 temporários, e é membro da Comissão do movimento, já respondeu*”. Vejamos então a resposta de [L]: 1) “*... ao decidirmos não encami-*

nhar o ato do dia 13, houve justificativas que pesaram, como a falta de dinheiro dos celetistas para deslocamento”; 2) “sabendo que na sexta, dia 14, haverá audiência pública que terá um peso na luta”; 3) “não podemos estar marcando um ato após o outro, até porque nos últimos atos foram pouquíssimos professores do celetivo”. E conclui: “Melhor ter um ato com bastante gente do que ter vários atos com dez professores”.

Essa exposição de L. é providencial. Ajuda a entender por que o POR criticou a decisão de não realizar o ato do dia 13. Está claro que se decidiu arbitrariamente por não realizar o ato do dia 13, e participar apenas da audiência. Esse é o conteúdo político da divergência. A Comissão foi convencida pela direção do SINTE/SGA (Muda SINTE/PSTU), de que a audiência era mais importante que o ato do dia 13, decidido pela assembleia. Eis por que foi uma divergência séria, bem como justa a crítica do POR. Não houve, portanto, nenhuma irresponsabilidade e inverdades de nossa parte. Quem está faltando com a verdade são aqueles que evitam colocar a divergência no campo dos princípios e da tática do movimento.

A explicação de L. sobre a “falta de dinheiro” também ajuda a esclarecer a questão. Em se tratando de movimentos, a falta de dinheiro diz respeito em primeiro lugar à política. Na explicação de L., se verifica que faz uma avaliação de que era melhor concentrar os recursos para a audiência com os vereadores. Isso quer dizer que todo esforço deveria ser carreado para juntar professores na Câmara de Vereadores, para exercer pressão parlamentar. Essa é uma política típica do PSTU e das burocracias sindicais em geral. A falta de dinheiro se resolve fazendo campanhas de arrecadação entre a população e sindicatos. A CSP-Conlutas poderia muito bem auxiliar o movimento. Mais ainda, feita a avaliação do dinheiro como um obstáculo político, poderíamos exigir do SINTE/Estadual os recursos. Se negasse, o denunciaríamos. Temos a certeza de que um pedido de solidariedade financeira feita pela Comissão aos sindicatos, não só de RN, teríamos uma resposta favorável. O POR fez uma campanha de solidariedade política, recolhendo inúmeras moções. Poderíamos voltar a esses mesmos sindicatos, para lhes pedir auxílio material, que seria a forma de ver a sinceridade da solidariedade política.

Quem é autoritário e oportunista?

Depois de se valer de L., pelo fato de ser uma das demitidas e compor a Comissão, a direção do SINTE/SGA (Muda SINTE/PSTU) passou a atacar o POR de qualquer maneira. Chegou ao ponto de usar o rompimento de João e Francenilda com o POR, que se filiaram ao PSOL, para concorrer a pré-candidato a prefeito e vereador em Ceará-Mirim, para confundir a divergência.

Vejamos por ordem os principais argumentos, que pretendem afirmar um suposto autoritarismo e oportunismo do POR. Diz que o POR pretende “impor a qualquer custo” a sua política; que tem “sede pelo poder”; que “toma decisões sem discutir com o coletivo”; que caracteriza “todos como inimigos”; que “atua com espírito zombeteiro”; que “gosta de semear a discórdia”; que aproveita “das fragilidades da categoria”. O pintor desse quadro acredita que é possível desfigurar a face real do POR com uma junção desconexa de

qualificativos, ajeitados de modo a parecer de que se trata de uma corrente política sem programa, sem tradição e sem contribuição à luta revolucionária.

Tomemos a acusação infundada de que o POR se aproveita das “fragilidades da categoria”. No movimento concreto dos professores de São Gonçalo do Amarante, dedicamos todos os esforços para romper o isolamento, fazendo campanhas em vários sindicatos. Isso quer dizer que vimos a fragilidade da luta isolada, e sob uma direção incapaz de generalizar o movimento, embora contasse com a CSP-Conlutas. Trabalhamos disciplinadamente para que a luta se fortalecesse por meio das assembleias, das manifestações, e do contato com a população. A moção que levamos aos sindicatos exigia um posicionamento do SINTE/Estadual em favor do movimento municipal. É nesse sentido que vimos a “fragilidade da categoria”. Ao defendermos, na Comissão, o ato do dia 13, sentimos a necessidade de afirmar a soberania da assembleia, portanto, da democracia sindical, que é um instrumento dos explorados para reunir forças

coletivas e superar as fragilidades. De maneira que a acusação de que aproveitamos da “fragilidade da categoria” é difamação, no sentido pleno do termo.

Em seguida, a direção do SINTE/SGA (Muda SINTE/PSTU) se refere ao “apartidarismo” de muitos trabalhadores. Diz que esse apartidarismo é “fruto da corrupção e traição que partidos ditos de ‘esquerda’, como o PT e PCdoB, realizaram”. A historietinha do apartidarismo vem no seguinte sentido: “todas as vezes que o POR faz uma crítica ao SINTE/SGA, eles tentam ligar a direção do sindicato ao PSTU”. Afirma que “essa ligação é para tentar ganhar os trabalhadores que repudiam os partidos políticos para se enfrentarem contra a direção do sindicato”. Segundo essa interpretação, “o POR é duplamente

desonesto”. “Por um lado, coloca todos os partidos em pé de igualdade; por outro, fortalece a burguesia, que deseja ferozmente que os trabalhadores não se organizem em partido ou sindicato”.

A confusão aqui é tremenda. O “apartidarismo de muitos trabalhadores” é consequência também do fato das correntes de esquerda se ocultarem por detrás das direções sindicais, evitando mostrar o rosto e sua responsabilidade política. É o que faz o PSTU, no SINTE/SGA. O POR, ao contrário, sempre e em toda a situação deixa claramente sua identidade política. E, por isso mesmo, se vê na obrigação de revelar a identidade política das correntes que se escondem por detrás de seus dirigentes sindicais. Em nenhum momento, o POR diz que o sindicato e sua direção têm de ter uma filiação partidária. Diz que uma direção revolucionária, obrigatoriamente, tem de expressar a política do partido proletário. Quando a direção se coloca como apartidária diante dos explorados, não apenas reforça seu “antipartidarismo”, como reforça as tendências burocráticas e oportunistas da direção sindical. Ocorre que esse ataque ao POR e os que se seguem correspondem à defesa da política sindical do PSTU, isso sem pretender se identificar.

Não vamos alongar-nos sobre outros ataques menos importantes e mentirosos, como aquele que afirma que o POR não faz nenhuma crítica à direção do SINTE/Estadual. Não vamos também responder sobre a ruptura do PSTU e outras correntes com a CUT para formar a

Conlutas. Temos farto material escrito sobre esse problema. Apenas lembramos que o POR não ficou com a CUT, nem com a Conlutas, porque foi contra a divisão. O POR intervém, portanto, tanto na CUT quanto na Conlutas. E o PSTU sabe muito bem disso.

Uma última consideração sobre a ruptura de João e Francenilda com o POR. Diz a direção do SINTE/SGA (Muda SINTE/PSTU) que “o POR não fez uma crítica porque não teve a coragem de assumir a própria vergonha ou mudar sua política e apoiar o livre direito dos trabalhadores poderem concorrer ao parlamento”. Essa frase contém mais de um problema. O primeiro deles é sobre a ruptura de ex-militantes; o segundo, sobre a posição do POR em relação às eleições. De fato, o POR decidiu não comentar o rompimento de João e Francenilda com o programa do partido marxista-leninista-trotskista, para entrar em um partido pequeno-burguês, sem programa, reformista e eleitoreiro. E por quê? Porque cabia aos ex-militantes, quase da origem do partido no Rio Grande do Norte, explicar a ruptura. Não há nenhuma impropriedade ou erro nessa decisão. Isso por que os camaradas que trocaram o POR pelo PSOL não redigiram nenhum documento de rompimento. O POR é um partido que

segue uma linha programática, sua vida é regida pela formulação das ideias políticas, e não por decisões pessoais e subjetivas. Não tínhamos intenção de nos manifestar, mas, agora, nos vemos obrigados, diante dessa acusação imunda da direção do SINTE/SGA (Muda SINTE/PSTU).

A outra face da moeda diz respeito à posição do POR sobre as eleições e o parlamento. Jamais levantamos um dedo contra “o livre direito de os trabalhadores concorrerem ao parlamento”. O que afirmamos é que aqueles que concorrem ao parlamento sem estarem submetidos ao programa do partido revolucionário acabarão na trincheira da política burguesa, por mais classistas que possam ser inicialmente. Os camaradas que decidiram ir para o PSOL não estão isentos dessa possibilidade. Gostaríamos que não fosse assim, mas sabemos que desejos não servem para a política revolucionária. A utilização desse fato pela direção do SINTE/SGA (Muda SINTE/PSTU) é de uma covardia extrema. Covardia essa que reflete o total desconhecimento da política do POR, a ignorância e a falta de vontade de conhecer a vida real, não só do POR, mas das demais correntes adversárias.

Carta da militante do POR à categoria:

São Gonçalo do Amarante/RN, 18 de agosto de 2020

Saudações aos companheiros,

É de conhecimento de todos a grande luta que se travou em SGA, quando o prefeito Paulo Emídio demitiu os companheiros temporários, e não pagou o que devia aos companheiros efetivos da jornada suplementar. Foi uma demissão em massa injusta, pois, o contrato dos companheiros venceria só no final do ano letivo, 31 de dezembro. Com esta grande injustiça, eu, Mônica, que sempre atuei na luta sindical, nos movimentos sociais, e, com a consciência de classe do proletariado, me somei aos fortes guerreiros que lutavam por empregos e pagamento de salários. Assim se constituía o movimento dos trabalhadores temporários em SGA. Uma luta justa.

Com os trabalhadores organizados em frente da prefeitura contra a injustiça da demissão, impulsionei a formação de uma comissão que foi eleita pelos presentes, para organizar o movimento que nascia muito forte. Propus participar desta comissão também, para ajudar na organização da luta, pois, com o acúmulo experiência do movimento sindical, que iria fortalecer mais ainda a luta dos companheiros. No final do ato, foram votados os encaminhamentos da assembleia presencial de realização de ato e caminhada. Ali, se conformava uma grande luta. O movimento, dessa forma, assumiu o método da ação direta. A direção do SINTE SGA estava presente. De início, propôs a assembleia virtual, mas logo retirou e se somou ao conjunto dos encaminhamentos, que foram aprovados por aquela plenária. Assim prosseguimos: atos, cartazes, faixas, assembleias presenciais, intervenção no carro de som. A comissão se reunia virtualmente para organizar o que a assembleia definia. A direção do SINTE foi incorporada ao movimento, contribuía com o carro de som, almoço, água, toda a logística que o movimento precisasse.

Tudo caminhou muito bem para o movimento, a população deu apoio, as rádios locais nos deram espaço. Houve uma dimensão enorme, e o estado do RN tomou conhecimento do movimen-

to. Falamos da importância do movimento sair do isolamento da luta, e propus ao movimento que entrássemos em contato com os sindicatos locais de SGA. Convidamos os dirigentes sindicais para se solidarizar com a grande luta, tudo aprovado em assembleia, informado e discutido na comissão. Com os informes da luta, eu e meu partido, o POR, decidimos fazer uma luta nacional em defesa dos empregos dos companheiros, com a campanha das moções de solidariedade, que serviu de estímulo para a luta. Chegamos a colher 27 moções, inclusive com o apoio do SINTE/RN.

O movimento chegou forte, até o dia 22 de julho, quando cercou o prefeito para que marcasse uma audiência. O prefeito marcou a audiência, acuado pela força do movimento. Tínhamos a clareza de que o movimento caminhava para sua radicalização, quando a base dizia, com todo o nosso apoio, que, se o prefeito não negociasse, teríamos de ocupar a prefeitura. Foram feitas as palavras de ordem nesta linha política.

O movimento entra em refluxo, quando o prefeito recebe a comissão, mas não negocia. Diante da simples negativa do prefeito, não haveria outra saída, senão a ocupação. Foi discutida em assembleia a proposta de ocupação, a defendi com todas as forças, mas perdemos. Eu me submeti à decisão da maioria, pois, se tratava de uma assembleia, que é soberana. Em seguida, foi aprovada a proposta do dirigente sindical de fazermos um ato no dia 3 de agosto, em Santo Antônio, e a participação no ato do Fórum dos servidores.

No ato dia 3 de agosto, houve uma mudança grande na participação da comissão e dos professores temporários nesse ato. Em consequência da não negociação do prefeito, houve um refluxo dos professores lutadores. Percebeu-se também uma mudança brusca nos dirigentes do SINTE SGA, presentes no dia do referido ato. Sob o argumento de que havia poucas pessoas, a direção do SINTE SGA foi contra a realização do ato. Fizemos uma votação, e a maioria que estava presente aprovou a nossa proposta de manutenção da realização do ato. E assim fizemos o ato, de-

nunciando para os moradores de Santo Antônio a truculência do prefeito, e levantando a nossa bandeira de Reintegração Já. Estávamos no processo de reerguer o movimento, buscando mais participação. No final do ato, fizemos uma assembleia, onde os presentes aprovaram um novo ato de denúncia, no dia 6 de agosto, no Amarante.

Então foi encaminhado o ato. Tudo no mesmo formato, contando também com uma panfletagem para a população. No final do ato, fizemos nova assembleia presencial, onde foi aprovada a realização de campanha financeira junto aos sindicatos, para garantir a ida dos companheiros professores aos atos, a participação numa audiência pública, e a realização de um novo ato de denúncia, com panfletagem, no dia 13 de agosto. O local decidido para o próximo ato foi o Golandim, uma região bem povoada. Avaliamos que o movimento ganhava forças com mais participação, pessoas novas no movimento. Tudo foi votado e encaminhado para a comissão organizar.

Na comissão, mais dirigentes sindicais foram incorporados e, no momento da organização dos encaminhamentos, decididos soberanamente na assembleia do dia 6 de agosto, a maioria foi contra a realização do ato no Golandim, sob o argumento da direção do SINTE (Muda SINTE/PSTU) de que eram muitas atividades. Dessa forma, a comissão passou por cima de toda a discussão que ocorreu na assembleia. Eu e o representante dos pais votamos a favor dos encaminhamentos aprovados na assembleia.

A comissão, neste momento, modificava a linha política do

movimento: deixava de atuar com o método da ação direta para atuar no método parlamentar, jurídico. Neutralizando o método próprio dos oprimidos.

Como eu estava na comissão, devia explicação aos professores da mudança da assembleia, do ato, feita pela comissão, que agia burocraticamente por cima da assembleia, que é soberana. Decidimos escrever uma nota de esclarecimento ao movimento sobre o cancelamento do ato do Golandim, e da nossa discordância com essa decisão da comissão.

A direção do SINTE SGA (Muda SINTE/PSTU) decidiu escrever uma nota atacando a mim e ao Partido Operário Revolucionário (POR), publicando-a na página do Facebook desse sindicato, ao qual sou filiada.

Por isto, solicito à direção do SINTE SGA o direito de resposta, na mesma página do Facebook do SINTE SGA, com a publicação desta carta e da resposta do POR, que segue.

A defesa dos empregos dos companheiros temporários e o pagamento da jornada suplementar é a nossa maior preocupação neste momento, mas não poderíamos deixar de explicar o porquê de tamanho ataque a mim e ao meu partido, consequentemente, ao movimento dos temporários. Dedicamos nossas vidas aos oprimidos, por isso toda a minha dedicação a este grande movimento de fortes guerreiros, que lutam pela vida que é a sua reintegração ao trabalho e pelo recebimento de seus salários.

Um abraço fraterno, Mônica.

OFÍCIO

Ao

Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do RN / Núcleo de São Gonçalo do Amarante

Assunto: Solicitação de direito de resposta

No dia 14/08, tomei ciência de uma nota publicada por essa diretoria, na página do Facebook do SINTE/SGA, na qual cita o meu nome, e faz várias acusações à corrente política a qual eu milito, o Partido Operário Revolucionário (POR), como as de que o POR pretende “impor a qualquer custo” a sua política; que tem “sede pelo poder”; que “toma decisões sem discutir com o coletivo”; que caracteriza “todos como inimigos”; que “atua com espírito

São Gonçalo do Amarante/RN, 18 de agosto de 2020.

zombeteiro”; que “gosta de semear a discórdia”; que aproveita “das fragilidades da categoria”.

Diante disso, eu, Mônica, professora da rede básica da educação do município de São Gonçalo do Amarante/RN, e filiada a esse sindicato, diante de um ataque absurdamente desproporcional e difamatório, vindo da diretoria desse sindicato, e dada a citação do meu nome e a gravidade das acusações dirigidas à corrente política que milito (POR), venho solicitar direito **IMEDIATO** de resposta, no mesmo veículo no qual foi publicada a nota ofensiva, a página do Facebook do SINTE/Núcleo SGA, conforme documento **anexo**.

Fico no aguardo de um breve retorno, Mônica.

Nota de repúdio ao ataque hacker ao site do PCO

No último dia 18/08, o site do diário Causa Operária, publicação virtual do PCO, foi vítima de um ataque hacker, que destruiu boa parte de suas publicações dos últimos 4 meses.

Os ataques a sites, perfis de redes sociais, e demais publicações virtuais da esquerda por hackers direitistas se têm intensificado nos últimos anos, acompanhando as tendências reacio-

nárias e fascizantes, que se desenvolvem desde o golpe institucional que derrubou Dilma Rousseff da presidência, em 2016.

O ataque ao PCO é parte dessa ofensiva, que deve ser denunciada e repudiada, por ser claramente um elemento de perseguição política e um cala-boca, proveniente dos setores fascizantes, dirigido a toda a esquerda.

Trata-se de levantar as massas, a partir de suas necessidades gerais e imediatas, com seus próprios métodos de luta, para combater a burguesia e seu governo militarista e fascizante. Somente a ação das massas, tendo o proletariado à frente, será capaz de se contrapor efetivamente ao ascenso fascizante e garantir as liberdades democráticas elementares.



Apontamentos da história do Partido Bolchevique

No jornal Massas 616, apresentamos parte do documento “Infantilismo de Esquerda”. Como se tratava de divergências em torno à política econômica, às considerações sobre as classes sociais, à necessidade

de de a classe operária assumir o comando do Estado e da economia, e que passos deveriam ser dados no impulso ao socialismo, concluiremos a sua exposição.

Lênin insistia na necessidade de se ter o recenseamento e o controle das atividades econômicas exercidas pelos pequenos proprietários e por grupos capitalistas, que sobreviveram à expropriação dos meios de produção. O mais preocupante era a existência de milhões de camponeses, que compunham a pequena burguesia agrária. A sua tendência era a de potenciar a economia de mercado e, assim, forçar caminho no sentido contrário ao das forças produtivas condicionadas pelas relações de propriedade social. Os conflitos do Estado operário com a vasta massa camponesa –, que controlava a produção agrária, carregando em seu seio o camponês rico (kulaks), em meio à economia de guerra, em que a produção industrial se encontrava profundamente debilitada – evidenciaram a capacidade dos pequenos proprietários de sabotarem as novas relações de produção e, assim, fortalecerem os proprietários ricos.

Lênin, portanto, caracterizava as contradições do momento: “Sabemos, perfeitamente, que a base econômica da especulação é a camada dos pequenos proprietários, extraordinariamente vasta na Rússia, e o capitalismo privado, que tem um agente em cada pequeno burguês. Sabemos que milhões de tentáculos dessa hidra pequeno-burguesa se agarram, aqui ou ali, a diversos setores operários, e que a especulação penetra em todos os poros de nossa vida econômica-social, no lugar do monopólio do Estado”. Essa formulação sofreu resistência dos esquerdistas, que acusavam Lênin de recorrer ao capitalismo de Estado. Lênin explicava que os comunistas de esquerda se colocavam em palavras como “inimigos implacáveis da pequena burguesia”, mas que, na prática, não só auxiliavam a pequena burguesia, como também as forças do capitalismo privado a condenarem e a combaterem o “capitalismo de Estado”. Nessa empreitada, criavam obstáculos para se impor o controle e o registro sobre essa classe, que não aceitava o avanço da economia coletiva, e caminhava no sentido do capitalismo privado.

Lênin concluía: “O pequeno burguês que entesoura suas posses é um inimigo do capitalismo de Estado. Quer empregar seus recursos exclusivamente para si, contra os pobres, contra a todo o controle estatal; a soma de dinheiro em sua posse constitui a multimilionária base da especulação, que socava nossa edificação socialista”. (...) “O poder estatal se encontra nas mãos dos operá-

rios, eles têm a completa possibilidade jurídica de ‘tomar’ integralmente essa riqueza, sem entregar nenhum só kopek que não seja para uma finalidade socialista. Essa possibilidade legal, apoiada em passos efetivos do poder aos operários, constitui um elemento de socialismo”.

Nota-se que não se tratava de uma discussão abstrata sobre capitalismo de Estado e socialismo. De um lado, a classe operária, por meio de seu partido e dos soviets, estava com o poder do Estado em suas mãos, Estado esse que já não era capitalista, e sim Estado operário. O problema estava em que nas condições concretas da economia arruinada pela guerra e pelo enorme peso das atividades econômicas agrárias, sob o controle da pequena burguesia, se tornava inevitável a utilização de medidas típicas de capitalismo de Estado.

Vejamos essa fundamentação: “Os pequenos proprietários e

O problema estava em que nas condições concretas da economia arruinada pela guerra e pelo enorme peso das atividades econômicas agrárias, sob o controle da pequena burguesia, se tornava inevitável a utilização de medidas típicas de capitalismo de Estado.

o capitalismo privado socavam por muitos meios essa posição legal, introduzem a especulação, entorpecem o cumprimento dos decretos soviéticos. O capitalismo de Estado seria um gigantesco passo adiante, inclusive se (...) pagamos mais que agora, porque vale a pena pagar pela ‘aprendizagem’, porque é útil para os operários, porque o mais importante é a vitória sobre a desordem, a ruína econômica e a inércia; porque, caso continue a anarquia do pequeno-proprietário, é o

maior e o mais sério perigo, que, inquestionavelmente, nos fará sucumbir (se nós não o vencemos), enquanto que o pagamento de um tributo maior ao capitalismo de Estado, não só não nos fará sucumbir, senão que nos levará ao socialismo pelo caminho mais seguro. Quando a classe operária tiver aprendido a defender o sistema estatal contra a anarquia do pequeno proprietário, quando aprender a organizar a grande produção em escala nacional, tomando como base os princípios do capitalismo do Estado, terá em suas mãos – perdoem a expressão – todos os triunfos e a consolidação do socialismo estarão assegurados”.

A divergência e as explicações de Lênin colocavam às claras as enormes dificuldades em desenvolver as forças produtivas socialistas em um país atrasado, como a Rússia. Distintamente seria, se o proletariado tivesse tomado o poder na Alemanha e transformado a sua base econômica. O desenvolvimento capitalista alemão não seria possível sem o capitalismo de Estado. Nessa potência, predominava a “moderna técnica capitalista e a organização planificada, subordinada ao imperialismo junker-burguês”. A revolução proletária na Alemanha, portanto, contaria com o extremado avanço das forças produtivas e do capitalismo de Estado. O que não era possível na Rússia, que conservava vários modos de produção, e um Estado monárquico.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, vol. XXIX, Akal Editor)